



Aos dezasseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

VERIFICAÇÃO DE PRESENCAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Afonso Augusto da Silva Luz, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira, Maria Paula Soeiro Cândido, Isabel Maria Conde da Silva Ramalho e Alexandre Miguel Cardoso Teles.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião), Luís Alberto Miranda Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra), Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) e Sónia Cristina Pereira Paulo (Presidente da União das Freguesias de Azeitão).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Pedro Sérgio Fernandes Pina, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Fernando Miguel Catarino José, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado, em substituição da Sra. Vereadora Sónia Leal Martins, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.



b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Rafaela Isabel Graça Nunes e Maria Nazaré de Souza Oliveira, conforme documentos registados sob os n.ºs 2 a 6, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, António Miguel da Costa Ferreira, conforme documento registado sob o n.º 7, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CHEGA apresentaram pedidos de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel, Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira e José Carlos da Silva Almodôvar Costa, conforme documentos registados sob os n.ºs 8 e 10, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Apresentou pedido de substituição o Sr. Presidente da União das Freguesias de Setúbal Rui Manuel do Rosário Canas, tendo sido substituído por Maria Luís Alves da Silva Nunes, conforme documento registado sob o n.º 11, arquivado em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Elisabete Maria Martins Cavaleiro, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Tiago Manuel Rodrigues Pereira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do CHEGA, Dina Teresa da Silva Almodôvar Costa, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 12, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Verificando-se a existência de quórum deliberativo, o Presidente deu início à reunião.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidente da Mesa – Temos quatro inscrições, terão 5 minutos para fazer a intervenção (conforme documentos registados sob os n.ºs 13 a 16, arquivados em pasta anexa à presente ata).

Paulo Jorge Vieira – Venho aqui na qualidade de morador da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, mas também na qualidade de pai, de filho, de tio e de sobrinho, e venho aqui, também, pelo conhecimento da petição pública sobre o saneamento básico na freguesia.

Gostava de sair daqui com notícias e com respostas, para dar à minha tia Maria de Fátima, que tem 77 anos e que mora no Bairro da Bonita, respostas para os meus pais que moram no Monte dos Patos,

respostas para os meus sobrinhos que moram no Monte das Moitas e às restantes localidades que não têm saneamento. É com esse fundamento que venho aqui, perguntar se há alguma resposta em relação a isso, se há novidades para o próximo ano e se há respostas a nível de fases, porque há 16 anos que andam aqui várias pessoas nesta luta. Há aqui mais pessoas de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e, também, querem e estão aqui para ouvir essas respostas, porque, de facto, há 16 anos que continuamos com esta luta e temos tido respostas de fases, de orçamentos e a realidade é que até hoje nada foi feito.

Armando Santos – O que me traz aqui novamente, se calhar já fez um ano que aqui estive, é o assunto “a tenda”. Em 2008, os senhores da Câmara Municipal de Setúbal através da senhora Dra. Maria das Dores, apreenderam-me uma tenda na Avenida Luísa Todí e devolveram-me no ano passado, 15 anos depois. Usaram a minha tenda, fizeram o que quiseram dela todos os dias, até a colocaram lá em cima na feira. Esteve lá durante 4 a 5 anos, foi a conversa do senhor Arquitecto Viterbo, foi ele que me deu a indicação que a tenda estava lá há 3 ou 4 anos e entregaram-na toda danificada, como é óbvio.

Tive duas reuniões com a câmara, com os senhores do GAP, mandaram-me fazer a fatura, fiz a fatura. Foram 15 anos e a fatura é gigante. O único documento que tenho, tem a ver com o processo que já está a entrar em tribunal, que é o documento da entrega da minha tenda no ano passado. Todos os documentos que tenho aqui são da câmara, tudo isto que está aqui são requerimentos de câmara, que venho cá fazer de quinze em quinze dias, de duas em duas semanas e respostas zero. Tive uma resposta de um senhor sobre umas folhas, aliás, nesta última vez que choveu bastante, ontem ou anteontem, a minha casa foi uma das únicas prejudicadas aqui em Setúbal. Ouvi o Sr. Presidente a falar na CNN e dizer que não houve prejuízos nenhuns, na minha casa fiquei com a água pelos joelhos. Todos os dias sou eu que varro aquela zona da Avenida Luísa Todí, ao lado da Casa da Baía. Ontem, e hoje, vi dois carros da câmara, dois, três carros, seis, oito pessoas, para montar um pilarete. Para fazer qualquer coisa, são dois, três carros, vão fazer serviço à Casa da Baía, sai do meu bolso, do bolso dos setubalenses. Em relação ao assunto da tenda, gostava de saber o que é que faço, porque isto já tem 15 anos e há um ano que andamos nisto e o Sr. Presidente já conversou comigo uma vez na rua, disse-me que o GAP não entendia bem os meus documentos e os requerimentos que eu fazia, fiz requerimentos com umas palavras mais finas, mas também não resolveu nada.

Isto é um assunto, tenho vários com a Câmara Municipal de Setúbal, desde há 15 anos para cá, como é que eu faço?

Não sei se os senhores nasceram em Setúbal, eu por acaso nasci em Setúbal, no Bairro Santos Nicolau, sou setubalense de gema, quero saber como é que faço, o que é que faço com a minha vida, porque vai chegar uma altura que eu vou-me passar do capacete. A polícia é todos os dias, sempre que aqui faço qualquer coisa, vem a polícia, tenho o segurança lá de baixo, sempre que eu vou entregar um requerimento, o segurança segue-me, até à casa de banho ele vai me seguir. Bom, nunca fiz aqui mal nenhum a ninguém, que eu saiba, e à Câmara Municipal de Setúbal, também nunca prejudiquei em nada. Agora, eu fui bastante prejudicado, desde 2008 fui bastante prejudicado, para aquilo que já reuni até já fui perseguido, vinham para aqui pessoas para estas reuniões, faziam queixas e vocês depois começaram a dar-me em cima, à minha casa principal levavam a fiscalização, saíam sempre com as mãos a abanar. A intervenção está feita, agora gostava de ter uma resposta, como é que eu vou fazer?

Madalena Palma – Eu tenho aqui três notinhas relacionadas com os bombeiros, transportes e praias. Praias, li no Setubalense que foram vendidos 227 mil bilhetes vezes não sei quanto, porque não sei bem se é a 2,60€, se é a 2,40€, dava para a empresa pagar aos táxis, a quem andou de táxi, porque não tinha transporte.

Hoje falei com um amigo meu do Setubalense, e disse: “Eh pá, vocês têm a lata de por isso no jornal, nem um bocadinho de desculpas pedem à população que não tinha transporte, enquanto passavam às dúzias de carros para o Creiro”.

Os bombeiros, aqueles senhores que tiveram aqui, que já não me lembrava da cara deles, anteontem foram à casa da minha filha, que chovia por tudo o que era sítio. “Maravilha!”, até lhes disse “Deem cá dois beijinhos”. Continuam em greve, mas em 20 minutos estiveram lá para limpar o telhado, para limpar

o sótão e moral da história, a casa está cheia de “águinha”. Quando o bombeiro saiu da porta ao lado disse, “Esta também foi a Câmara que alugou? Ele disse: “Não, esta a minha filha alugou aos senhorios.” Não vou procurar se a Câmara aluga casas aos africanos, de etnia cigana, para mim que sou branca, não sei, não quero que caia mal a ninguém a pergunta que eu estou a fazer. Estive com o senhor da agência e o senhor disse que a câmara agora estava a alugar muitas casas e aquela era 850€. Não sei se a câmara alugou, se não alugou, também não sei se têm resposta para me dar.

No que diz respeito aos bombeiros, quero elogiar os senhores que continuam de greve, que hoje às 4 da manhã ouvi a notícia de que continuam em greve, porque não se entendem com o Presidente e a câmara não sei se está do lado de uns, se está do lado de outros, mas deem uma forcinha, porque os bombeiros fazem-nos falta.

Para as praias, 227 mil bilhetes vezes 2,60€ ou 2,40€, dá muitos milhares e agora, vou aqui dizer uma coisa, no dia em que estive cá com o senhor vereador, ou Vice-Presidente, que é o senhor Pisco, disse que não convocaram os donos, ou patrões, ou chefes, pessoas, gerentes da empresa, que devia ter convocado, porque tanto no Charlot, como na manifestação da Praça do Brasil, toda a gente reclamou que não estavam presentes. Não sei se o senhor ouviu, porque fui-me embora, estive cinco minutos, aliás, voltei para trás, porque um desses senhores que cá esteve, nem sei o que é que vá dizer, teve a descontração de dizer que pagam 20€, 40€ de passe, mas o dinheiro não fica toda na empresa, então vai para onde? Para algum lado vai. Vai para onde os 20€ que a gente paga? Ou os 40€ que a gente paga? Para algum lado vai. Agora esta da praia, um grande elogio do senhor ali da Baía de Setúbal, da Casa Baía, que aquilo só tem é flores artificiais, eu até acho aquilo horrível, o pó todo que aquilo tem, mais valia ir à Serra apanhar uma verdura natural para lá pôr e já não falo dessas coisas, mas é assim, isto é inadmissível.

Já agora, como é a última reunião deste ano, Bom Natal, bom Ano, bons transportes que a gente bem precisa e muita saúde no sapatinho que também faz falta.

E vejam como é que é esta história dos 850€, o homem disse-me para mim, nem esperou que eu falasse, a câmara aluga tudo. Pois aluga e posso acrescentar, os bombeiros saíram da casa e vieram à câmara e no outro dia a senhora que mora nessa casa, esteve cá na câmara a ter uma reunião, 850€, eu se precisar de 50€ hoje, aliás, eu precisei de 100€ para fazer uma mudança na minha casa, quando tive a ação de despejo, tive que andar de joelhos de volta do padre. Um bom Natal com muita saúde e bom Ano Novo com tudo de bom.

Celestina Neves – Venho aqui questionar o Executivo, sei que hoje será a aprovação do Orçamento, se o Mercado de Brejos, se a Praça de Brejos está incluída no Orçamento para 2023. Nem me passa pela cabeça que não possa estar, porque o Sr. Presidente e os senhores vereadores saberão que esta obra deveria ter sido a primeira do mandato. Não foi a primeira do mandato, já passou um ano, não me passa pela cabeça que em 2023 não arranque, portanto, quero saber como é que está essa situação. Isto tem uma história muito longa, que não vale a pena começar a contá-la aqui, o essencial é, de facto, que a obra comece e acabe, e comece rapidamente.

Em Azeitão também acontece uma coisa estranha, há postes de iluminação pública que se apagam e que a EDP ou a E-REDES nunca mais acendem. Sei que a Junta de Freguesia tem efetivamente mandado vir com a E-REDES, mas penso que será a câmara que terá que tomar uma posição junto da EDP, porque é inconcebível que haja postes em Azeitão que há um ano que não funcionam, que não têm a iluminação pública. Sei que a Junta de Freguesia tem insistido “n” vezes junto da EDP ou E-REDES, não sei como é que se chama agora. Aproveito para informar que os projetores que são da câmara, que estão colocados na Rua José Augusto Coelho, e que iluminam a fachada da Fonte dos Pasmados, são da responsabilidade da Câmara Municipal. Hoje também estavam apagados, portanto, há necessidade de os eletricitistas da câmara lá irem.

Também durante anos e anos, ainda o Sr. Presidente da Assembleia, Manuel Pisco, era Vereador, foi solicitada a colocação de candeeiros entre a Rua da Escola Preparatória e a Repsol, ali junto à Estrada Nacional 10, onde se veio a construir o novo Parque. Os postes estão lá já, mas não têm hastes para os candeeiros, portanto, também é bom que a câmara tome isso em atenção, porque os postes, pura e simplesmente, não precisávamos lá deles, o que precisamos é da iluminação nos postes.

Relativamente ao Centro de Saúde, o que consta em Azeitão é que está um bocado atrasado, mas não por culpa da construtora, mas sim por falta de respostas da ARS, e quero saber se isto se confirma.

Quero dar os parabéns à Câmara Municipal pelas iluminações de Natal, a cidade está bonita, mas ao mesmo tempo que faço este elogio, quero fazer um reparo, penso que a câmara tem também na altura do Natal que olhar para Azeitão com outros olhos, quer alguns gostem ou não, Azeitão é uma centralidade dentro do concelho de Setúbal.

Por razões históricas, por razões geográficas e por razões de receitas que gera para a Câmara Municipal, e lembro que há muitos, muitos anos, até mesmo antes do 25 de Abril, a Câmara Municipal de Setúbal depois do 25 de Abril, passado muitos anos, manteve inclusivamente ali um corpo de trabalhadores afetos a Azeitão. Portanto, Azeitão há muitos anos que é olhada como um Polo do Concelho de Setúbal e penso que a câmara nestas questões da iluminação de Natal, das animações de Natal, tem que efetivamente também começar a olhar para Azeitão de outra forma, porque Azeitão é concelho.

Quero agora, se me permitem, dar um elogio aos eleitos, a todos os que aqui estão e isto tem um ponto de partida, e o ponto de partida é um sentimento de mágoa sobre algo passado há cerca de uma década. Venho aqui deixar hoje, um elogio relativamente à postura adotada por diversos titulares de Órgãos Autárquicos no que concerne a uma possível desagregação da Freguesia de Azeitão. Vamos por partes, começando pela mágoa, não posso deixar de recordar os ataques de que fui alvo quando perante a agregação de freguesias, operada pela Lei 11-A/2013, assumi aquela reforma para a população de Azeitão, mas na altura, tal não significou que eu houvesse concordado com todo o processo a nível nacional...

Presidente da Mesa – Senhora Ex-Presidente da Junta, Sra. Celestina Neves...

Celestina Neves – Sim!

Presidente da Mesa – Tenho a informar que ultrapassou em um minuto o tempo de intervenção de 5 minutos, já vai com 6 minutos, agradeço-lhe que faça um apelo ao seu poder de síntese para terminar a sua intervenção.

Celestina Neves – Quando me quiser cortar a palavra, corte!

Presidente da Mesa – Aqui não há cortes! Aqui só há intervenções encerradas.

Celestina Neves – Houve no país considerandos desprovidos de qualquer avaliação ponderada, mas, como disse, no caso concreto de Azeitão, aquela agregação traria vantagens para a sua população no que respeita à gestão e coesão daquele território no quadro das competências atribuídas a uma freguesia, vantagens que a realidade não tardou a confirmar. Há 10 anos...

Celestina Neves – Então vou só dizer o final, compreendo que isto possa não lhe agradar Sr. Presidente, eu compreendo...

Presidente da Mesa – Já agora sem ofender...

Celestina Neves – Eu compreendo, eu compreendo...

Presidente da Mesa – Não conta para o seu tempo, conta para o meu. Sem a ofender, não estava a prestar atenção ao que estava a dizer, portanto, sou neutro em relação às suas opiniões.

Celestina Neves – Como?

Presidente da Mesa – Acabei de dizer, sem a ofender, não estava a prestar atenção ao que estava a dizer.

Celestina Neves – Ah, lamento.

Presidente da Mesa – Sou neutro em relação às suas opiniões, agradeço que conclua. Agradeço-lhe agora que conclua, só isso.

Celestina Neves – Vou concluir, Sr. Presidente, mas lamento que venham os munícipes aqui e o Sr. Presidente esteja distraído, não está a ouvir aquilo que eles estão a dizer, é de registar, de facto, a postura do Sr. Presidente.

Portanto, deixo hoje aqui o elogio, a quem soube ainda que passados estes anos vir a reconhecer os benefícios, a meu ver claros, que esta solução administrativa trouxe para Azeitão, porque hoje ninguém usou a Lei 39/21. Muito obrigada e lamento Sr. Presidente.

Presidente da Mesa – Fique sabendo que homem honrado não tem ouvidos.

Celestina Neves – É uma tristeza o que tivemos aqui, mas espere por mais!

Presidente da Mesa – Senhora Celestina Neves, cara cidadã, terminou o seu tempo, disse o que entendeu e eu fiz outro tanto, vamos, portanto, terminar agora a fase da intervenção do período do público. O Sr. Presidente da Câmara tinha pedido para dar algumas explicações sobre os assuntos aqui colocados, faça favor.

Presidente da Câmara – Duas ou três questões que considero importantes para dar resposta aos senhores munícipes que aqui vieram.

Em primeiro lugar, tenho de agradecer a todos o facto de terem vindo aqui à Assembleia Municipal colocar estas questões, podem-no fazer, também, quando o entenderem nas reuniões da Câmara Municipal colocarem as questões que consideram importantes sobre as suas freguesias e sobre os locais onde vivem, é sempre muito importante a participação. Infelizmente, caminhamos por tempos em que a participação é cada vez menor e por isso esta minha iniciativa de apelar à participação de todos os residentes, trabalhadores, investidores neste município. É muito importante a vossa participação, dizerem aquilo que é o vosso entendimento relativamente às coisas boas e às coisas menos boas, porque há na nossa vida coisas boas, muito boas e coisas que são menos boas e como eleitos estamos aqui para vos ouvir e seguir aquilo que for o melhor entendimento de cada um dos eleitos.

Relativamente às questões do saneamento e do abastecimento de água na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, quero apenas dizer que há um compromisso deste Executivo, que foi já algumas vezes expresso, e neste mandato expresso publicamente que em 2023 se iniciam as obras de saneamento nesta freguesia, em particular ali nas Pontes, mais genericamente. Portanto, esse compromisso, é um compromisso que está assumido e é para ser cumprido, a não ser que aconteça qualquer coisa de extraordinário que hoje não é previsível que venha a acontecer. Foram explicadas, as razões porque é que, ao longo de tantos anos, esta obra que foi tantas vezes prometida, provavelmente, até por mim, porque durante alguns anos tive a responsabilidade desta área, tantas vezes ela foi prometida e nunca foi realizada. Foi apresentada até com documentos à população, que participou nas reuniões que fizemos exatamente nas Pontes e o quero dizer é que há um compromisso assumido, esse compromisso é para cumprir, as obras vão-se iniciar nos primeiros meses de 2023 e estou convencido que estarão terminadas antes do final deste mandato. É um compromisso que está assumido, é um compromisso para cumprir.

Relativamente à intervenção do senhor Armando Santos, o senhor sabe onde é que se deve dirigir para resolver os seus problemas e não vou tecer aqui mais nenhuma consideração sobre isso.

Quanto à senhora Madalena Palma, mais uma vez, reforço aqui o meu obrigado pela sua presença, por chamar à atenção de algumas questões que considera que não estão a funcionar bem. Tivemos oportunidade na última reunião de câmara de falar sobre este assunto relativamente aos transportes, que é uma preocupação nossa e que continuamos a acompanhar e a insistir junto da empresa para que os

contratos que foram estabelecidos com a empresa e com os Transportes Metropolitanos sejam cumpridos. As reuniões continuam a acontecer, nós avaliámos positivamente a forma como tem evoluído, mas insistimos que falta muito ainda para cumprir os contratos e é uma luta que continuaremos a fazer. Relativamente àquilo que se referiu das praias, certamente há de haver outras pessoas que hão de dizer que procuraram ir para as praias e não tinham transportes, mas isso é um problema, não havia de facto transportes e, por isso, todos se queixam, uns que os transportes iam para as praias, outros que dizem que não havia transportes para irem para as praias.

O projeto que foi apresentado ou a avaliação que foi apresentada, não tive ainda oportunidade de ver o texto da informação, mas genericamente o que significa é que este projeto da Câmara Municipal do acesso às praias da Arrábida é um projeto que tem muito a melhorar, como é óbvio, mas é um projeto que pretende que todos tenham acesso às praias, mas que também consigamos defender aquele património natural que temos obrigação de salvaguardar e de defender. Essa é, de facto, uma questão difícil de fazer conjugar estas duas situações e, por isso, a nossa opção de condicionar o acesso de carros particulares às praias e de optar cada vez mais pelo transporte público vai exatamente nesse sentido. No fundamental o que está aqui em causa é o esforço que a Câmara Municipal tem feito ao longo destes anos para que se consiga atingir os melhores resultados possíveis, neste domínio.

Senhora Celestina Neves, muito bem-vinda, naturalmente, relativamente ...

A senhora Madalena Palma interrompeu a intervenção.

Presidente da Mesa – Só uma intervenção de cada vez, não pode haver diálogo, agora o Sr. Presidente está a concluir a intervenção. A Sra. Madalena, desculpe, mas não pode dialogar, isto não é uma discussão na rua ou na nossa casa, é uma reunião da Assembleia Municipal. Senhor Presidente tem que fazer a intervenção por completo, faça favor.

Presidente da Câmara – Senhora Celestina Neves, obrigado também pelas questões que aqui colocou, obrigado pela chamada de atenção para algumas situações que, naturalmente, registamos e iremos procurar resolver.

Relativamente às duas questões que me parecem importantes, o caso do Mercado de Brejos, ele é um compromisso da Câmara Municipal, da gestão da CDU. É verdade que ao longo de muitos anos, pelo menos desde 2009, lembro-me bem apesar de às vezes a memória falhar, mas sobre este ponto tenho bem claro na memória o que está em causa e as dificuldades para atingir os objetivos que foram estabelecidos e que foram compromisso assumido pelo Executivo. O caso do Mercado de Brejos é apenas um exemplo, porque há um conjunto de outros projetos que fazem parte daquilo que nós determinamos, que seria uma nova centralidade no nosso concelho e uma nova centralidade em Brejos de Azeitão, numa área perfeitamente delimitada que a senhora conhece muito bem e que, por razões que agora não vou aqui tratar, mas que muitos dos senhores deputados municipais conhecem.

A questão da centralidade, pode haver pessoas que entendam que houve um compromisso que não deu passos, não tenho essa opinião, a centralidade está em construção, leva mais tempo, houve dificuldades, aliás, em particular da parte da Câmara Municipal de não conseguir em tempo atingir esse objetivo, mas a centralidade desenvolve-se, porque, quando anunciámos a centralidade e houve quem ouvisse e houve quem tomasse medidas. Alguém tomou medidas, há investidores, há comércio que se desenvolve, exatamente naquela área, prestação de serviços e houve a instalação de uma superfície comercial que veio dar força a essa ideia da centralidade. Estou a dizer isto, não me posso alongar muito como sabe, mas dizer que hoje em dia a Câmara Municipal tem um problema relativamente à questão do Mercado dos Brejos e que, naquela altura fazia todo o sentido a construção desse mercado.

Hoje há dúvidas sobre a possibilidade de construirmos um mercado que não tenha utilizadores, melhor dizendo, vendedores e essa é uma questão que está a ser analisada e que, a breve prazo, terá uma decisão e este é apenas um exemplo do porquê das dificuldades que tem a ver com a urbanização, com o

desenvolvimento da urbanização, com os compromissos que foram assumidos e que estão escritos sobre o arrastamento deste processo. Mas em concreto a questão do Mercado de Brejos existe hoje para que avaliemos a situação deste problema e, como já disse, a breve prazo terá uma conclusão.

Relativamente ao Centro de Saúde, há algum atraso, creio que a última informação que tenho são três meses para uma obra daquelas e hoje nos tempos que correm, não é assim muito. Sei que o Centro de Saúde é uma prioridade para todos, para as populações, para a câmara, para as instituições, isso não está em causa, mas numa obra daquela dimensão, se forem três meses, não considero muito significativo e acompanhamos. Como sabem, a obra decorre com o acompanhamento dos Técnicos da Câmara Municipal, acompanhamos o desenvolvimento deste projeto e esperemos que ele, até ao final do 1º semestre do próximo ano, que já não falta muito, que ele esteja concluído e que, finalmente, a população de Azeitão possa ter um serviço de saúde de qualidade como naturalmente o merecem.

Relativamente à uma última questão, que tem a ver com aquilo que a Sra. Presidente disse, de que é preciso que a Câmara Municipal olhe mais e melhor para Azeitão, é um compromisso que fica, não me posso alongar mais, mas é um compromisso que existe e que a senhora sabe que se mantém e que vai continuar. Um compromisso de continuar a investir, de fazer grandes investimentos em Azeitão, como têm sido feitos ao longo dos anos.

Manuel Esteves (PS) – Não posso estar mais de acordo com a senhora Celestina Neves, no que diz respeito aqui a algumas coisas, mas em particular ao Mercado dos Brejos de Azeitão. Como todos aqui ouvimos, há anos que venho aqui a falar sobre o Mercado e nunca tenho resposta, finalmente, foi preciso a D. Celestina chegar aqui ao público para apresentar esta questão, para o Sr. Presidente dar algumas elucidações sobre o que está a acontecer no mercado.

Mas eu vou contraria-lo, porque o Mercado de Brejos de Azeitão, não é um mercado qualquer, é o mercado da zona e é o maior mercado específico para os azeitonenses e para aqueles que lá coabitam, porque como o senhor sabe e conhece e passa pelas ruas, vê as pessoas a vender as laranjas, a vender as maçãs, a vender as peras, a vender tudo ali à porta, porque não têm condições naquele mercado para fazer a apresentação dos seus produtos. Portanto, quando me dizem que põem em dúvida esta questão e se vale a pena ou não, não pode acontecer. O mercado está prometido mesmo pela CDU e está prometido aos azeitonenses e esse mercado terá que ser feito. Mais, já li, não vale a pena estar aqui a frisar, que em 2020, numa Assembleia de 24 de setembro, foi dito pela Ex-Presidente que em caso de haver alguma outra dúvida sobre a construção do mercado, que a senhora ia acionar a garantia bancária, portanto, acho que é correto, mas mais correto é que se conseguisse fazer o que já está prometido há vários anos com outros intervenientes. Todos estamos de acordo e todos achamos que as soluções terão de ser arrançadas.

VOTAÇÃO DAS ATAS

1. Ata da sessão extraordinária da Assembleia de 19 de setembro de 2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

2. Ata da sessão ordinária da Assembleia de 30 de setembro de 2022

Aprovada por unanimidade dos presentes na referida sessão.

B – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

I – INTERPELAÇÕES AO EXECUTIVO, RECOMENDAÇÕES E REQUERIMENTOS

a) Interpeleções ao Executivo

Manuel Esteves (PS) – A minha intervenção é muito curta, e é só para lhe dizer o seguinte, “*não há fome que não dê em fartura*”. Andei aqui à procura da Rua 1º de Maio de Vendas de Azeitão e finalmente, depois de dobrar o Cabo das Tormentas, lá consegui descobrir onde é que estava a Rua 1º de Maio, que é uma rua que dá, única e exclusivamente, acesso ao concelho de Sesimbra e ao concelho do Barreiro. São 50 metros onde não há uma única barraca, já nem falo em casas, digo barraca, é mesmo ao lado da Quinta das Pirâmides, porque 95% dos que estão aqui, ninguém sabe onde é que isso fica, são 50 metros que lá estão de alcatrão. Agora eu digo, a Rua 25 de Abril está cheia de buracos, não se pode andar nos passeios porque os carros molham as pessoas, os idosos e aquilo é uma aldeia antiga, tem que se reparar a estrada com toda a rapidez. Há intervenções, neste momento, na Rua 25 de Abril, o trânsito está caótico, tem que estar lá sempre um GNR para tomar conta da situação e andam a fazer remendos e remendinhos e nunca se acha 55 toneladas de uma massa para se conseguir fazer uma estrada que anda ali na ordem de um quilómetro, que atravessa a Aldeia de Vendas de Azeitão.

Quero, também, aqui dizer, que a situação da Rua do Poço continua degradante, porque quando chove aquela rua transforma-se no rio de São Simão, que já está seco. Quando chove, tem três sumidouros, uma rua que dá serventia a grande parte dos habitantes da minha aldeia, sumidouros esses que estão mal tratados, estão sujos, não são limpos e, ainda por cima, alguns têm inclinação. Pedia-lhe encarecidamente que fosse lá ver, porque estão a intervencionar a estrada sistematicamente e têm feito lá valas e tapadas, agora já precisa do tapete de alcatrão e está na altura de verificarem para dar respeito, também, àquela aldeia antiga e aos azeitonenses.

Mariana Crespo (PAN) – A minha primeira questão faz referência a uma resposta de um requerimento do PS, sobre a situação atual das colónias de gatos na Arrábida. Nessa resposta que foi distribuída por todos os senhores deputados, já em setembro de 2022, é referido que na Arrábida atualmente existem cerca de 125 gatos ainda por esterilizar. Gostava de obter uma atualização acerca deste número e também das iniciativas da câmara no sentido de resolver esta situação.

Mais à frente é referido que existe um protocolo, digamos assim, com as Associações Sobreviver e Animais de Rua, em que elas podem entregar mensalmente entre 10 e 20 gatos, mas que atualmente só estariam a entregar uma média de 3. Pergunto, se é possível então o município fazer uma parceria ou um protocolo com outras Associações de Setúbal, porque, pelo menos, tenho conhecimento de uma Associação que opera em Setúbal, intervindo com os animais de Setúbal em que, de maneira voluntária e a custos próprios, esterilizam cerca de 100 gatos por mês que é, aliás, um valor bastante considerável, considerando que o CROAC, pelos dados de setembro, no 1º semestre de 2022 tinha esterilizado 192.

Por fim, é referido que um dos grandes entraves para a intervenção no Parque Natural da Arrábida, é o facto de o ICNF não permitir a devolução dos gatos ao mesmo local. Ora acontece que, em 2020, segundo notícia que saiu na imprensa, a Câmara Municipal de Setúbal celebrou um protocolo de colaboração entre o Centro Hospitalar de Setúbal e a Associação Tico e Teco que tem sede no Cartaxo e que visava exatamente o controlo da sobrepopulação de gatos no Hospital Ortopédico de Sant'Iago do Outão e, no âmbito deste protocolo, o Centro Hospitalar de Setúbal iria pagar uma verba de 10 mil euros à Associação, repartida pelos 3 anos de vigência do protocolo, para que a mesma acolhesse nas suas instalações, todos os gatos recolhidos. Pergunto, qual o estado deste protocolo e se avançou? No fundo, qual é a justificação para não haver um local para enviar estes animais.

Gostava, também, de perguntar, confirmar aliás, se a Câmara Municipal de Setúbal concorreu aos apoios do ICNF, concursos que decorreram em novembro de 2022 para apoio às campanhas de esterilização.

Por fim e recordando à recomendação do PAN, acerca dos fogos de artifício silenciosos, que foi aprovada nesta Assembleia municipal a 29 de abril, gostava de confirmar se foram acautelados os princípios desta recomendação, nomeadamente a nível da realização do estudo sobre a possibilidade de adoção dos fogos de artifício, a eliminação dos fogos de artifício mais ruidosos, que são utilizados anualmente no início e no final das celebrações. Se foi acautelado, também, o estabelecimento de locais de lançamento de fogo que acautele o bem-estar das pessoas e animais, ou seja, longe de parques, abrigos e canis para animais, bem como de hospitais ou outras instituições onde se encontrem pessoas mais suscetíveis, isto naturalmente, a pensar nos festejos da passagem de ano.

Simão Calixto (CDU) – Trazia aqui algumas questões, a primeira sobre os transportes públicos e a operação da Carris Metropolitana. Já aqui nesta assembleia uma cidadã também nos trouxe algumas preocupações e que também temos conhecimento, nomeadamente, de falhas sistemáticas aos fins de semana, atrasos, paragens que continuam a não ser feitas pelos motoristas, a adequação dos meios, o uso de autocarros muito pequenos que depois deixam pessoas para trás, etc. Senhor Presidente, era para esclarecer a esta assembleia o que é que a câmara também poderá fazer para alterar estes problemas que lesam os utentes dos transportes públicos.

Depois trago aqui algumas questões sobre o estado do Serviço Nacional de Saúde no nosso concelho. Tendo em conta a situação atual no Hospital de São Bernardo, com a falta de médicos, tivemos uma semana com a urgência pediátrica encerrada, pelo que gostava também de perceber, pela parte da câmara, que esforços é que estão a ser feitos junto do Governo, dado que também aconteceu aquela situação muito caricata em que o nosso Presidente da Câmara teve que ir para a porta do Ministério para ser confirmada uma reunião. Gostava que o Sr. Presidente pudesse transmitir alguns esclarecimentos sobre isto.

E por fim, questionar sobre o impacto que tem e continua a ter as obras que se fizeram na Várzea para o impedimento das cheias na nossa cidade. Tivemos agora um período, também, de muito mau tempo e perceber se essa obra do progresso de combate às alterações climáticas, de facto, tem ou não impactos positivos na mitigação e dos efeitos das cheias na cidade.

Rui Lamim (PSD) – Vou falar de dois assuntos. O primeiro tem a ver com o fecho das urgências pediátricas em Setúbal, o Sr. Presidente da Câmara deslocou-se a Lisboa recentemente, numa atitude de provocar diálogo com o Ministério da Saúde, uma atitude surpreendente, mas o ponto que quero focar tem a ver com um veemente protesto que nós fazemos aqui pelo fecho de quase uma semana das urgências pediátricas no Hospital de São Bernardo. O descontentamento para com o Serviço Nacional de Saúde atinge agora o máximo em Setúbal.

Nesta cidade e na grande área de ação deste Hospital, produzem-se nas fábricas, nos portos, nos serviços, uma grande e significativa parte da riqueza deste país, que é distribuída e bem por todos os portugueses. E nós não abdicamos deste esforço e exigimos o normal funcionamento do Sistema Nacional de Saúde, cuja falência de funcionamento se torna, infelizmente, habitual devido à má gestão.

Sim, minhas senhoras e meus senhores é mesmo má gestão, porque a responsabilidade não é dos médicos ou de qualquer outro trabalhador da saúde, como muitas vezes se costuma dizer, não é dos diretores de serviço que amiúde estão demissionários, nem sequer da Administração Local, mas do Ministro da pasta, e de quem o nomeia, isto é, o Primeiro-Ministro, da política e sejamos claros, da política do Partido Socialista. Porque senão vejamos, como é extraordinário que agora, neste momento, em que se gasta o topo do topo em saúde e existe a maior quantidade de portugueses com seguros de saúde. É efetivamente extraordinário como é que os portugueses não confiam no Sistema Nacional de Saúde, como isto é possível? Sim, meus caros senhores, é mesmo incapacidade de gestão que este Governo demonstra e que aqui nós também protestamos veementemente.

O segundo ponto tem a ver com o trânsito nesta cidade. O trânsito e a mobilidade são fatores de progresso, fatores que podem beneficiar ou prejudicar de forma séria Setúbal e, neste momento e em certos momentos, a mobilidade, o trânsito nesta cidade está pior, continuamos a ter dificuldades quer no transporte público, quer no particular, como já foi referido e bem.

A concessão da Carris Metropolitana continua a não ter a confiança da população como meio de transporte previsível e de uso normal, o que acresce a isto é a Estação da Praça do Brasil que continua a não ter painéis informativos, o parque de estacionamento continua por abrir e a própria Praça do Brasil continua a ser um estaleiro de obras.

A outra estação, a outra “pseudo” estação do topo da Várzea, continua a não ter o mínimo de condições, nem sequer tem energia elétrica. Todos os dias nesta cidade, no início do dia de trabalho e no fim do mesmo, em vários locais da cidade há bloqueios e grande acumulação de tráfego, aliás, a circulação na cidade tem vindo a degradar-se ao longo do tempo e não conseguimos perceber a iniciativa deste município para recuperar as condições de circulação que fazem parte de uma cidade moderna e atrativa para o desenvolvimento. Aliás, o que se observa é exatamente o contrário, é o estrangulamento das vias, obras em ruas que as tornam mais estreitas com lugares de estacionamento, obviamente esses bem desenhados, mas cheia de pilaretes, mais lentas e logo mais poluentes, mais estreitas, mais difíceis para os camiões de recolha de lixo, para autocarros, para as pequenas entregas, com pilaretes, uma profusão que é quase uma floresta amazónica. Imaginemos uma ambulância que vai buscar alguém, tem que parar no meio da rua, os pilaretes impedem que ela vá para dentro do passeio e há logo ali um estrangulamento. Quantas ruas novas, novinhas com alcatrão impecável, estão a ficar assim? Não é esta a cidade que queremos, queremos uma cidade que seja para as pessoas, que possa ser usada e que tenha condições de mobilidade.

João Afonso Luz (CDU) – Apenas para uma saudação à bancada da CDU que parece justa fazer-se nesta assembleia, tendo em conta a admissão do Município de Setúbal, como membro Honorário do Comité Olímpico de Portugal. Uma admissão por unanimidade na Assembleia Plenária do COP em 29 de novembro, por proposta da Federação Portuguesa de Atletismo e que, em nosso entender, é uma forma de reconhecimento daquilo que tem sido o esforço e o empenho do Município de Setúbal no desenvolvimento da prática desportiva e no contributo para que os atletas possam, também, atingir os seus objetivos em termos competitivos. Parece-nos, a nós, que este, sendo um elemento simbólico e de prestígio para o Município de Setúbal, merece e deve ser saudado no quadro da nossa assembleia.

Ilídio Ferreira (PS) – Trago aqui dois assuntos sobre a minha aldeia, vou ver se consigo fazê-lo no minuto que tenho destinado para colocar as questões. No passado dia 13, enviei um email para o Sr. Presidente sobre um ninho de vespa asiática numa árvore existente perto da Aldeia Grande.

Segunda questão, relativamente ao arruamento, a obra que foi feita há algum tempo atrás na Rua de Aldeia Grande, foi uma obra de pavimentação e também de remodelação das valetas e dos escoamentos de águas, ficou com alguns defeitos, já foi verificado no Inverno do ano passado, ficaram de passar por lá para fazer a alteração, a qual não foi feita, os sumidouros não têm capacidade para escoar a água quando há mais chuva e a água vai para dentro dos quintais das pessoas. Solicito à câmara que envie um técnico para fazerem as respetivas alterações, a obra tem que ser alterada.

Alexandre Teles (PSD) – Vou falar aqui do crime ambiental que tem acontecido na Vala de Brejos de Canes, na Mourisca. Sendo do conhecimento público este fator, que tudo indica que está identificado e ao que parece é um prevaricador muito conhecido, questiono se as entidades competentes têm identificados os infratores e o local das descargas e o porquê de ainda não terem sido tomadas medidas que impeçam as mesmas?

Tendo em consideração a informação jornalística, este mesmo tipo de descargas, numa empresa ligada aos infratores poderá ter sido responsável pelo aumento de doentes oncológicos nas populações que residem muito próximo da contaminação. Por isso questiono, se as descargas industriais na Vala de Brejos de Canes são compostas das mesmas características, será que a população da Mourisca que reside próximo desta Vala, que utiliza as águas dos lençóis freáticos para consumo e regas, e quem também consome produtos cultivados na mesma zona vai estar exposto ao mesmo problema? Temos, se calhar, um caso de saúde pública.

Questiono se estão a ser tomadas diligências para apurar o estado das águas do lençol freático, tendo em consideração que os solos também ficaram contaminados? Questiono se já está prevista uma eventual descontaminação? Como serão ressarcidos os lesados e se está previsto algum apoio para os mesmos? Tendo em consideração que houve uma ação de fiscalização municipal ocorrida a 6 de setembro, o que realmente o município está a fazer e a agilizar, como entidade competente, para que este problema não se vá arrastar ao longo do tempo e se tem conhecimento que, após algumas diligências tomadas, continua a haver descargas.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Também trago aqui o assunto da questão das descargas na vala, na Rua de Brejo de Canes, aquela zona da Quinta do Fragoso. Não sei se o Sr. Presidente tem, neste momento, dados sobre esta questão, porque todos os indicadores que existiam da parte da APA, nomeadamente o resultado das análises, indicavam produtos químicos, mas que eram das descargas contínuas e não pontuais. Aquilo que a reportagem que a CMTV apresentou agora, é precisamente contrária a tudo isto e é uma questão que nos preocupa bastante, aliás sempre nos tem preocupado, sabemos que está no Ministério Público, mas sabemos a forma como a nossa justiça funciona e a nossa grande preocupação é quanto tempo é que vai demorar a ser resolvido e que medidas é que se têm que tomar ou que se devem tomar para que aquela vala seja descontaminada.

A vala tem 1.800 metros, há ali cerca de 600 a 700 metros que estão completamente destruídos com caniços, com silvas e a nossa grande preocupação é que, estando isto no Ministério Público e o tempo que a justiça leva a resolver as coisas, por vezes algumas dezenas de anos, porque estas grandes empresas depois também se movimentam muito bem, e vai-se andar aqui a perder bastante tempo e a nossa preocupação é que haja aqui uma intervenção forte e rápida, principalmente, na questão da descontaminação.

Todos sabemos que isto pode demorar muitos anos, mas vão aplicar algumas multas à empresa, acho que no outro lado houve uma multa de 400 mil euros, mas a verdade é que essas receitas vão para o Estado e quem fica ali a sofrer são as populações. Neste momento, não sabemos se estão a ser feitas algumas descargas ou não, porque tem chovido muito, mas devem-se tomar medidas, seja de onde for, para que aquela vala seja descontaminada.

Outra questão, não sei se o Sr. Presidente da Câmara já tem algumas novidades sobre o mau funcionamento que existe na central de compostagem da AMARSUL, em Poçoilos? Há vários meses que os maus cheiros se têm estado a agravar e torna-se um bocado insuportável e, muitos dias, quando o vento dá para o lado dos loteamentos da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes, Serralheira, Alto da Guerra e Poço Mouro, por toda aquela zona os cheiros são bastante fortes. Isto já aconteceu há alguns anos e com o investimento na substituição dos filtros veio melhorar muitas coisas e gostava de saber se há alguma resposta, porque sei que já houve intervenção neste sentido junto da empresa.

Presidente da Mesa – Senhora deputada Eunice Pratas, tinha pedido intervenção neste período, mas deixe-me fazer aqui um esclarecimento. Não posso estar a repetir as regras todas as sessões, mas só para conseguirmos ordenar o nosso funcionamento, há três momentos no período de antes da ordem do dia, segundo o nosso regimento que foi aprovado por nós.

Um primeiro momento, para a interpelação dos deputados, o segundo para as respostas do executivo e o terceiro momento para as moções, saudações, etc. Quando não respeitamos esta solução dos tempos, o que vai acontecer é que tendencialmente repetem-se os temas de intervenção, não quer dizer que não haja tempo para intervir, mas tentamos fazer as nossas intervenções dentro de um destes três tempos, um é do Presidente, outro das moções e saudações e o primeiro é das interpelações. Sem grandes rigores de segundos, porque têm tempo para isso.

Agradeço-lhe essa sua intervenção, mas futuramente lembrem-se de que devem dizer no primeiro momento tudo o que tiverem para dizer, para depois dar-se oportunidade a que o Executivo se explique.

Eunice Pratas (PS) – Devo dizer que manifesto a minha solidariedade com as preocupações apresentadas pelo Presidente da Junta de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, Luís Custódio, mas manifesto alguma estranheza no que foi aqui dito nesta Assembleia Municipal.

Na Assembleia de Freguesia anterior, a bancada do Partido Socialista trouxe uma recomendação para a Câmara Municipal, para a APA e para o Ministério do Ambiente agirem sobre esta situação da Vala de Brejos de Canes, a verdade é que a bancada da CDU votou contra e hoje fala-se aqui para agir.

Então, quando convocámos os responsáveis que têm alguma palavra a dizer nesta situação para agir e eles próprios votam contra, há aqui algo que não percebo. Também sei que o Ministério Público e a APA já responderam ao Executivo CDU, como responderam aos deputados do círculo eleitoral de Setúbal e hoje fala-se como se não houvesse resposta e nenhuma diligências tomadas.

Acho que deve haver aqui um esclarecimento quando há conhecimento, nomeadamente da minha parte, sei que existe respostas da APA, do Ministério do Ambiente e que foi por recomendações apresentadas na Assembleia de Freguesia, que foram chumbadas pela bancada da CDU, para serem tomadas medidas e hoje aqui na Assembleia Municipal parece que não há nenhuma responsabilidade apresentada.

b) Intervenção do Executivo

Presidente da Câmara – Começava por responder ao senhor Manuel Esteves, mas como agora não está, passo à frente, quando ele vier logo falarei sobre as questões que colocou.

Sobre as questões que a senhora deputada do PAN referiu, peço ao Sr. Presidente para a Sra. Vice-Presidente dar uma resposta mais em pormenor sobre as questões levantadas.

Respondendo ao senhor deputado Simão Calixto, sobre o problema da falta de cumprimento dos horários, das carreiras, como já disse, a Câmara Municipal continua a acompanhar tecnicamente e politicamente a situação do funcionamento da operação dos transportes públicos e da empresa.

É importante dizer que tem havido uma evolução positiva no cumprimento do contrato, mas continuamos a afirmar junto da empresa que tem de ir muito mais além no cumprimento do contrato, em particular aqui no concelho de Setúbal. Nas reuniões no Conselho Metropolitano, alguns dos senhores Presidentes de Câmara, deste Lote 4, colocaram 2 ou 3 questões, não digo que sejam menores, porque o que está em causa é o transporte público das pessoas, mas comparativamente os problemas que são detetados nos outros municípios comparados com os problemas que são detetados em Setúbal, há uma diferença substancial e é nesse sentido que continuamos a insistir junto da empresa para que cumpra com os horários e com as carreiras que estão estabelecidas.

Existe uma outra questão que não foi aqui colocada, mas que é uma questão central, que é o problema da disponibilidade da informação, é uma dificuldade que a empresa tem de disponibilizar informação que seja credível, porque a informação que é disponibilizada fica em breve prazo sem corresponder à realidade. O que posso dizer e afirmar aos senhores deputados municipais é que a Câmara Municipal e os seus técnicos acompanham toda esta atividade, no sentido, de que a empresa cumpra em toda a dimensão o contrato que está estabelecido para prestar um serviço de transportes públicos aqui em Setúbal.

Relativamente à questão da saúde, os senhores deputados têm acompanhado o que se tem passado no Centro Hospitalar de Setúbal e em particular no Hospital de São Bernardo. Solicitámos uma reunião ao Sr. Ministro, não tivemos resposta, os serviços do meu gabinete contactaram o gabinete do Sr. Ministro, fui informado que tinham recebido o nosso pedido de reunião, mas que, ainda, não tinha despacho. Tendo em conta a gravidade da situação, os três Presidentes de Câmara, de Setúbal, Palmela e Sesimbra, a área de intervenção deste Hospital ou do Centro Hospitalar, decidimos ir à porta do Ministério colocar a questão para quando a marcação de uma reunião. Sabemos que as agendas são complicadas, mas marcar uma reunião é uma coisa que é sempre possível e é de lamentar que três Presidentes de Câmara tenham que ter ido à porta do Ministério para lhes ser marcado uma reunião. Não foi para se fazer uma reunião, foi para marcar uma reunião. O importante é que a reunião foi marcada, vai ter lugar no próximo dia 20,

pelas 19 horas no Ministério da Saúde e onde serão colocadas ao Sr. Ministro as questões que já são públicas e que já estão identificadas.

É necessário que haja uma prestação de serviços em condições, em dimensão e em qualidade para os utentes, é necessário que os departamentos, os serviços do Hospital tenham pessoal qualificado nos vários níveis, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico e outros técnicos hospitalares, no sentido de darem resposta, que estejam presentes, que vistam a camisola, como se costuma dizer, para servir as populações.

Aquilo que denunciámos, porque é uma informação que temos dos Diretores de Serviço, é que não há quadros no Hospital, o que está a acontecer é uma contratação dos chamados tarefeiros, com o respeito que é devido aos profissionais de saúde que são colocados neste momento, mas os tarefeiros são contratados para estarem lá 3 ou 4 horas, 2 ou 3 horas e vão-se embora e as pessoas vão ao Hospital e fica essa incapacidade de dar resposta em permanência e com a qualidade que necessária às necessidades na saúde. Naturalmente que é uma questão central, existem os problemas das obras, etc.

Há um outro conjunto de questões, mas esta é uma questão central que tem de ser resolvida e terá de ser colocada ao Sr. Ministro e esperemos que venha a haver um compromisso, porque somos parceiros, nós Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia somos parceiros neste processo, mas cada um tem de assumir as suas responsabilidades e neste caso são do Governo e do Ministério da Saúde.

Somos parceiros como disse, somos nós que estamos a assumir a responsabilidade da construção do Centro de Saúde de Azeitão, estamos a elaborar os projetos dos outros dois Centros de Saúde aqui em Setúbal e nesta perspetiva somos parceiros, estamos cá para ajudar a resolver, mas é preciso que quem tem outras competências, as competências do défice de profissionais do Hospital, que sejam também cumpridos.

Relativamente à questão das bacias de retenção, como todos nós sabemos, as bacias de retenção são uma iniciativa técnica que está dimensionada para a cidade de Setúbal e que retém centenas, milhares de metros cúbicos de água quando chove torrencialmente em pouco tempo. É a única solução para que a cidade não fique inundada, mas quando chove torrencialmente, como vivemos numa cidade, num espaço público que está impermeabilizado, a saída das águas é feita por tubagens, as quais têm limites, e, portanto, quando chove torrencialmente em pouco tempo há cheias. Nós vimos as cheias que houve aqui, comparado com o que aconteceu noutros sítios, infelizmente para eles e felizmente para nós, os prejuízos não foram assim tantos e reporto-me sempre ao que aconteceu aqui em 2008. Vivi as cheias de 2008 e o que aconteceu nesta cidade com os comerciantes, com as pessoas que viviam aqui, em particular no centro da cidade, esperemos que nunca mais venha a acontecer. Aquelas bacias de retenção foram um grande investimento, uma parceria, também é verdade, da Câmara Municipal com a Administração Central, naturalmente com Fundos Comunitários, mas o investimento que está ali é um investimento para a defesa das pessoas e dos bens e nestas condições podemos considerar que há cheias, mas comparativamente com outras situações, felizmente, não tem comparação.

Relativamente ao trânsito e mobilidade, senhor deputado Rui Lamim, estamos de acordo se considerarmos que, de facto, tem havido problemas no trânsito e na mobilidade na cidade de Setúbal. Não posso é estar de acordo com as outras considerações que fez relativamente às medidas que a Câmara Municipal tem vindo a tomar para promover a mobilidade, mas a mobilidade para todos.

É um projeto que está em desenvolvimento desde há vários anos e que a Câmara Municipal todos os anos faz investimentos, exatamente para garantir a mobilidade para todos. Nós verificamos hoje que, quando estas medidas foram tomadas e durante dois ou três anos verificámos que os passeios foram libertos de carros, que os carros ficavam nos sítios adequados e nessa altura não tínhamos transportes públicos a funcionar. Temos tido ao longo destes meses, como todos sabemos, grandes dificuldades no funcionamento dos transportes públicos, a nossa convicção, o nosso conhecimento e a nossa experiência com base em outras experiências é que com os transportes públicos a funcionar, de acordo com as exigências e necessidades das pessoas, haverão menos carros particulares a circular na nossa cidade. Dessa forma também os passeios serão libertos e as pessoas terão melhores condições para circular nos passeios, para usufruírem do espaço urbano e da convivência urbana e esse é o objetivo, é esse o projeto, é esse o trabalho que tem sido desenvolvido, para isso é preciso se criarem as condições e estamos a fazer

um esforço para que essas condições se possam garantir e por isso é que não estou de acordo quanto à segunda parte da questão que levantou.

Senhor deputado Ilídio Ferreira, relativamente ao ninho de vespas, suponho que já terá sido feita a intervenção dos nossos serviços para identificar o ninho. Há dias tive uma conversa com quem faz este tipo de intervenções e quando chove não é uma boa altura para intervir nestes ninhos, portanto, não lhe sei dizer se a intervenção já foi feita ou não, mas se enviou essa nota aqui para a Câmara Municipal, naturalmente que será resolvida.

Relativamente à questão dos arruamentos, tomo nota e iremos naturalmente verificar, agradeço estas informações, porque são informações que cabe à Câmara Municipal tomar as medidas adequadas.

Em relação às Valas, senhores deputados, passado meses e meses dos nossos serviços estarem a tomar medidas para intervir neste processo, de ter várias entidades, designadamente a APA, a intervir neste processo, porque o problema se mantinha, fui eu que chamei a comunicação social em conjunto com o Sr. Presidente da Junta e levamos a comunicação social ao local e chamei que era um crime ambiental o que estava a acontecer e como sabem fez eco na comunicação social. A atividade da Câmara Municipal e a responsabilidade dos serviços competentes continuam a intervir, uma questão que é importante todos retermos, a Câmara Municipal foi notificada a dizer que o assunto estava a ser tratado pelo Ministério Público e que, portanto, a Câmara Municipal não deveria intervir ou imiscuir nesta ação do Ministério Público. Naturalmente que cumprimos estas determinações, agora os nossos serviços continuam a acompanhar a situação se as descargas continuam e estes registos continuam a ser feitos pelos nossos serviços de fiscalização. Por enquanto mantemos esta posição de cumprir aquilo que o Ministério Público determinou, mas continuamos a acompanhar esta situação, até porque se isto se mantiver e se não virmos nenhuma ação que comece a resolver aquela situação, naturalmente que a Câmara Municipal tem de tomar outras iniciativas, temos de ver as formas de o fazer. Tomar uma iniciativa de, mais uma vez, publicamente, junto das entidades competentes clamar por uma intervenção urgente, é este o compromisso que aqui vos deixo.

Presidente da Mesa – Terminamos agora este período e passamos à fase das Moções, Resoluções, Recomendações e Saudações. Começando pelas recomendações, todas elas estão distribuídas e conhecidas, portanto, se houver dispensa de leitura e de grandes argumentações, tanto melhor, mas cada um dirá o que entender sobre elas.

1. Recomendação “Erradicação da Pobreza no Município de Setúbal” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 17, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Flávio Lança (IL) – Relativamente a esta Recomendação “Erradicação da Pobreza no Município de Setúbal”, temos efetivamente de dar os parabéns ao PSD por apresentar uma recomendação digna de um Secretário-Geral da ONU e iremos com todo o gosto, acompanhar esta recomendação.

Erradicar a pobreza, neste caso, no Município de Setúbal é algo que deve ser recomendado a todo o mundo, só lamentamos o facto quando o PSD tem oportunidade de dar o seu contributo, no âmbito das suas competências nesta Assembleia, para erradicar a pobreza e deixar mais dinheiro nos bolsos dos setubalenses e olha para o lado e deixa passar a manutenção do IMI e da Participação Variável no IRS.

João Afonso Luz (CDU) – Ficámos assim a saber o conceito de pobreza da Iniciativa Liberal.

Relativamente a esta recomendação apresentada pelo PSD, o compromisso do município com as políticas de erradicação da pobreza é inegável e, no nosso entendimento, deve prosseguir e ser aprofundado. Aprovámos, no quadro desta Assembleia, um conjunto de medidas de apoio social que consideramos importantíssimas e fundamentais para mitigar os efeitos de uma grave crise com que estamos todos confrontados, mas não deixarei de perguntar aos proponentes algumas questões. As medidas sociais de apoio são claramente insuficientes e é necessário ir mais longe, é necessário ir à raiz do problema e atacar as causas profundas do empobrecimento e das desigualdades.

A pergunta é, se os proponentes que aqui nos trazem esta recomendação estão de acordo em diminuir estas desigualdades e acabar com elas, em promover uma diferente distribuição de riqueza entre trabalho e capital, se estão de acordo com a necessidade urgente de salários e pensões e, em particular, das camadas mais desfavorecidas que empobrecem a trabalhar.

- **Vitor Rosa (BE)** – Esta recomendação, na nossa opinião, não passa de um conjunto de generalidades, não apontando uma única medida a ser considerada como necessária à diminuição dos indicadores de pobreza, como ela própria indica no seu texto. A pobreza não nasce por obra e graça do Divino, nem cai do céu, ela é fruto concreto da falta de condições materiais derivada de vários fatores como o acesso ao trabalho, à educação, à habitação, entre outros. A falta destas condições objetivas, inclusive de quem trabalha e não consegue sair da pobreza, são reflexo de medidas políticas e sociais que vários governos, entre os quais muitos do PSD, não aplicaram e nalguns casos até rejeitaram. Falamos de aumentos salariais, efetivaram cortes nas pensões, as leis laborais que apostam no emprego precário e redução de direitos, leis de arrendamento dificultando os mais pobres, são alguns desses exemplos. Votaremos contra esta recomendação, que na sua essência não passa de uma mão cheia de boas intenções, mas vazia no seu conteúdo, no verdadeiro combate à erradicação da pobreza.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 35 votos a favor, 17 da CDU, 8 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, e 1 voto contra do BE.

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Eu sei que pode parecer um pouco insólito, fazer uma declaração de voto da nossa própria recomendação, contudo, também é insólito, às vezes não se conseguir compreender o conceito de pobreza e, portanto, a declaração de voto em si é uma boa oportunidade para explicar o conceito de maior esforço, ao menor rendimento disponível, que é totalmente diferente do conceito de pobreza em si, tal como aquele que é aqui indicado nesta mesma recomendação. Há efetivamente um conjunto de instrumentos que podem ser sempre usados e implicados para que o rendimento disponível fique maior, para que as famílias portuguesas possam ter um rendimento disponível maior e, até inclusive, a OCDE fez recentemente um estudo muito interessante que analisa o rendimento disponível das famílias portuguesas em comparação com as outras famílias da União Europeia. Sabe-se que Portugal, ao longo destes anos, incluindo à data de hoje, as famílias portuguesas têm em média um rendimento disponível menor do que aquele que, inclusive, existia no tempo da troika. Contudo, quando falamos disso não falamos de pobreza, falamos também de pobreza e falamos dos outros que não estando na situação de pobreza têm um rendimento disponível menor e misturar os dois conceitos é a melhor contribuição que se pode dar para manter aqueles que, de facto, estão numa situação de pobreza. E daí, se justificar esta declaração de voto para explicar que, de facto, este conceito que aqui é abordado, é um conceito que, em primeiro lugar, deve ser combatido transversalmente por todos aqueles que podem, inclusive os municípios, mas não só, é um conceito que deve levar os nossos melhores esforços para que as pessoas que se encontram nesta situação o deixem de estar. E as pessoas que se encontram nesta situação deixem de estar nesta situação e consigam apenas sobreviver, através de apoios, através de subsídios, porque a pobreza em Portugal seria muito maior, gigantescamente maior, se não houvesse subsídios, se não houvesse apoios. Diria que um Liberal nesta situação, provavelmente, diria o seguinte, “nós não podemos viver de dar migalhas, temos que poder proporcionar às pessoas, poderem pôr o seu pão na mesa”, mas isto depende da agenda dos Liberais, se os Liberais quiserem olhar para a pobreza, porque se quiserem olhar para a Social-Democracia, se calhar diziam outra coisa.”*

2. Recomendação “Maior Inclusão – Língua Gestual Portuguesa” (PSD) (conforme documento registado sob o n.º 18, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Isabel Conde (PSD) – O dia 3 de dezembro foi comemorado como “O Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, considerando como imprescindível a intervenção de todos, o Grupo Municipal do PPD/PSD, propõe a esta Assembleia Municipal que recomende que o Município de Setúbal continue a promover a acessibilidade quer físico, quer digital, quer através dos seus edifícios e espaços públicos, quer dos seus sites e plataformas digitais, bem como, através da igualdade ao acesso à informação, nomeadamente na introdução da tradução de língua gestual portuguesa, na transmissão online das Reuniões de Câmara e das Assembleias Municipais, no verdadeiro sentido da tão necessária maior inclusão.
Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por unanimidade e em minuta.

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PAN, naturalmente, acompanha a preocupação com a inclusão das pessoas com deficiência auditiva, contudo, consideramos que a implementação da língua gestual portuguesa, na transmissão online das Reuniões de Câmara e de Assembleias Municipais, não constituirá a melhor opção para resolver esta problemática, nomeadamente devido a questões de carácter técnico e também devido, ao facto, de na realidade a língua gestual portuguesa ser utilizada por um grupo restrito de pessoas que não inclui, naturalmente, todas as pessoas com deficiência auditiva.*

Apesar de termos votado a favor, porque, obviamente, mostramos solidariedade com este assunto, consideramos que a língua gestual portuguesa não será o melhor método, mas sugerimos antes a utilização de tradução simultânea nas transmissões por vídeo.”

Elisabete Cavaleiro (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Votámos a favor desta moção da inclusão da língua gestual portuguesa, no entanto, queremos aqui também realçar que até 1998, a língua gestual portuguesa foi proibida neste país e foi com um Governo PS que ela foi, de facto, reconhecida como língua e que durante anos amordaçamos os surdos neste país.”*

3. Recomendação para a Criação do Observatório de Saúde Mental – Prevenção e Promoção da Saúde Mental (PS) (conforme documento registado sob o n.º 19, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Pedro Florêncio (PS) – Uma pequena nota introdutória, para dizer que temos vindo a assistir a um aumento significativo de episódios relacionados com a saúde mental, como depressões, ansiedade e até tentativas de suicídio, numa franja muito vulnerável da nossa sociedade. De acordo com dados recentes da Ordem dos Psicólogos Portugueses, sensivelmente 40% dos jovens relatam sentir-se cada vez mais angustiados, neste contexto e sem prejuízo das responsabilidades da Administração Central, pensamos que urge delinear um Observatório de Saúde Mental Concelhio para promoção das boas práticas de uma lógica de proximidade.

Excelentíssimos Senhores e Senhoras, a saúde mental não tem cor política, género, nem condição social, pelo que a Autarquia poderá, na nossa perspetiva, articular com as forças vivas do concelho, no âmbito de uma efetiva prevenção local desta pandemia invisível, em ações concretas no terreno.

É importante e urgente monitorizar a saúde psicológica de todo um concelho, numa sinergia de esforços e vontades com vista à construção de ambientes saudáveis.

Esperamos ter explicitado a importância da criação deste Observatório, no nosso concelho.

Vanessa Silva (CDU) – A CDU acompanha as preocupações colocadas pelo PS nesta Recomendação e gostava de colocar uma questão ao PS, designadamente a quem é que dirige a Recomendação, tendo em conta que o documento não o refere, se é às Autoridades Locais de Saúde, à ARSLVT. Estaremos em condições de acompanhar, tendo em conta as competências destas Autoridades Locais e o facto de ser referido um Observatório da Saúde Mental Local, não estando determinado em que âmbito a que se refere, se é intenção desta Recomendação iludir as competências próprias da Administração Central, empurrando-as para as autarquias, não poderemos acompanhar esta proposta.

Gostaríamos que, também, fosse clarificado pela bancada do PS, tendo em conta que já hoje aqui foi porta-voz, várias vezes, da ação governativa do PS, como é que vê esta alínea b), que aqui vem referida, nomeadamente as questões relacionadas com a saúde mental ao nível da Escola Promotora da Saúde, com o facto de ao nível do Ministério da Educação nada se ter feito relativamente à falta de psicólogos nas escolas, que é já uma evidência mesmo sem Observatório. Julgo que é uma evidência para todas as bancadas, portanto, gostaríamos de obter estas respostas, claro que conhecemos que as autarquias têm competências no âmbito da promoção e da prevenção da saúde, aliás, Setúbal tem inclusive, o desenvolvimento do “Fórum Setúbal a Pensar em Si”, com o projeto de perfil de saúde, mas há, de facto, responsabilidades da Administração Central que também se colocam a nível local, porque há uma Administração desconcentrada do Estado, não há só uma Administração Local e, portanto, gostaríamos de obter esta resposta para definir o nosso sentido de voto.

Luis Maurício (CH) – De vez em quando, ouvimos com cada coisa nesta Assembleia Municipal e a CDU diz cada coisa, mas continuando em frente.

Esta iniciativa do PS é uma iniciativa que temos de olhar com contentamento, porque a saúde mental não há muitos anos era discriminada. A bancada do Partido CHEGA vai acompanhar esta recomendação, porque acha bastante importante a saúde mental, problemas de cabeça era algo que dentro da população era discriminado, era como se não existisse e temos que começar a olhar, cada vez mais, para estes problemas, cada vez mais, para estas situações, porque só assim conseguimos ter um país melhor.

Pedro Florêncio – Não descartamos, obviamente, as responsabilidades da Administração Central e isso está bem claro nesta recomendação que acabámos de fazer e, portanto, quero dizer isso, numa primeira linha.

Numa segunda nota, quero dizer que esta recomendação é claramente dirigida ao Vereador da Câmara Municipal de Setúbal, com competências nesta área, no âmbito da descentralização de competências na área da saúde, porque há muita coisa numa lógica de política de proximidade que as autarquias podem fazer à semelhança de outros concelhos. Nós temos a noção real daquilo que se passa no nosso concelho, temos os Centros de Saúde, temos o Centro Hospitalar e podemos promover sinergias para efetivamente colmatar exatamente este problema.

Esta recomendação é dirigida exatamente ao senhor vereador com a área da Saúde da Câmara Municipal.

Presidente da Mesa – Há pouco estava a acompanhar ali a intervenção da deputada Vanessa Silva, com alguma perplexidade ou alguma confusão. A quem é que se dirige esta recomendação? Agora o senhor deputado respondeu, ao vereador local.

O senhor deputado sabe muito bem, porque está numa escola, eu sei muito bem, sabemos muito bem, não sei se é resultado direto ou 100% da pandemia e dos confinamentos, mas há uma sucessiva degradação da saúde escolar, da saúde mental dos jovens, dos adolescentes que parece notório e as escolas clamam por psicólogos nas escolas.

Para se fazer um Observatório é preciso psicólogos, psiquiatras, especialistas, nós precisamos deles e estamos a verificar que precisamos deles na escola.

A ser dirigida ao Executivo Municipal, pretende-se que o Executivo contrate os técnicos, organize os técnicos para pôr nas escolas, explicita-me, por favor, para ver se conseguimos arranjar uma parceria, que será o Ministério da Saúde, eventualmente, e se conseguir fazer o Observatório.

Pedro Florêncio (PS) – Os problemas da saúde mental ocorrem sim nas escolas e são bastante visíveis, mas não ocorrem só nas escolas, ocorrem nas empresas, ocorrem nas IPSS, ocorrem nas famílias, ocorrem na sociedade de uma forma geral. As escolas ao abrigo daquilo que é o Plano de Recuperação das Aprendizagens, têm vindo a ter cada vez mais psicólogos.

É um recurso imprescindível na dinâmica daquilo que é a construção do projeto educativo de cada Agrupamento de Escolas e Escolas Secundárias não agrupadas, mas não se resolve o problema da saúde mental, tem de ser prevenido, não podemos andar a correr atrás do prejuízo, temos que construir uma solução e essa solução passa, exatamente, por construir um plano identificando quais são as causas que promovem os problemas que têm a ver com a saúde mental, como as tentativas de suicídio, as angústias, as depressões mútuas, isto não acontece só com os alunos, começa a acontecer com os profissionais, com os professores, com as assistentes operacionais, com vários técnicos. É claro que este fenómeno tem bastante visibilidade nas escolas, mas não acontece só nas escolas.

Presidente da Mesa – Estamos esclarecidos, a recomendação é especificamente dirigida ao executivo municipal, era esse esclarecimento que agora está bem nítido.

Vanessa Silva (CDU) – Acrescentar uma preocupação, poderia fazê-lo na declaração de voto e, se calhar, sublinho depois outros aspetos. A CDU sabe que não acontece só nas escolas, tem a ver com o parágrafo que aqui está escrito, aliás, também sabemos que é da responsabilidade do Governo, do Ministério da Saúde a colocação de profissionais de saúde nos hospitais, nos centros de saúde, no meio hospitalar e, também, sabemos que eles não estão lá colocados e isto é uma questão muito mais genérica, mas a competência vai sempre bater ao mesmo sítio.

E, naturalmente, definimos a nossa orientação de voto, não acompanharemos este iludir da situação, mas acompanhamos as preocupações que estão colocadas pela bancada do PS e pensamos que deveria ser dirigido às Entidades competentes e não ser colocado como mais uma tarefa a nível local, para uma Autarquia Local, quando sabemos que o Governo não tem tido a capacidade de resolver os problemas, mas claro que compreendemos as preocupações e compreendemos o papel da bancada do PS aqui.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a recomendação aprovada por maioria e em minuta, com 20 votos a favor, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, e 17 votos contra da CDU.

Isabel Conde (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Sem Saúde mental não há saúde, e a saúde é um pilar da nossa sociedade. Acompanhando com expectativa a criação deste Observatório e as suas futuras propostas de implementação de grandes linhas orientadoras para o nosso município, alertamos apenas para a melhor articulação com as medidas que estão previstas a nível nacional, bem como, para uma saudável articulação com as poucas medidas já existentes. Uma verdade temos, as crianças e os jovens são o melhor investimento no nosso Município.”*

II – MOÇÕES E RESOLUÇÕES

1. **Moção “Defender o Serviço Nacional de Saúde e o Direito à Saúde” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Joana Tomé (CDU) – A moção que a bancada da CDU traz aqui, neste contexto, manifesta a nossa preocupação com a evolução do Serviço Nacional de Saúde e com o acesso das populações do concelho aos cuidados de saúde.

Vemos com preocupação o desvio de verbas, pelos sucessivos Governos, do setor público para o setor privado, a desvalorização das carreiras, a escassez de recursos humanos que contribuem depois para a exaustão dos profissionais de saúde, a rotura nos serviços, a degradação das condições de prestação destes cuidados, a ausência de médicos de família atribuídos e as longas esperas para consultas, exames e intervenções.

Preocupa-nos, também, o encerramento, como já aqui foi falado, das urgências pediátricas e as permanentes dificuldades que vêm sentindo os serviços de urgência obstetrícia e ginecológica, os serviços de urgências gerais e muitos outros serviços revelando que não foram tomadas medidas necessárias pelo Governo.

Temos algumas deliberações que não vos vou ler, porque estão explícitas no documento. A ideia será manifestar a solidariedade com os utentes e os profissionais de saúde, valorizar as carreiras e as remunerações, aplicar os recursos públicos onde eles devem ser aplicados, nos hospitais e nos cuidados primários do Serviço Nacional de Saúde. Que se cumpra com a resolução do Centro Hospitalar de Setúbal, que foi aprovado em Assembleia da República, e que se manifeste, também, o desagrado com o Governo relativamente à questão que já foi aqui também colocada com a tentativa de marcação de reunião com caráter de urgência.

Eunice Pratas (PS) – Defender o Serviço Nacional de Saúde sempre foi uma luta do PS, não fosse o Arnaut o pai do mesmo.

Vamos ponto por ponto, o maior investimento de sempre no Serviço Nacional de Saúde foi no Orçamento de Estado de 2023 que totaliza 12,297 milhões de euros e que o PCP votou contra na Assembleia da República. Foi mais 8,862 milhões de euros do que em 2022, mais 3,269 milhões de euros do que em 2021 e mais 4,423 milhões de euros do que em 2015 e que o PCP deixou aprovar os orçamentos. Não falando do Complemento do PRR que prevê de 2021 a 2026 1,383 milhões de euros só no Serviço Nacional de Saúde.

Mas vamos por pontos, em 2015, quando era a geringonça, o número de profissionais de saúde era de 126.212, em 2022 são 153.530 com abertura de concurso de especialidade, com o acordo com a Ordem dos Médicos, isto representa mais 2,84% de médicos, mais 2,49% de enfermeiros, mas não fiquemos por aqui.

Vamos ainda ponto por ponto, quando a CDU fala de reafirmar um entendimento e que a prioridade de qualquer Governo, não vou ler a moção, existe algo que é o Programa Plurianual da Modernização do Serviço Nacional de Saúde, isto permite uma captação e fixação dos profissionais de saúde com a dotação de tecnologia de terapias de diagnóstico nos hospitais públicos, tirando as prestações de serviços para poupar dinheiro.

Mas vamos ainda ao 4.º ponto, que é o da resolução. A resolução foi aprovada pelas forças partidárias, pelo menos pelo PS e pelo PCP aqui presentes, com investimentos no âmbito do PIAS de 27 milhões de euros e com execução até ao final de 2024. As coisas estão a ser feitas, não estão aqui apenas para se falar.

Agora vamos aqui ao 5.º ponto, que é o número político que foi feito. Não se envia um e-mail à quarta-feira à tarde, quando na quinta-feira é feriado, para se ser atendido pelo Ministro da Saúde e depois se vai fazer um número político na sexta-feira à porta para serem atendidos e foram atendidos para se marcar uma reunião, a qual ficou marcada para segunda-feira. Vamos dialogar, vamos encontrar soluções, vamos identificar os problemas, vamos deixar-nos de números políticos, vamos deixar-nos de protestos, vamos governar e vamos agir. É essa a diferença! Vamos dignificar esta casa, não basta aparecer na imprensa a dizer que a reunião foi desmarcada, não foi, porque apareceram lá e foram atendidos e a reunião foi marcada para segunda-feira. Vamos deixar de protestar e passar a governar, porque se não temos que começar a protestar pelos direitos dos Bombeiros Sapadores de Setúbal e talvez pela conclusão do saneamento básico no nosso concelho.

João Luz (CDU) – Já estamos habituados a esta dupla função de porta-vozes do Governo aqui na Assembleia Municipal de Setúbal, é recorrente e prática comum em cada discussão em que tratamos dos assuntos com que os setubalenses são confrontados e o Partido Socialista opta por estar ao lado do seu Governo, virando-se de costas para os munícipes deste concelho e para os reais interesses das pessoas de Setúbal. Esta é que tem sido a realidade sistemática.

A senhora deputada atirou aqui um conjunto de números para cima da mesa, a pergunta é, quanto é que disse que foi orçamentado? Está executado? As reais preocupações que atingem os setubalenses é a prática concreta do que é que é visível no dia a dia, são as pessoas a chegarem aos Centros de Saúde e verem como eles estão e a forma como são atendidos e estarem horas e horas à espera e irem de madrugada para os Centros de Saúde, é chegarem ao Centro Hospitalar de Setúbal e não poderem ser atendidos e a senhora está contente, acha que o Partido Socialista está a fazer uma maravilha. Pois eu digo-lhe que o PCP fez muito bem em não acompanhar mais um Orçamento de Estado com um conjunto de promessas que o PS insistiu em não cumprir.

Luís Maurício (CH) – Hoje aqui foi mostrado que a gerigonça foi muito boa para o nosso país, vê-se o PS de um lado, vê-se a CDU do outro lado, eles aprovaram isto tudo, a saúde está toda boa, porque eles aprovaram, aprovaram e aprovaram. Com isso tudo a saúde está como está, o nosso hospital está como está e o distrito está como está, porque foram tanto um como o outro e hoje ficou demonstrado que a gerigonça foi o melhor que aconteceu ao país.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, um do PS e dois do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 do PAN, 9 votos contra do PS e 7 abstenções, 4 do PSD, 2 do CH e 1 da IL.

Paula Soeiro (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Evidentemente que o PSD manifesta a sua solidariedade para com os utentes e profissionais de saúde, tal como também foi expressado na primeira intervenção da nossa bancada pelo deputado Rui Lamim.*

Reafirmamos, efetivamente, a necessidade de serem encontradas soluções para reforçar os direitos de todos os trabalhadores da saúde, das suas carreiras, das suas remunerações. No entanto, não pudemos acompanhar a presente moção, porque como se verificou no debate, afinal, o que se pretende são fazer reafirmações de ideologias e de princípios ideológicos mais do que acautelar e resolver aquilo que aqui foi expressado, que são as necessidades relativamente ao Centro Hospitalar de Setúbal, aos Centros de Saúde e todo o estado em que, não só no concelho, mas no distrito e a nível nacional se encontra o nosso Serviço Nacional de Saúde.

É verdade que, essencialmente, a prioridade é que deve ser investida no Serviço Nacional de Saúde, mas como tem vindo a ser demonstrado, também, os valores e as opções da população portuguesa não se extinguem no Serviço Nacional de Saúde, este é fundamental e faz parte da nossa constituição e iremos continuar a priorizar a sua valorização.”

Flávio lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal absteve-se nesta moção, porque a CDU confunde dois pontos na sua moção, Serviço Nacional de Saúde e direito à saúde, pelo que nos cumpre esclarecer, mais uma vez, a posição liberal sobre esta temática.*

A Iniciativa Liberal defende que o acesso universal de todos os portugueses a cuidados de saúde de qualidade, em tempo útil, sendo que o SNS é um instrumento essencial, mas que deve ser conjugado com outros elementos, tendo em conta o superior interesse dos portugueses. Enquanto o PCP apenas se preocupa em tentar mostrar que o público e privado não podem coexistir, o povo espera e desespera por uma consulta e por alguém que os atenda quando estão numa situação de fragilidade ou sofrimento. Não nos interessa quem presta o serviço, não temos esse tipo de preconceito ou desvalorização da capacidade individual da iniciativa privada ou social, interessa-nos resolver o problema, independentemente do

prestador de serviço. Devemos perceber, de uma vez por todas, que existe uma diferença entre o acesso à saúde e a quem presta o serviço. A saúde é e será sempre uma responsabilidade pública, protegida constitucionalmente, mas se o Estado transfere o dinheiro para hospitais geridos por gestores públicos ou para privados é irrelevante. Entregue-se a quem provar que consegue gerir melhor.”

Eunice Pratas (PS) – A bancada do PS apresentará uma declaração de voto por escrito (conforme documento registado sob o n.º 20, arquivado em pasta anexa à presente ata).

2. **Moção “Investir no SNS é Preciso!” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 21, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões os deputados municipais: 2 do PS e 2 do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 19 votos a favor, 17 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, 8 votos contra do PS e 7 abstenções, 4 do PSD, 2 do CH e 1 do PAN.

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A bancada da CDU saúda esta moção que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda e votou favoravelmente, até tendo em conta que o conjunto destas matérias estão integradas e previstas em Orçamento de Estado.”*

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal acompanhou esta moção do Bloco de Esquerda sobre o investir no SNS, porque no seu teor, apesar de algumas considerações mais ideológicas, não considera e nem diz, como na moção anterior, que não devem ser canalizadas verbas para o serviço privado.”*

3. **Moção “Apoio às lutas dos trabalhadores e dos reformados” (CDU)** (conforme documento registado sob o n.º 22, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paulo Lopes (PS) – Dizer que o Partido Socialista, como é evidente, preocupa-se com a evolução descontrolada da inflação que afeta o mundo inteiro, com repercussões diretas no poder de compra dos trabalhadores. Preocupa-nos e instamos que diariamente se apliquem medidas que tentem mitigar o impacto dessa inflação que subiu para níveis nunca vistos há mais de 30 anos e que tem causas externas, mas que nos afeta a todos não só aos mais vulneráveis, mas também à classe média de forma generalizada.

Contudo, o Partido Socialista não se revê, nem no conteúdo, nem na forma como esta moção está escrita. Um texto que ultrapassa o limite do razoável, que utiliza expressões ofensivas, que não dignifica nem o próprio partido que a apresenta e muito menos esta assembleia. Recordo que qualquer texto que seja aprovado nesta assembleia passa a ser a posição oficial do órgão. Não dignifica os políticos e a política em geral. São os próprios atores políticos que adjetivam os políticos de ladrões, é o que esta moção aqui diz claramente.

Senhoras e senhores deputados, isto é próprio de uma conversa à porta da Taberna, onde a demagogia e o populismo brejeiro têm campo para que posições extremas e radicais possam crescer. Os senhores têm todo o direito de não se reverem na política desenvolvida pelo Governo, num caminho de reposição de direitos, de combate à precariedade laboral, valorização e qualificação do emprego, promoção e conciliação da vida profissional e familiar e fomento da contratação coletiva. Caminho, aliás, agora densificado na agenda para o trabalho digno. Têm todo o direito de não se reverem na maior subida do salário mínimo de sempre que passa de 705 para 760 euros em 2023, tendo como objetivo chegar aos 900 euros em 2026, comparando com 2015 um aumento de 78% do salário mínimo em Portugal.

Os senhores têm todo o direito democrático de estarem contra os apoios extraordinários que o Governo apoiou para o auxílio das famílias mais vulneráveis, estando previsto uma nova tranche de 240 euros que irá abranger mais de 1 milhão de agregados familiares.

Os senhores têm toda a legitimidade para propor outros caminhos, o que não aceitamos e repudiamos veementemente é esta forma de fazer política em que vale tudo, em que abrem a porta para que outros agentes políticos virem, por exemplo, para o poder local para estes senhores que estão aqui à minha frente e se refiram nos mesmos moldes.

Pela nossa parte, os senhores também não passarão se forem por este caminho, penso que se os senhores conseguiram fazer o pleno, ofender tudo e todos, ofender os governantes nacionais e locais, os senhores com esta execução abrem a caixa de Pandora, imaginem outros partidos a apelidarem com os mesmos termos os autarcas em exercício. Ofendem até os partidos de direita, quando se referem a uma imaginativa política de direita levada a cabo pelo PS. Até ofendem os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal que se encontram em luta e em greve e sobre o qual os senhores não proferem uma única palavra, nem dão um passo para dirimir um conflito que se agudiza, um passo em direção ao diálogo e à negociação coletiva que o Partido Comunista tanto afirma defender. Por este motivo, o Partido Socialista votará contra.

Há muitas mais páginas para ler se vocês continuarem a apresentar moções a chamar de ladrões os governantes. Ladrões é o que os senhores falam aqui, assumam isso.

João Luz (CDU) – Para defesa da honra. Esta intervenção da bancada do Partido Socialista é absolutamente surreal. É a bancada do Partido Socialista que várias vezes nesta assembleia votou e apresentou documentos onde dizia que havia rendimentos roubados pelos governos do PSD-CDS aquando da troika. Só estão, neste momento, numa lógica de virgens ofendidas, que é disto que se trata, estão ofendidos com este problema, quando aqui acompanharam diversas tomadas de posição neste órgão com a mesma terminologia. É interessante como os tempos mudam.

Presidente da Mesa – Isto não pode funcionar com este alarido. Atenção! Ó senhores deputados, a linguagem das reformas roubadas, pensões roubadas, salários roubados é uma linguagem corrente, todos os anos...

Olhe que o Partido Socialista já utilizou, menos quando está no Governo, nessa altura ninguém considera que está a tirar nada a ninguém.

Paulo Lopes (PS) – Senhor Presidente, posso pedir um esclarecimento?

Presidente da Mesa – Não vamos prolongar isto.

Paulo Lopes (PS) – É que numa intervenção verbal todos nós já cometemos excessos, todos nós!

Num documento escrito que, se for aprovado, vai ser a posição oficial deste órgão, acho que é preciso perceber que os senhores aqui afirmam que os reformados são roubados. Portanto, se são roubados, há um ladrão e se os senhores quiserem assumir isso, assumam, mas tem que ser denunciado este tipo de linguagem. Desculpem lá.

Presidente da Mesa – Peço silêncio! Peço silêncio! Para quem nos está a ver e a ouvir e não está a ler, é bom que se diga que a palavra “roubado” está entre aspas, que é coisa que na linguagem corrente não se faz e aqui está entre aspas, o que significa que é uma expressão em sentido figurado. Estar a fazer uma polémica com isto, quando todos dizemos isto correntemente, enfim...

Luís Leitão (CDU) – Relativamente à palavra roubado, só dizer uma coisa, existia ou não existia uma lei que permitia que o cálculo de pensões não fosse aquele que fosse? Alteraram, efetivamente, a Lei, portanto, passaram para metade daquilo que devia ser o aumento da reforma.
Entendo, efetivamente, entendem os reformados e a bancada da CDU que isto é um roubo.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 18 votos a favor, 17 da CDU e 1 do BE, 10 votos contra do PS e 10 abstenções, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL.

Luís Maurício (CH) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Abstemo-nos, porque em algumas coisas nesta moção concordamos, outras achamos que é praticamente uma cegueira ideológica que tem de ser combatida e temos que começar a olhar de verdade para os verdadeiros problemas para não ter esta verdadeira cegueira.”*

Nuno Carvalho (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PSD sobre esta moção em concreto, é óbvio, que não se identifica na sua plenitude, contudo ela toca em pontos que são fundamentais, mas começar por dizer que quando se fala aqui no SIADAP e se estabelece alguns valores de salário mínimo sem perceber se efetivamente o salário mínimo sobe com a falta de ponderação necessária para aquilo que é, por exemplo, o salário médio que cada vez mais está colado ao salário mínimo. São fatores fundamentais para os quais o PSD olha, a nível daquilo que é o crescimento económico do país, e acima de tudo a nível daquilo que é o enriquecimento necessário para as pessoas que vivem neste país.*

Não há mal nenhum em as pessoas enriquecerem, não há mal nenhum em as pessoas que hoje são a classe média, que quase deixam de o ser, poderem continuar a ser ou até poderem vir a ganhar mais no futuro e para que isso aconteça, evidentemente, não se pode falar apenas do salário mínimo.

Contudo, daquilo que são algumas destas questões que nos separam desta moção, há o que é, de facto, fundamental compreender, é que é necessário chamar a atenção para aquilo que são os factos. Os factos são que os reformados têm o maior corte de sempre, chamem o que quiserem a esse corte, mas um corte é um corte, podem dizer que estão a tirar, podem dizer que estão a deixar de dar, podem dizer, como ouvimos em tempos quando o Partido Socialista meteu cá a troika, que estavam a roubar, podem chamar o que quiserem. Na prática as pessoas deviam ganhar um valor, alteraram a Lei para elas ganharem menos e a isso chama-se um corte num período onde o que as pessoas ganham já não chega, face ao aumento de custos provocados pela inflação. Vemos isto a acontecer a nível da massa salarial, a nível dos funcionários públicos, a nível dos reformados e, ao mesmo tempo, não vemos quase nada acontecer da parte daquilo que devia ocorrer, pelo menos, nas medidas que o Governo tem responsabilidade.

Como é óbvio, isso não é um tema que une apenas os partidos desta Assembleia Municipal, é um tema que o Governo devia ver que une o país e, naturalmente, devia procurar se preocupar com a forma como o resolver e não tanto a forma como gritar sobre ele.”

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal absteve-se nesta votação, apesar de congratularmo-nos que o PCP acompanhe as preocupações da Iniciativa Liberal sobre o truque das pensões denunciado logo no dia do anúncio pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal.*

Muito nos apraz, também, haver a concordância com o facto de não se poderem empobrecer a trabalhar, facto também referido pela Iniciativa Liberal quase diariamente, embora isso possa ser feito pela via positiva de cobrar menos impostos e deixar mais dinheiro no bolso dos trabalhadores mensalmente, sabendo que os cofres do Estado estão a ficar cheios no final de cada mês, fruto de lucros record inesperados vindos da inflação.

Preocupa-nos, ainda, a obstinada insistência com a fixação de preços, uma vez que existe já abundantemente experiência histórica, teórica e prática de que não funciona. Concordamos que as empresas tiveram lucros record no ano passado, mas não é claro no texto o que se pretende com esse comentário. Não pagaram essas empresas o adicional de IRC, também, sobre esses lucros? Não lucrou o Estado, também, com esse facto? Não podemos deixar de nos solidarizar com os trabalhadores portugueses, numa altura em que o país é assolado por uma inflação galopante, fruto de políticas erradas

dos anteriores executivos e agravadas por uma conjuntura internacional da qual a guerra da Ucrânia não pode ser dissociada.

Não podemos, no entanto, deixar de tecer algumas considerações sobre o teor incorreto de alguns considerandos apresentados pela CDU, que insiste em aplicar as mesmas medidas esperadas num resultado diferente.

Em primeiro lugar, questionamos onde andou a luta dos trabalhadores nos últimos 6 anos? Estariam satisfeitos pelos salários na altura? A Iniciativa Liberal alertou várias vezes sobre a necessidade de mudar as políticas para que o crescimento económico fosse sustentado e se refletisse nos salários dos portugueses, sobretudo via decréscimo da carga fiscal, que entendemos ter atualmente um papel punitivo no trabalho e leva milhares de portugueses a emigrar para países, curiosamente, que têm políticas semelhantes às que propomos para Portugal. Coincidências, fruto do acaso, certamente.

Para terminar rapidamente, cremos haver um equívoco e uma clarificação a fazer. Não sabemos o que é uma política de direita, mas temos a perceção de que as políticas socialistas do PS não têm resultado, têm assim levado ao empobrecimento, que continua do país, que impactou muito mais do que os 220 mil trabalhadores referidos que impacta toda uma geração de portugueses.”

Luís Leitão (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: “*Votámos favoravelmente esta moção e apresentámo-la, porque efetivamente é necessário distribuir a riqueza por quem a produz, é necessário preservar quem trabalhou e descontou uma vida inteira e porque a inflação sobe e não temos quem olhe para isto como medidas que devem ser mais da distribuição da riqueza do que outra coisa. É uma vergonha que se trabalhe, é uma vergonha que no ano de 2022 se empobreça a trabalhar.*”

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: “*O PAN, obviamente, solidariza-se com a justa luta dos trabalhadores e dos reformados, contudo não pode nunca acompanhar considerandos que são apenas ataques ideológicos, apesar das normais divergências entre partidos, consideramos que, em nome da decência e da honra, estes não podem ser expressos ou não devem ser expressos em documentos aprovados em nome da Assembleia Municipal de Setúbal, motivo pelo qual nos abstermos.*”

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: “*O Partido Socialista não se viu nesta moção, não só pela forma como ela é apresentada, mas pelo seu conteúdo e não tem a ver com questões da forma ideológica, como o PAN acabou de dizer, porque isso é salutar e ainda bem que é assim. Tem a ver mesmo com entendermos que aquilo que está a ser feito por este Governo é aquilo que é o possível, num âmbito, num cenário de uma crise veio um momento de crescimento logo a seguir, veio um momento de pandemia, logo a seguir um momento de uma guerra que atira Portugal e todo o mundo para esta crise inflacionista. O Governo do país tem feito aquilo que é possível, nomeadamente com o aumento de salários mínimos que são históricos, nunca o país teve um aumento tão grande dos salários mínimos, nunca o país teve na sua real possibilidade de ter um salário mínimo em 2026 de 900 euros por mês e tudo isto com o acordo, também, do patronato, dos sindicatos e de uma frente muito alargada da sociedade civil que não a do PCP. Ainda bem, é por isso que é a democracia a funcionar, mas isto é a realidade e negar, dizer que tudo está mal e dizer que tudo o que está no Governo é mau, faz-me lembrar aqui uma frase que há pouco li, que é “Todos somos maus numa história que está mal contada” e a vossa história está mesmo muito mal contada.*”

4. **Moção “Contra o aumento das portagens nas Pontes 25 de Abril e Vasco da Gama! Pela intervenção do Governo no apoio aos utentes!” (BE)** (conforme documento registado sob o n.º 23, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Tiago Pereira (PS) – Enquanto concessionária, a Lusoponte tem o direito contratual de assumir estes aumentos, 9,3% na Ponte 25 de Abril e 10,1% na Ponte Vasco da Gama.

Foi referido no dia 19 de novembro pelo Primeiro-Ministro António Costa que era necessário encontrar forma para impedir que as concessionárias avançassem com o aumento injustificado de quase 10% nos custos das portagens e para não existir um aproveitamento da inflação. O Primeiro-Ministro assumiu que há setores que se reflete no custo final, mas não no caso das portagens onde não há aumentos de custos de energia, nem quaisquer fatores de produção. Não deve ser por este facto que os contratos preveem um aumento indexado à taxa de inflação, que se deve aproveitar uma circunstância absolutamente excepcional e circunstancial como não se via há 30 anos.

Também foi transmitido pelo Ministro das Infraestruturas, pelo gabinete do Primeiro-Ministro e do Ministério das Finanças que estão a estudar formas de mitigar estes aumentos. Estes aumentos vão gerar lucros excessivos e, no nosso entender à semelhança dos contratos assinados com a Fertagus, que prevê formas de compensação e majorantes ao concedente quando se registam aumentos anormais aqui, também, assim deveria ter sido feito.

Por estas razões, o Partido Socialista irá abster-se nesta votação.

João Luz (CDU) – É para uma interpelação à Mesa para colocar uma questão relativamente à condução dos trabalhos. Quero saber se todas as bancadas vão ter a mesma tolerância?

O Partido Socialista, em várias reuniões tem até acusado de ser maltratado num conjunto de aspetos relativos ao funcionamento dos nossos trabalhos, neste momento é a única bancada que visivelmente ultrapassou e esgotou todos os seus tempos e continua a intervir como se nada fosse. Gostava de deixar registado este facto e perguntar se vamos continuar a trabalhar deste modo e se todas as bancadas vão ter o mesmo grau de tolerância?

Presidente da Mesa – A regra, até agora, tem sido da tolerância geral, quando há para um, há para as outras bancadas. Eu próprio tenho colocado várias vezes esta questão, ou vamos parar no tempo exato da intervenção, esgotou, esgotou, ou então há tolerância para todos.

Sabem que o problema tem sido sistematicamente aqui colocado, temos uma grelha, eventualmente mal construída, que absorve todo o tempo dos 60 minutos, mas a Lei diz que são 60 minutos só para as intervenções no período de antes da ordem do dia. O período de antes da ordem do dia inclui as intervenções relativas às moções, às saudações, às recomendações, às declarações e aos votos de pesar. Nós tentámos meter o rossio na betesga e tenho apelado a que haja um consenso para revisitarmos o regimento e ver como é que devemos acomodar os tempos de intervenção que os grupos municipais acham que é necessário para intervir.

Mas, de facto, o desequilíbrio em relação ao Partido Socialista é muito evidente.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro deputados municipais, dois da CDU, um do PS e um do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a moção aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor, 15 da CDU, 1 do BE e 1 da IL, 1 voto contra do PAN e 16 abstenções, 9 do PS, 6 do PSD e 1 do CH.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Acompanhamos esta moção, porque consideramos que os preços das portagens nos acessos a Lisboa são um encargo elevado, suportado por pessoas e empresas cuja alternativa é muito limitada. Não estamos de acordo que se exija qualquer tipo de subsidiação do valor das portagens pelos contribuintes de todo o país, ou que num assomo de populismo o Governo do Partido Socialista rasgue os contratos que o Estado assinou.*

Estamos de acordo sim que o Estado renegoceie a concessão das duas travessias, o contrato de concessão tem de ser equilibrado para o Estado e concessionária, devendo ser incluídos, por exemplo, níveis de serviço para a avaliação de desempenho e a revisão da forma de cálculo das portagens. A forma de cálculo das portagens deverá considerar o custo de manutenção das pontes que, recorde-se, são suportados à parte pelos contribuintes. Igualmente esta nova formula deverá considerar os volumes de tráfego de cada

travessia e avaliar um índice de preços ao consumidor mais justo para os seus utentes, por exemplo, uma taxa de variação média da inflação subjacente.”

Mariana Crespo (PAN) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PAN considera que o futuro da mobilidade passa obrigatoriamente pelo incentivo à utilização do transporte coletivo em detrimento do transporte privado. Compreendemos que a plena utilização do transporte coletivo carece ainda da necessidade de maior investimento.*

Contudo, não podemos acompanhar, por motivos ideológicos, medidas que, de forma indireta, possam vir a incentivar o uso do transporte privado, motivo pelo qual votámos contra esta moção.”

Simão Calixto (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU acompanhou esta moção, no entanto, gostaríamos de dizer que não basta estar contra o aumento, é também necessário resgatar as PPPS que permitem estas portagens que só nos últimos 8 anos, no geral, absorveram 9,1 mil milhões de euros do Orçamento de Estado, além de muitos outros milhões de euros, milhares de milhões de euros que são suportados pelos cidadãos sempre que passam nas pontes.*

Para nós é tão inaceitável admitir aumentos das portagens, como admitir prolongar estes contratos de concessão em troca de um aumento menor para o próximo ano que, de resto, não passou de um anúncio do PS. De anúncios estamos nós fartos e concretizar é que é mais difícil.”

Vítor Rosa (BE) – É só um pequeno pormenor de correção na própria moção, são veículos de classe 1 e não de classe A. Acho que é só uma questão técnica na portagem.

III – SAUDAÇÕES, VOTOS DE LOUVOR E DE PESAR

1. **Saudação “Cuidador Informal” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 24, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Isabel Conde (PSD) – No passado dia 5 de novembro, assinalou-se o “Dia Nacional do Cuidador Informal”, o estatuto de cuidador informal é recente, mas essencial a muitas famílias, por isso propõe-se que a Assembleia Municipal de Setúbal venha saudar e enaltecer todos aqueles que neste concelho prestam cuidados a familiares em situação de dependência.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões três deputados municipais, um da CDU e dois do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Elisabete Cavaleiro (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O PS votou a favor, porque além do Estatuto do Cuidador Informal ser uma marca do Partido Socialista, estima-se que haja cerca de 800 mil cuidadores em Portugal, na sua maioria mulheres.*

O PS sente a necessidade de dignificar o trabalho que os cuidadores prestam, irá reforçar a proteção laboral dos cuidadores informais não principais, propondo e já aprovado em sede de especialidade que estes cuidadores deixem de ter obrigatoriedade de prestar trabalho extraordinário, uma medida como, também, fez anteriormente em relação ao teletrabalho.”

Ana Rita Drouillet (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A CDU, obviamente, acompanhou esta saudação, não poderia deixar de o fazer, saudando assim todos os cuidadores informais.*

Não poderia deixar de o fazer, nomeadamente, porque foi já do passado ano de 2019, pela iniciativa da CDU, votada a Lei sobre a criação de rede de cuidadores informais que, inclusivamente, contemplava 3 aspetos, um dos quais já foi bastante falado hoje à noite. Contemplavam um primeiro ponto que era o do cuidador informal, um segundo ponto que era o apoio psicossocial e um terceiro ponto que era o apoio

domiciliário. Esta Lei foi votada pela iniciativa da CDU e, por razões que nos são completamente alheias, até agora não foi posta em prática, portanto, não poderíamos deixar de a acompanhar.”

2. **Saudação “Dia Internacional do Voluntariado” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 25, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Alexandre Teles (PSD) – Só quero ler aqui um pequeno parágrafo. *“Ao participar numa ação de voluntariado, podemos ter a tarefa mais simples, mas se conseguirmos ter a noção de que aquela tarefa vai ter um impacto positivo na vida de alguém ou na vida na sociedade, ela pode ser o suficiente para a satisfação interna e um bem-estar genuíno.”*

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões cinco deputados municipais, um da CDU, três do PS e um do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por unanimidade e em minuta.

Ana Rita Drouillet (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Mais uma vez acompanhámos, obviamente, esta saudação e saudamos todas as pessoas que, de forma completamente desinteressada, dão o seu tempo em questões bastante concretas, como a ação social, o ambiente e o bem-estar animal, quer na proteção e também no socorro.*

No entanto, não podemos deixar de fazer uma ressalva, porque, ao contrário daquilo que muitos e alguns partidos tentam fazer, não acompanhamos todo o tipo de voluntariado que substituiu, nomeadamente, postos de trabalho que poderiam ser remunerados.”

3. **Saudação “42.º Aniversário da Morte de Francisco Sá Carneiro e acompanhantes” (PSD)** (conforme documento registado sob o n.º 26, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Paula Soeiro (PSD) – *“Foi há 42 anos que morreram, num acidente de aviação, o Primeiro-Ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro e o Ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa, bem como as restantes pessoas que viajavam no Cessna 421.*

Francisco Sá Carneiro foi um dos grandes impulsionadores da democracia portuguesa e do Partido Social Democrata, um dos grandes partidos fundadores do regime democrático.

Mais de quatro décadas depois, Francisco Sá Carneiro, continua a ser recordado como um dos principais opositores ao Estado Novo e um dos principais rostos da construção da democracia portuguesa e do Estado Social em que atualmente vivemos.

Assinalamos, saudosamente, a memória de Francisco Sá Carneiro, assim como de Adelino Amaro da Costa, do CDS/PP e seus acompanhantes.”

Luís Maurício (CH) – Acompanhamos esta saudação do PSD, porque Sá Carneiro foi dos políticos mais importantes no nosso panorama político e foi das pessoas mais carismáticas.

Com isto tudo que se passa aqui em Setúbal, Sá Carneiro, nesta altura, deve de estar muito triste com o facto do PSD estar a juntar-se à CDU, é algo que Sá Carneiro, neste momento, deve estar a questionar sobre o que é que se está a passar, como é que a social-democracia chegou ao ponto do PSD estar ao lado da CDU.

Vítor Rosa (BE) – Referir dois momentos desta saudação para justificar o nosso sentido de voto. Primeiro momento, opositor do Estado Novo, embora eleito como independente, fez parte da Ação Nacional Popular, que em obra de cosmética substituiu a União Nacional, o único partido do Estado Novo dirigido por Salazar e posteriormente por Marcelo Caetano. Daí a dizer que foi opositor, vai uma grande distância.

Se percebermos o revisionismo histórico do CHEGA, democraticamente pedimos ao PSD para não seguir pelo mesmo caminho.

Segundo momento, 40 anos depois um dos principais rostos da construção da democracia portuguesa e do estado social em que atualmente vivemos, o PSD viverá sempre este saudosismo sebastiânico de um líder que morreu cedo e para o qual não encontrou substituto. Mas esse é um problema freudiano que terá que resolver por si.

Não podemos separar o homem da política e das políticas que exerceu, quer enquanto Primeiro-Ministro, quer enquanto membro do PPD/PSD no período de 74 a 80. Tempos de assaltos a sedes de partidos, a morte de uma pessoa aqui em Setúbal, a 7 de março de 1975, provocada por carga policial durante um comício do PPD/PSD no pavilhão do Naval. Tempos de tentativas de golpe de Estado para reverter a revolução de Abril, em relação aos quais, este rosto da construção da democracia nunca se demarcou.

Os contributos para o estado social aqui invocados remetem-me para um período de vários governos provisórios em que se tentou, acima de tudo, garantir os direitos estabelecidos pela constituição de Abril e que o PPD/PSD de Sá Carneiro e Pinto Balsemão estiveram várias vezes contra na Assembleia da República, porque a memória não se esvai na espuma dos dias.

Mais que uma mera saudação sobre esta personalidade política, ela também deve ter rigor e não mostrar só um dos lados da história, por isso votaremos contra esta saudação.

Nuno Carvalho (PSD) – Vou procurar sintetizar para tentar ter a mesma tolerância que os outros partidos tiveram e, nesse mesmo sentido, procurar ter menos comentários sobre o PSD, tal como dá menos comentários a outros partidos que abusam muito mais do tempo.

Ora, nesse mesmo sentido, agradecendo essa sua tolerância, ouvimos com atenção duas referências aqui e que se esqueceram de um ponto fundamental. Esta moção é sobre um Primeiro-Ministro de Portugal, que foi assassinado em democracia. Este é um ponto que não devia deixar de ser referido, nunca em qualquer intervenção, ou seja, até podem existir algumas intervenções, umas mais oportunistas que conseguimos compreender ou populistas ou qualquer coisa que o valha, que a nós só nos apraz dizer, chega para lá. Ou outras que, eventualmente, podiam pelo menos conseguir ter, como é da parte do Bloco de Esquerda, um respeito e consideração como o PSD já demonstrou ao votar e pronunciar-se aqui sobre os votos de pesar relativamente a vários outros dirigentes políticos, partidários e a ex-deputados de diferentes partidos, inclusive do Bloco de Esquerda. Recordo-me de alguns, até de alguns que já foram membros desta Assembleia Municipal e que nunca deixaram de merecer, sem contar com outras considerações, pelo menos um sinal de respeito pelas funções que desempenharam e para os quais os portugueses os elegeram.

Esquecer que alguém chega a deputado municipal ou a qualquer outra função, inclusive, a Primeiro-Ministro, como alguém que é eleito pelo povo é achar que pela nossa tolerância democrática que o Partido Social Democrata tem e demonstra, podermos esquecer os princípios democráticos aos quais nós próprios, enquanto eleitores, devemos estar obrigados e solidários uns com os outros. Quando não demonstramos essa solidariedade, estamos a arriscar a que o despeito se instale em todos os eleitos e, portanto, aceitamos qualquer consideração política e partidária. É evidente, mas não podemos deixar de referir que o primeiro princípio que deve sempre ocorrer é o de respeito pelas pessoas, o respeito pelas pessoas que os escolheram e quando não os mencionamos nessa qualidade de eleitos, estamos a desrespeitar as pessoas e aqueles que os escolheram, especialmente quando algo tão grave como este que aconteceu na nossa democracia, que é o assassinato de um Primeiro-Ministro.

Vítor Rosa (BE) – Não está provado, até aos dias de hoje, o assassinato de Sá Carneiro.

Presidente da Mesa – Aqui não se qualifica o modo da morte, apenas se refere à morte e se faz essa saudação, portanto, não vale a pena estarmos a discutir se somos nós os juizes e se já terminámos a investigação ou não.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões quatro deputados municipais do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a saudação aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor, 6 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do PAN e 1 da IL, 1 voto contra do BE e 17 abstenções da CDU.

João Luz (CDU) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A primeira questão que queremos dizer relativamente a este documento que aqui nos é colocado, é que lamentamos a perda destas vidas. A segunda questão é um conjunto de questões que contribuíram, também, de forma decisiva para o nosso sentido de voto.*

Estranhámos uma saudação a um aniversário de uma morte e estranhámos a forma como são tratadas as pessoas que também estiveram envolvidas e perderam a sua vida nessa tragédia, porque assinalar uns e tratar outros como acompanhantes, parece-nos uma forma perfeitamente desadequada de tratar aquilo que se verificou. E os proponentes desta saudação nem o cuidado tiveram de identificar a Snú Abecassis, nem Maria Manuela Simões Silva Pires, nem António Patrício Gouveia ou os pilotos do avião Jorge Albuquerque e Alfredo de Sousa. Nesse sentido, consideramos que a saudação que aqui é apresentada, do ponto de vista da forma, tem elementos que nos são estranhos.

A terceira questão é a questão do conteúdo, é que a saudação tem afirmações que, como já foram aqui referidas, não correspondem minimamente à verdade e, portanto, percebo a tentativa do elogio e de valorização da figura, mas daí a poder se considerar que Sá Carneiro foi um dos principais opositores ao Estado Novo é esticar muito a corda e distorcer a realidade.

Estamos a falar de alguém que foi deputado na Assembleia Nacional fascista, foi eleito nas listas do partido único, é verdade que tomou posições de defesa de liberalização do regime, mas daí a ser um dos seus principais opositores, consideramos, de facto, que é esticar muito a corda e a elasticidade da história e da verdade não chega a tanto e daí termo-nos abstermos neste voto que aqui nos é proposto.”

Paulo Lopes (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Associamo-nos a esta saudação do aniversário da morte, soa mal, mas do ponto de vista regimental é uma saudação, não deixa de ser, mas associamo-nos a alguém que foi um adversário político, mas alguém que reconhecemos como um democrata e que teve o seu papel e que ficará na história.*

Os partidos têm esta tendência, e bem, em não deixar morrer a memória daqueles que são os seus grandes líderes, o PCP tem os seus, o PS também na pessoa de Mário Soares, o PCP na pessoa de Álvaro Cunhal e o PSD é inegável que é o Sá Carneiro. Associamo-nos na íntegra.”

Rui Lamim (PSD) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Parece que esta expressão que Sá Carneiro será recordado e é recordado como um dos principais opositores ao Estado Novo, causa alguma celeuma. Há várias formas de fazer oposição e não é necessariamente com uma arma na mão a maneira mais correta ou mais eficaz. Se sabemos que em 74, quem fez a revolução, quem instituiu a democracia não foram os movimentos subversivos, foi um movimento de capitães dentro do próprio exército, o qual foi acompanhado pela população e não existe dentro das várias forças que lutaram pela democracia em Portugal um monopólio, como por vezes se pretende afirmar.*

Um dos focos da oposição, um dos líderes da oposição, aquele, talvez, mais visível foi efetivamente Sá Carneiro. Aqui recordamos a sua morte num acidente de aviação, salientamos este ponto, porque era Primeiro-Ministro de Portugal e este foi um acidente de aviação, senhor deputado do Bloco de Esquerda, as várias comissões parlamentares concluíram e poderá ler.

Agora para terminar, queria recordar aquele que foi um dos fundadores da democracia portuguesa com um dos pontos da sua filosofia que tem a ver com a tolerância para com as posições contrárias, por vezes muito absurdas que sejam, como algumas hoje aqui foram ouvidas.”

Presidente da Mesa – Estamos finalmente em condições de entrar na ordem do dia para analisar e discutir os assuntos que temos para deliberar. A Mesa entende que foi aditado um ponto para incluir nesta sessão ordinária, a apresentação do relatório da audição e apreciação da petição pública pela conclusão da rede

de saneamento básico na Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, a Mesa propõe que, em vez daquela ordenação que saiu, uma vez que a ordem cronológica da definição da ordem de trabalhos foi essa, está agora no final, que se discutisse logo a seguir ao 1º ponto que é a apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara e depois seguimos a ordem de trabalhos, tal como estava inicialmente prevista. Se não houver objeções, se houver pronunciem-se por favor, se não houver, vamos fazer isso.

C – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. **Informação escrita do Presidente acerca do Relatório de Atividades referente aos meses de setembro, outubro e novembro de 2022** (conforme documento registado sob o n.º 27, arquivado em pasta anexa à presente ata)

Ilídio Ferreira (PS) – Vi o relatório de atividades dos meses de setembro a novembro, verifiquei que o DOM fez apenas setembro e outubro, não houve tempo para fazer novembro. É a propósito do DOM que vou recuar ao anterior relatório para transmitir que uma obra realizada pelo DOM, que é na rua 1º de Maio, finalmente ficou clarificada a questão levantada a 30 de setembro aqui nesta assembleia e todos tinham razão, o jornal da Câmara tinha razão e, de facto, os 375 metros quadrados de alcatrão foram colocados na rua 1º de Maio, mas o meu camarada Manuel Esteves também tinha razão, porque na rua 1º de Maio que ele viu não havia lá alcatrão e nem há. Porquê? É simples, porque, neste momento, no concelho de Setúbal existem duas ruas 1º de Maio. Ele tinha verificado que tinha havido uma deliberação de Câmara de julho deste ano que tinha criado uma rua 1º de Maio em Vendas de Azeitão e a rua 1º de Maio onde a câmara pôs o alcatrão é no limite do concelho, lá perto da Quinta do Conde. Assunto clarificado, o qual tinha ficado esclarecido se aqui o Sr. Presidente da Câmara, ou o senhor vereador, ou a Sra. Presidente da Junta tivessem esclarecido o assunto, suponho que sabiam onde era o local que tinham depositado o alcatrão e tínhamos resolvido o assunto e assim tivemos que esperar pela informação que nos chegou dos serviços há 2 dias atrás que clarificou o assunto.

Agora para terminar e para encerrar da minha parte, clarificado o assunto, gostaria de deixar ao Sr. Presidente duas questões. Primeira questão, porque é que o gabinete do Sr. Presidente levou dois meses a fazer chegar a informação que os técnicos fizeram e que teve o despacho do senhor vereador, no dia 13 de outubro? É que só chegou às minhas mãos, à mão de quem fez o requerimento, no dia 14 deste mês, dois meses depois.

Segunda questão, porque é que a câmara foi repavimentar, colocando 375 metros quadrados de pavimento numa rua que fica a 100 ou 200 metros do limite do concelho? Uma rua que não serve mais casa nenhuma, nem população do concelho a não ser uma quinta, chamada Quinta das Pirâmides. Pelo que sei, a Quinta das Pirâmides, até porque ela tem publicidade ou tinha publicidade lá, faz casamentos e batizados, esse tipo de eventos e, portanto, pergunto qual é a justificação que a câmara dá para fazer 50 metros de um arruamento numa zona onde há muitos arruamentos por pavimentar, para servir uma casa particular e um comércio ou uma atividade lucrativa, penso eu, que se desenvolve naquele espaço.

Este assunto parece que ficou esclarecido e agradeço aos serviços e ao senhor vereador e ao Sr. Presidente ter dado a informação por escrito.

Relativamente ao relatório de atividades, começo pela página 21, que é em relação ao Departamento de Administração Geral e Finanças e gostaria de colocar ao Sr. Presidente algumas questões. São referidas que, neste trimestre, foram feitos 82 planos para pagamento a fornecedores, foram contactados 82 fornecedores no sentido de serem feitos planos, dos quais foram realizados 43. Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente quais foram as razões apresentadas pelos outros fornecedores para não aceitarem os planos ou a câmara não aceitar os planos que são negociados, digamos assim. Se estes fornecedores irão ser pagos com o valor que a câmara recebeu das Águas do Sado e que já manifestou a intenção de fazer pagamentos aos fornecedores.

Ainda na página 21, são referidos dois acordos pré judiciais, um com a Eco Ambiente e outro com um banco, uma entidade bancária BFF Banco, os dois somam cerca de 1,4 milhões de euros. Pergunto ao Sr. Presidente se sabe e nos pode informar, porque é que estes processos chegaram a uma situação pré judicial? Para ser acordo pré judicial, é porque já estavam, com certeza, os processos a decorrer em tribunal ou próximo disso e porque é que chegaram a esse ponto? E a que é que se devem estas dívidas tão elevadas?

Ainda em relação ao Departamento de Administração Geral e Finanças, apenas uma referência de que as cobranças de impostos entre janeiro a novembro de 2022, em relação a igual período de 2021, no que diz respeito aos impostos, houve um aumento de 12%, cerca de 4 milhões de euros. Felizmente que assim foi e isto confirma aquela que era a posição do Partido Socialista quando, no ano anterior, fez a proposta de redução do IMI e da participação no IRS, porque tínhamos a convicção, que se veio a verificar, de que o valor que a câmara iria receber, menos pelo abaixamento da taxa destes impostos, seria claramente compensado pelas receitas de impostos, o que se verificou e ultrapassou.

Finalmente, para congratular-me, na página 44 tem a participação dos cidadãos setubalenses nos documentos que enviam nas reclamações, nas sugestões pelo Gabinete de Participação e no trimestre 1.005 participações, o que dá 16 participações por dia útil, o que me parece bom, o que significa que a cidade e os seus cidadãos estão a participar na vida do município fazendo sugestões, fazendo reclamações e uma resolução de 74%. Não tenho nada para aferir estes 74%, de qualquer modo me parece, também, que a resolução não estará mal, digamos, assim, embora, obviamente, deveremos caminhar para um índice de resolução ainda melhor que estes 74%.

Flávio Lança (IL) – Colocar aqui uma questão que na leitura do relatório nos deixou aqui alguma preocupação e refiro-me à página 9, que tem algumas ocorrências e uma delas parece-nos ser algo de grande gravidade quando é referido que o Centro Municipal de Operações de Socorro, o CMOS, ficou inoperacional. Questionava o Sr. Presidente se já se encontra reparado o equipamento e que consequências houve para os munícipes devido a esta inoperacionalidade?

Ainda na mesma página, temos também referido que houve uma intervenção no dia 28 de outubro, se não estou em erro, de natureza estrutural para evitar derrocadas na encosta do Forte de São Filipe. Gostaríamos de saber se esse risco já não existe e se a população pode circular com segurança nas vias que circundam esta encosta?

Paula Soeiro (PSD) – Mais uma vez, o Partido Social Democrata reitera os pedidos realizados nas Assembleias Municipais de 25 de fevereiro, 29 de abril, 24 de junho e 30 de setembro relativamente à inclusão de uma apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara.

Damos boa nota da inclusão no Relatório de Atividades de alguns dados mais concretos no que se refere às atividades no âmbito da descentralização de competências de gestão financeira, contudo oferece-nos algumas dúvidas que passo a elencar para os devidos esclarecimentos. Na página 180, consta no item “Controlo Financeiro - Receção, tratamento e análise dos dados remetidos pelos Agrupamentos/Escolas, constantes nos Mapas de Controlo da Despesa (exemplo em anexo), do mês corrente”, fica a dúvida a que exemplo de mapa se refere. O que consta na página 182, com o título “Valores mensais enviados pela DGAI” ou o que consta como imagem na página 183, “anexo 2.2 - Encargos com as instalações”, poderá ter sido um lapso e que é possível de ser corrigido em futuro relatório.

Diz também na página 180 que existiu uma reunião com os chefes de secretaria e tesoureiros dos agrupamentos e das escolas não agrupadas no mercado do Livramento e que a Divisão de Administração e Planeamento Escolar fez e cito, *“Acompanhamento e monitorização da implementação em desenvolvimento do quadro de transferência, articulação direta com os serviços administrativos, compilação de contratos de fornecimento de energia elétrica, leite escolar, serviço de limpeza e atualização de mapas dos contratos de energia, contratos de água, contratos de gás e contratos de telecomunicações.”* Com base nestas informações gostaríamos de ver esclarecido, porque é que existe então uma dívida a fornecedores de 41.340,55 euros, conforme consta na página 183, se o somatório dos duodécimos para o encargo com as instalações foi de 586.966,62 euros e que ainda permanece um saldo

positivo de 52 mil euros, ou seja, superior ao valor em dívida. Esperemos que, com a atual gestão financeira dos estabelecimentos escolares, o executivo não inicie uma prática que é sua regular de adiar pagamentos a fornecedores, pois essa não era de todo uma realidade nos estabelecimentos escolares até à transferência de competências para o Município de Setúbal.

Em resposta a uma das nossas diversas questões, que agradecemos, o executivo respondeu que até final de novembro de 2022, para efeitos de pequenas intervenções de manutenção de escolas, assumiu a responsabilidade no âmbito do processo de transferência, recebeu o montante de 150.688 euros. Ora, consultado o mapa 1 da receita, na página 182, resulta um somatório de 110.344,01 euros onde se acresce 18.836 euros correspondente àquilo que será o duodécimo de novembro, o que dará 129 mil euros, diferente do valor constante da resposta escrita.

Gostaríamos que clarificasse o valor exato do montante acolhido pelo município para a conservação de instalações de abril a novembro.

De modo muito transparente é afirmado no mesmo documento de resposta que a verba é gerida pelo Município de Setúbal em permanente articulação com os Diretores de Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas do Concelho e que as prioridades de intervenção são definidas, tendo em conta a natureza, a dimensão e a urgência das necessidades apuradas pelos serviços do município e transmitidas pelos diretores de escolas. Contudo, no documento aqui em análise não há reporte da execução dessas verbas, existem quadros nas páginas 210, 211 e 217 de intervenções realizadas nas escolas de 2º, 3º ciclo e secundário e de materiais adquiridos, mas sem quantificação financeira, pelo que não é possível apurar a adequação da verba recebida. Sugeríamos que essa informação fosse incluída em futuros relatórios de atividades.

Dada a frequência de contactos com os Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas, que valorizamos, porque é que não foi possível ao executivo responder à nossa questão? Que dificuldades e constrangimentos foram reportados pelos estabelecimentos escolares à Câmara Municipal em consequência do atraso de quase um ano nas suas receitas próprias? Assim como às questões enviadas em 26 de outubro que volto a referir. Existem escolas no concelho de Setúbal que têm condições inadequadas e que deveriam constar na lista anexa ao acordo celebrado entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios? Em caso de resposta afirmativa à pergunta anterior, se já foi estimado o valor dessas intervenções? E ainda, que diligências foram tomadas pelo município para a integração destas intervenções no programa de recuperação e reabilitação de escolas?

Concluindo, gostaríamos de ter acesso ao relatório final sobre a carta educativa, tal como foi possível à Divisão de Administração e Planeamento Escolar, conforme consta na página 189.

Mariana Crespo (PAN) – Gostava de colocar aqui uma questão relativamente à página 16, referente à Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal, especificamente à formação que é ministrada a estes operacionais.

Analisando este relatório, em particular, e considerando também que há já um relatório de final de ano, gostaria de confirmar se efetivamente toda a formação que estes operacionais tiveram se encontra espelhada aqui, visto que, por exemplo, na frase inicial é referido que, após a fase crítica dos incêndios rurais, foram retomados os treinos para as referidas equipas entre os quais o Grupo de Intervenção em matérias perigosas, mas depois no descritivo das ações de formação recebidas por estes operacionais, não existe nada específico relativamente a este grupo. Aliás, a formação que parece ter sido ministrada parece focar-se apenas em primeiros-socorros, a brigadas de incêndio, tripulantes da ambulância, o que obviamente tem a sua utilidade inegável, mas a verdade é que existem várias outras formações que Companhias de Sapadores de outros concelhos fazem. Aqui referimos especificamente o nosso vizinho Regimento Sapadores de Bombeiros de Lisboa que tem formação periódica em áreas tão diversas como desencarceramento rodoviário, gestão de estruturas colapsadas, entre várias outras.

Pergunto, considerando que em Lisboa existe uma escola de formação específica que recebe corpos de bombeiros de todo o país, porque é que, por exemplo, a Companhia de Bombeiros Sapadores de Setúbal não tem também formação nestas áreas que referi? Porque é que nunca foram estabelecidos protocolos ou colaboração com os Bombeiros Sapadores de Lisboa? Isto é só um exemplo, poderiam ser outros, para

os operacionais terem formação atualizada e regular nestas áreas que são, também, importantes para o exercício da sua profissão, colocando aqui em causa a possibilidade de ocorrer transtornos ao socorro em Setúbal, bem como à própria integridade dos bombeiros.

Presidente da Câmara – Vou procurar responder a algumas das questões aqui colocadas. Começava já por dizer que relativamente às questões referidas pela senhora deputada Paula Soeiro, o que lhe pedia era que o pedido de esclarecimentos que fez que o possa fazer por escrito, porque não temos agora aqui condições para dar resposta em pormenor às questões. O compromisso é este, naturalmente que a sessão está gravada e que os nossos serviços vão procurar identificar todas as questões inclusivamente ver da conformidade com a resposta que lhe foi dada e que referiu e que há alguma discrepância. Como sabe, esta matéria é tão vasta que seria necessário agora estar a pedir aos nossos técnicos para poderem dar aqui alguns esclarecimentos. Creio que ficou registada a sua informação e é preferível que os serviços possam avaliar as questões que colocou e depois ter uma resposta mais detalhada e completa.

Senhor deputado Ilídio Ferreira, não lhe posso também responder, segundo disse a informação que foi dada pelos técnicos relativamente à Rua 1.º de Maio que levou 2 meses a responder, naturalmente que tomo nota desta sua questão e irei verificar que razões é que justificaram todo este tempo.

Relativamente à questão da pavimentação desta rua que, no dizer do senhor vereador, apenas serve uma atividade económica, o que lhe posso dizer é que temos na Câmara Municipal um programa de intervenção dos arruamentos e essa programação é feita na sequência do que está estabelecido. Creio que não tem nada a ver, ou melhor, tenho a certeza que não tem nada a ver com o facto de esta rua não servir, no dizer do senhor deputado, outros interessados a não ser esta atividade económica.

Quanto à questão que referiu aqui neste relatório que foram contactados 82 fornecedores e que apenas 42, peço desculpa que não tomei nota, mas é um número bastante limitado comparativamente aos que foram contactados, foram pagos. Senhor deputado, naturalmente que para fazer os pagamentos que foram anunciados, os serviços têm de contactar os fornecedores e criar as condições para que sejam identificados os valores, se há outras questões a colocar por parte dos fornecedores, tendo em conta algum atraso relativamente ao pagamento que foi feito ou que não foi feito. Há aqui um conjunto de questões que têm de ser identificadas e tem de haver esta avaliação. Os pagamentos estão a ser feitos com a regularidade que é devida, o compromisso é público e no final, certamente, que haverá um relatório para ter conformidade naquilo que foi o entendimento da Câmara Municipal, do executivo municipal de disponibilizar estas receitas extraordinárias que a Câmara Municipal teve acesso e até ao final do ano de fazer estes pagamentos na ordem dos 10 milhões de euros. Esse trabalho que os serviços estão a fazer é um trabalho que há de ser continuado e depois faremos a avaliação.

Relativamente à questão das negociações, não lhe sei dizer em concreto o que é que acontece com cada uma destas negociações, mas também ficará para uma resposta por escrito, porque não tenho essa informação. Como sabe, algumas dívidas são bastante antigas e têm de ter o envolvimento dos serviços para a avaliação de todo este processo e, eventualmente, com o envolvimento de juristas da Câmara Municipal e da própria empresa para haver uma resposta por escrito para que não haja dúvidas nenhuma sobre estas questões.

Quanto à cobrança de impostos que, na avaliação que fez no anterior relatório, houve um aumento significativo da cobrança de impostos. Não tenho aqui o outro relatório, mas tenho aqui os dados das cobranças de impostos que foram feitas durante o mês de dezembro, ou seja, até hoje e comparativamente com o mesmo mês do ano passado e deste mesmo período, verificamos que relativamente às cobranças do IMI há uma redução de cobrança de 2021 para 2022 de 752.263 euros. Relativamente ao IMT há uma diferença negativa, digamos assim, da não cobrança ou de redução de cobrança de 188.371 euros e relativamente ao IUC há uma diferença de 27.202 euros e até na derrama há um diferencial não cobrado, até agora, de 115.424 euros.

Isto é a demonstração de que a avaliação que temos vindo a fazer sobre as preocupações da estabilidade financeira da Câmara Municipal se justifica, na nossa visão e na nossa avaliação. É também importante e ainda bem que colocou essa questão. Naturalmente que estes dados em janeiro poderão ter outra avaliação, como é normal, e continuaremos a fazer esta avaliação, porque conhecemos esta realidade,

tratamos com ela, os nossos serviços têm estes contactos com as empresas e como as coisas vão evoluindo. As preocupações relativamente à situação das empresas, à situação dos investimentos, à situação da cobrança de impostos e à situação das receitas é bem demonstrativo de que tínhamos razão nas preocupações que sempre temos vindo a manifestar quanto à necessidade de garantir o equilíbrio das contas do município.

Também não é de esconder, porque, às vezes parece que se pode pensar que andamos a esconder as dívidas que a Câmara Municipal tem. Nunca escondemos! Os senhores deputados têm a informação atualizada relativamente às dívidas e aos atrasos que a Câmara Municipal tem relativamente ao pagamento a fornecedores. Não há dúvidas nenhuma sobre isso. O que fizemos na decisão que tomámos, foi em função das receitas extraordinárias que conseguimos alcançar no final deste ano, foi de decidir que 10 milhões dessas receitas eram destinadas exatamente para pagar a fornecedores. Há entendimentos diferentes, pensamos que esta é uma forma de injetar na economia esta capacidade de os próprios fornecedores terem melhores condições financeiras na sua atividade para voltar a investir e para dinamizar a economia no nosso concelho. É esta a avaliação que fazemos, é este o nosso entendimento para que não haja dúvidas sobre esta questão.

Sobre as questões que o senhor deputado da Iniciativa Liberal colocou relativamente ao CMOS, é verdade que ficou inoperacional a central de operações de comunicação, acontece, e naturalmente com a rapidez que foi possível foi reposta a situação. Há sempre alguma forma de não ser por aquela central de os profissionais que lá estão fazerem o acompanhamento das comunicações necessárias e urgentes. Não tenho a informação de que tenha havido algum problema maior relativamente a este assunto.

Quanto à questão do problema das eventuais derrocadas nas arribas do Forte de São Filipe, senhor deputado, há uma obra a decorrer exatamente para controlar e para evitar as derrocadas das arribas ou das encostas do Forte de São Filipe. É a segunda obra que já está a decorrer e é uma obra que tem sido acompanhada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Neste momento, o investimento é no valor superior a 4 milhões de euros. A primeira teve um valor, creio que entre os 5 e 6 milhões de euros no final, e estamos a falar, naturalmente, de obras de grande capacidade técnica e especificidade também e esperemos que nesta segunda intervenção as obras permitam garantir uma estabilidade maior do Forte de São Filipe. Há um investimento muito significativo e muito importante para Setúbal a fazer na pousada e que sem esta estabilidade será difícil haver uma recuperação da pousada. Estamos muito empenhados em que tudo decorra no quadro técnico e de especialidade dos aparelhos todos que estão a ser instalados para verificar se continua a haver algumas alterações relativamente à estabilidade e no sentido de que esses investimentos se possam vir a fazer.

Ainda hoje tive uma reunião com o responsável, um administrador da empresa que tem a pousada e que há uma determinação da empresa em fazer a obra da recuperação da pousada, mas nestas condições é difícil. Estamos a acompanhar todo este processo, tivemos algumas dificuldades na disponibilidade por parte do Ministério das Finanças para a comparticipação financeira que cabe ao Estado Português e, por isso, o Tribunal de Contas não dava o visto, o que se arrastou durante vários meses. No final de uma ameaça que a Sra. Presidente dos Fundos Comunitários, afetos a esta obra, nos fez de retirar a garantia de financiamento, numa semana conseguimos resolver isto e a obra está a decorrer, está adjudicada e vamos no sentido de poder termos uma obra e uma atração no nosso concelho, que é fundamental.

Relativamente à questão da formação dos bombeiros, senhora deputada, não tenho aqui, como é óbvio, todas as ações que os Bombeiros Sapadores têm feito, certamente, são muitas em Portugal e no estrangeiro. Creio que essa formação a que se referiu tem a ver com um protocolo que temos com a Cruz Vermelha, a qual tem a contrapartida de dar formação, creio que nessas áreas que referiu e certamente que alguns bombeiros tiveram essa oportunidade.

Como se sabe há um grupo de bombeiros que acabou agora de ser integrados como bombeiros e que certamente beneficiaram dessa formação. O que posso prometer é que oportunamente lhe farei chegar, pelo menos as formações que decorreram durante este ano, para se ter uma ideia.

Quero pedir para depois o Sr. Presidente dar a palavra à Sra. Vice-Presidente.

Não posso deixar de dizer que, por vezes, não gostamos daquilo que nos acontece, mas uma coisa é não gostarmos daquilo que nos acontece e a outra coisa é fugirmos à verdade e isso é das coisas piores que

pode acontecer comigo. Senhora deputada, houve um e-mail dirigido à Sra. Chefe de Gabinete do Sr. Ministro da Saúde com um ofício assinado por mim e em nome dos três Presidentes das Câmaras Municipais que saiu na tarde de terça-feira, não de quarta-feira como a senhora deputada referiu. Na sexta-feira ao início da tarde, por não ter havido resposta e porque tinha um pedido com caráter de urgência, e é pública a situação, não é nada de extraordinário, na sexta-feira o meu gabinete fez um contato com o gabinete do Sr. Ministro e a informação que recolhemos foi que o nosso pedido de reunião estava para despacho. É bom que esta informação seja o mais correta possível, não andamos aqui para enganar ninguém, não é esse o objetivo, estamos aqui para resolver problemas muito graves das nossas populações.

Vice-Presidente da Câmara – Vou tentar ser o mais sintética possível. Relativamente às questões colocadas pelo PAN sobre as colónias de gatos na Arrábida foi efetivamente realizado uma reunião com o ICNF, porque na área da Arrábida a jurisdição é do ICNF e a câmara, tendo em conta a problemática que está instalada e há existência do aumento de gatos nesta zona, disponibilizou-se para poder fazer a esterilização de todos os animais, contudo, essa esterilização seria feita ao abrigo do programa CED e teria que ser feita a devolução dos animais. O ICNF não está de acordo e não nos deu alternativa a este procedimento, portanto, se a Câmara Municipal começar a fazer de imediato a esterilização destes animais não tem capacidade para os acolher nas suas instalações e não os pode e não os deve colocar num outro espaço sem que esse espaço garanta todas as condições para os próprios.

Em conjunto com esta problemática falou, também, da questão do protocolo com o Centro Hospitalar de Setúbal que, efetivamente foi assinado, é um protocolo tripartido entre o Centro Hospitalar de Setúbal, a Câmara de Setúbal e a Associação Tico e Teco em que, da parte da câmara a obrigação também seria a captura e esterilização dos animais, contudo o Centro Hospitalar de Setúbal nunca disponibilizou a verba necessária para a Associação Tico e Teco poder acolher esses animais. Este protocolo não teve verdadeiramente eficácia.

Ainda assim, recolhemos vários animais que estavam, até com problemas de saúde no hospital e fizemos os devidos tratamentos e fizemos as esterilizações, mas na sua plenitude o protocolo acabou por não ser completamente concretizado.

Só para dar também aqui uma informação, concorreremos às candidaturas promovidas pelo ICNF, às 3 candidaturas, tenho a informação que foi aprovada relativa às esterilizações e relativa à chipagem dos animais, falta-nos ter o resultado sobre o que fizemos para a questão das instalações, portanto, essa ainda não obtivemos resultado.

Ilídio Ferreira (PS) – Senhor Presidente, já cá andamos há 21 anos e já muitas vezes falei para si e o senhor para mim, mais o senhor para mim do que eu para si e, portanto, habituei-me ao longo destes 21 anos a que muitas vezes lhe façamos uma pergunta e você não responde ou responde aquilo que quer. Fica ao seu critério e foi um pouco o que fez com as questões que coloquei. Tento ser objetivo tanto quanto possível, para que, exatamente, daí venha também questões objetivas, mas depois o que acontece são respostas que não correspondem às questões objetivas colocadas.

Objetivando, que o tempo é pouco, em relação à questão do alcatroamento aceito a sua explicação, embora não deixe de estranhar que esteja programada uma intervenção na outra ponta do concelho, num sítio onde, como disse, não serve ninguém, a não ser uma casa particular e um negócio particular.

Relativamente à questão da ECO Ambiente e da Banco BFF, o que foi negociado nos acordos prejudiciais fico à espera que o Sr. Presidente me faça chegar a informação.

Quanto à intervenção anterior, eu não disse, pareceu-me que o Sr. Presidente o teria dito, que foram os serviços que levaram 2 meses a responder. Os serviços técnicos foram muito céleres a responder e o senhor vereador do pelouro despachou no mesmo dia que os serviços informaram, no dia 13 de outubro, do seu gabinete para chegar a nós é que levou 2 meses e é isso que não compreendo. Se calhar há razões, por isso é que lhe perguntei para dizer quais as razões para que o seu gabinete levasse 2 meses para fazer chegar a informação.

Finalmente, em relação à questão dos impostos, ó Sr. Presidente, está aqui neste documento que o senhor distribuiu que foram recolhidos entre janeiro e novembro deste ano em relação a janeiro e novembro de 2021, mais 4 milhões de euros de impostos. E o senhor agora vem dizer que, durante o mês de dezembro, que eu não percebo, porque, se calhar, está a considerar apenas os primeiros 15 dias, o que obviamente os primeiros 15 dias não significam que termine o mês assim, mas mesmo que eventualmente termine o mês de dezembro com os valores que o senhor disse a menos, ainda assim fica com 3 milhões de impostos cobrados a mais do que cobrou em 2021.

Paula Soeiro (PSD) – Senhor Presidente André Martins, a sua longa exposição é bem demonstrativa do modo como encara aquilo que poderia, no âmbito da transferência de competências na educação, ser uma ferramenta que melhorasse a qualidade dos nossos estabelecimentos escolares e dos serviços ali prestados não interferindo naquilo que é o seu âmbito pedagógico. O Sr. Presidente gastou seguramente 16, 18 minutos, e bem, justificando do modo como quis justificar.

Senhor Presidente, são reiteradas as nossas questões e as minhas, em concreto, sobre a qualidade ambiental dos nossos estabelecimentos de ensino, volto a referir, foi em 26 de outubro, depois de na comunicação social aparecer tantas imagens de visitas às escolas, tenho dificuldade em aceitar que o Sr. Presidente não tenha, pelo menos, uma perceção de quais são as dificuldades e os constrangimentos reportados pelos nossos diretores das escolas e dos agrupamentos.

Senhor Presidente, será tão difícil dizer-nos, já que não tem dados concretos, qual é a sua perceção sobre as condições de funcionamento das nossas escolas, se devem ou não estar incluídos no programa de recuperação e reabilitação.

Simão Calixto (CDU) – Só para esclarecer aqui uma questão, que os eleitos do PS nos têm habituado ao dizerem que a câmara faz obras que não servem para nada e que aquela questão na Rua 1º de Maio ligado a uma intervenção na Avenida António Xavier de Lima, de facto, serve muitos setubalenses e muitos azeitonenses que usam aquele acesso todos os dias para aceder à A2.

Ilídio Ferreira (PS) – Ao abrigo da figura regimental que é o protesto, que utilizo poucas vezes, mas não posso deixar de utilizar, o senhor deputado está a colocar uma questão que parece que estive a falsear esta assembleia, o que não é verdade. A rua que é utilizada pelas pessoas é a Xavier de Lima, tem toda a razão, mas a outra é uma perpendicular que ninguém lá passa.

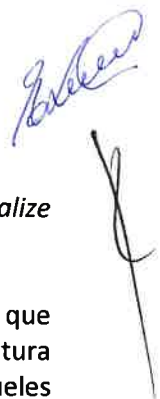
Simão Calixto (CDU) – Não é verdade, passam lá muitas pessoas todos os dias.

Ilídio Ferreira (PS) – Para ir para onde?

Simão Calixto (CDU) – Para a Quinta da Areia. Parte da Quinta da Areia tem uma zona do concelho de Setúbal, por exemplo. Se calhar o senhor não sabe.

2. **Apreciação do Relatório da Comissão de Ambiente e Bem Estar Animal referente à Petição Pública “Pela conclusão da Rede de Saneamento Básico em toda a extensão territorial da Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra”**

Isabel Conde (PSD) – No âmbito da petição pública, apresentada a esta assembleia, e para a respetiva apreciação foram ouvidos os primeiros peticionários Sérgio Paulo Martins da Silva e Raquel Inês Mendes e da parte da Câmara Municipal, o senhor vereador Carlos Rabaçal, no passado dia 5 de dezembro que foi elaborado o relatório da audição e de apreciação por esta comissão apresentado a 9 de dezembro, tendo-se concluído o seguinte: “Entende a Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal dar parecer unânime relativamente à necessidade do alargamento da rede de saneamento básico em toda a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, devendo o início deste alargamento proceder-se já em 2023 e que a sua



conclusão, salvo eventuais fatores externos à entidade responsável pela sua concretização, se realize durante o atual mandato.”.

Francisco Cabral (PSD) – Apenas referir que o PSD, e julgo que todas as bancadas, estamos unidos no que também é o apoio no fim básico e essencial àquilo que são às populações. A ausência dessa infraestrutura básica acaba por prejudicar gravemente, sobretudo, e é com isso que nos devemos preocupar, aqueles que se encontram em menor debilidade, aqueles que têm menos rendimentos e aqueles que se encontram mais envelhecidos. Mas também, por outro lado, a oferta dessa infraestrutura vai acabar por ser aquilo que é um combate a potenciais crimes ambientais, como todos bem sabemos. Apenas deixar o apelo a que se acabe com as promessas e que se efetive obra, porque, no fundo compreendo que acabe por ser frustrante para todos, mas é sobretudo mais frustrante para as populações e acaba por alimentar populismos desnecessários.

Maria João Palma (PS) – Relativamente ao assunto do saneamento básico da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, o que resta dizer é que houve vinte e tal anos de promessas eleitorais com a resolução para um problema que existe há tempo demais e que confere um direito constitucional e um grave problema ambiental. O incalculável problema ambiental.

O Executivo há um tempo atrás assumiu que as obras eram para começar imediatamente, não cumpriu. As obras não começaram, a culpa não pode ser de outros, nem dos de há mais de 20 anos, nem do mau serviço de saneamento prestado pelas Águas do Sado. Este foi um serviço, com as Águas do Sado, que estava concessionado e como tal era obrigação da Câmara Municipal de Setúbal, Executivo CDU sob presidência da Dra. Maria das Dores Meira, fazer cumprir as obrigações contratualizadas com as Águas do Sado. Este não foi um problema de resolução prioritária para o plano de atividades da CDU durante muitos anos.

Finalmente, em 2023, sob a presidência de André Martins, esta será uma prioridade e com palavra do senhor vereador Carlos Rabaçal, em sede da Comissão de Ambiente e Bem-Estar Animal, que a obra será feita sem paragens, nem interrupções, cito *“sem paragens, nem interrupções”*, pois que assim seja. A bancada do PS fará todos os possíveis para acompanhar este processo e que finalmente se solucione o problema das pessoas e se faça cumprir com as instruções da ONU e da OMS e que até 2025, quase a título de desejo natalício de 2022, seja possível à Câmara Municipal finalmente cumprir com a resolução deste grave problema.

Simão Calixto (CDU) – Quero, em primeiro lugar, saudar os peticionários e a população daquela zona que entregaram esta petição e que, de certa forma, nos obrigou aqui a discutir este problema hoje.

Quero, também, dizer que, de facto, este problema tem urgência em ser resolvido, já por diversas vezes aqui foi dito pela Câmara Municipal que será neste mandato. Fez-se um empréstimo que prevê a afetação de uma verba para o início destas obras que já foi aprovado há duas sessões da Assembleia Municipal e nesse campo estamos certos que será possível iniciar a obra.

Não quero é deixar de refletir e tive oportunidade de dizer na comissão que, de facto, este processo tem mais responsáveis do que a câmara. Ainda bem que vai acabar no domingo a concessão das Águas do Sado que, entre outros prejuízos, também provocou este. Provocou este, porque as próprias Águas do Sado só pensam em lucro e não lhes interessa as 600 pessoas que esta obra vai servir, porque não lhes dá o dinheiro suficiente e nem os projetos se dignaram a fazer. Aliás, como os senhores deputados podem ver no projeto que nos foi entregue das Águas do Sado, ele está datado de julho de 2021, estamos a falar de uma coisa que foi elaborada há pouco mais de um ano por aquela empresa que só pensa no lucro, que pensa no seu negócio, em tudo menos no bem-estar das populações.

Bendita a hora que a nossa câmara e esta assembleia decidiram reverter a água de novo para o poder do município e creio que neste mandato teremos todas as condições para fazer esta obra, tal como a câmara já afirmou. É isto que quero deixar no sentido desta discussão.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Em relação à questão do saneamento básico, já foram aqui referidas algumas questões que, também, quero colocar, mas aquilo que o senhor deputado Simão Calixto disse é a mais pura verdade. Durante muitos anos andou-se de volta das Águas do Sado para que fossem feitos os projetos e nunca foram feitos. Também dizer aqui que mesmos estes projetos ainda carecem de retificação, no fim de se analisarem na totalidade, eles precisam de algumas retificações.

As Águas do Sado nunca tiveram o objetivo que estas obras avançassem, porque eram obras que para eles não eram rentáveis, meio milhão de euros aplicados na cidade não dava a mesma rentabilização que dava 500 mil euros numa freguesia dispersa. A verdade é que, já disse isto aqui na Assembleia Municipal e também disse na Assembleia de Freguesia, foi um compromisso eleitoral da CDU, o Sr. Presidente da Câmara disse-o nas três apresentações que fizemos na freguesia, que o saneamento básico é para ser realizado. Todos puxam pelos galões, mas se a obra for concretizada é mérito da gestão CDU, se ela não for concretizada é, também, da responsabilidade da CDU. Esta obra é fundamental para a qualidade de vida das pessoas e o que defendemos é que ela venha a ser concretizada, mas também dizer aqui que já houve aqui intervenções que não corresponderam em concreto àquilo que o senhor vereador Carlos Rabaçal disse aqui. O que o senhor vereador Carlos Rabaçal disse aqui é que está previsto as obras começarem com aqueles 159 mil euros do empréstimo no início do ano, provavelmente, março ou abril, mas também na comissão, onde estive presente, disse que só avançaria com datas concretas quando estivessem as obras adjudicadas, porque nos dias de hoje vive-se grandes dificuldades e muito das vezes aparecem empresas a concorrer, mas os preços dispararam de uma maneira tal que pode vir a criar alguns problemas.

Foi o que o senhor vereador Carlos Rabaçal apresentou, agora o que o Sr. Presidente da Câmara tem dito, em muitas reuniões que temos tido, ainda ontem à noite tivemos uma reunião nesta sala em que voltámos a falar e analisar toda esta questão, é que o saneamento básico é para avançar. Já agora dizer que o Partido Socialista vem sempre com a questão que as Águas do Sado não têm nada a ver com isto e que o investimento é feito por parte da Câmara Municipal, mas o Partido Socialista também esteve aqui há muitos anos e em termos de saneamento básico da freguesia não foi um bom exemplo. É bom termos aqui esta questão.

É fundamental construir o saneamento básico, é fundamental que os cidadãos da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra tenham saneamento básico, mas é bom não estarmos aqui a tentar desviarmo-nos, porque a maior obra de saneamento básico que foi feita na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra foi a obra da Gâmbia. Posso nomear aqui muitas outras e já o Partido Socialista não tem muito a apontar, não vamos falar nos loteamentos privados, que cabe aos seus promotores fazerem as obras de saneamento. Não vale apenas estarmos aqui a mandar pedras uns aos outros, a verdade é que isto é um problema que há para resolver e esperamos que durante este mandato seja resolvido, que seja possível e esse possível que seja muito.

Eunice Pratas (PS) – Devo saudar todos os peticionários desta petição e dizer que esta petição é uma petição que me toca, porque sou freguesa desta freguesia desde que nasci e já tenho 30 anos, mas aqui há algumas questões e algumas referências que gostaria de esclarecer.

Quando olho para o relatório, gostava de questionar o Executivo, porque é que algumas zonas não são contempladas nestas novas obras que dizem que é a conclusão do saneamento básico da freguesia, nomeadamente a zona do Monte dos Patos, a zona do Monte das Moitas, o Bairro da Bonita e o IMAPARK. Há aqui duas questões que se colocam, serão os desenhos que estão mal feitos neste projeto ou será que estas zonas não estão incluídas nesta conclusão do saneamento básico na freguesia? Sendo assim não podemos nomear que é a conclusão do saneamento básico, nem para falar da verba de 160 mil euros para prolongamento da rede de água e saneamento à Rua Baía do Sado para a 1ª fase, que penso ser pouco, mas também não sou engenheira civil.

Agora vamos aqui por outros pontos, a verdade é que a câmara diz aqui que não era da responsabilidade dela a conclusão do saneamento básico, mas era da responsabilidade da câmara obrigar as Águas do Sado a cumprir o contrato e isso não o fez e até aqui posso dizer tudo bem, mas não concordo.

Se não era obrigação da câmara, era das Águas do Sado, porque é que nestes últimos 24 houve promessa eleitoral a estes fregueses que iam concluir o saneamento básico no próximo mandato? É esta questão que fica por responder também. Porque não era da vossa responsabilidade, era das Águas do Sado, então, porque é que prometiam aos fregueses?

Há aqui outra questão que, também, quero esclarecer, é que a última grande obra de saneamento básico não foi em Gâmbia, isso foi uma obra de modernização da rede como o Luís Custódio sabe, porque é novamente Presidente da Junta de Freguesia. A maior obra de saneamento básico foi concluída em 1997, tinha eu 5 anos.

Agora aqui outra questão que, também, gostaria de felicitar...

Não, não vou responder Luís, você como Presidente de Junta tem obrigação de saber, lamento que não saiba dos factos.

Quero felicitar aqui um parágrafo, que li no relatório, de que há uma proposta sobre o Regulamento Municipal e termina referindo que atualmente o número de fossas é de 600. Defende um plano de eliminação das fossas e a salvaguarda de fossas de qualidade quando for caso disso e fala de taxas de saneamento quando não há ligação à rede e foi dito pelo senhor vereador Rabaçal. Fico muito contente que isto finalmente esteja escrito e que possamos falar disto na Assembleia Municipal, porque consigo contar as vezes que o vereador Rabaçal foi à minha freguesia e prometeu e prometeu que as taxas iriam ser diferentes para quem estava ligado à água canalizada, estamos em 2022 e não foram, mas, finalmente, temos aqui uma promessa que podemos pegar. Não basta só fazer reuniões onde não há gravações e fazer promessas aos fregueses, temos que cumprir.guardo, com muito anseio, que em 2025 a minha freguesia, finalmente, tenha saneamento básico e não confundam fossas sépticas com saneamento básico.

Vítor Rosa (BE) – Só deixar aqui duas ou três notas relativamente a este relatório da comissão, da qual faço parte.

Primeiro, registar a unanimidade de todos os partidos presentes nesta assembleia relativamente à necessidade da realização destas obras de saneamento. A segunda questão é dirigida aqui ao primeiro interveniente no período do público, que ainda está ali na bancada. Espero que consigam sair satisfeitos com o que foi aqui apresentado e que dê as boas notícias à família.

Por fim, ficou aqui o compromisso do Sr. Presidente, esperamos que seja desta vez que seja realizado e seja efetivado esta necessidade básica nesta Junta de Freguesia durante este mandato.

Francisco Cabral (PSD) – Efetivamente esta promessa já é feita, talvez, há mais tempo do que eu sou vivo e isso preocupa-me, mas mais do que me preocupar, preocupa-me o facto de, se calhar, irmos passar os mesmos 20 anos à espera que se efetive. Estamos fartos de promessas e efetivamente precisamos de ajudar a população neste sentido.

Simão Calixto (CDU) – Quero só reforçar a ideia de que, de facto, a concessão das Águas do Sado foi feita pelo Partido Socialista. O contrato que vocês dizem que é tão bom e que a câmara devia ter obrigado a cumprir foi feito por vós e, se calhar, as ferramentas para que ele fosse cumprido deveriam ter sido equacionadas quando ele foi feito.

Já agora senhores deputados, as intenções do PS, bem, podíamos estar aqui à espera e, se calhar, com as saudações que já aqui apareceram, saudações de intenções de NUTS, saudações de intenções de obras não sei a onde... Se calhar, fico-me por aqui.

Maria João Palma (PS) – Vai ficar escrito em Ata, mas vou ler na íntegra aquilo que eu disse, acho que os senhores não perceberam aquilo que eu disse. Cito: *“Finalmente em 2023, sob a presidência de André Martins será uma prioridade e com a palavra do senhor vereador Carlos Rabaçal em sede de CABEA, que a obra será feita sem paragens e nem interrupções.”* Cito: *“Que assim seja.”*

Os senhores não me ouviram contestar a obra, os senhores não me ouviram falar de quem é a responsabilidade ou de quem seja, o que eu disse foi que no mandato anterior foram feitas promessas que até hoje não foram cumpridas, portanto, acho que vocês estão a citar coisas que eu não disse. Quando os senhores dizem as deputadas do Partido Socialista, estão se a referir a quem? Ouvi dizer as deputadas do Partido Socialista, então se não foi peço imensa desculpa.

Presidente da Câmara – Reafirmar, mais uma vez, os compromissos que estão estabelecidos com as populações de que a obra se irá iniciar no princípio de 2023 e, esperemos, que esteja concluída na totalidade antes do final deste mandato.

Já foram aqui dadas explicações, até pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que o senhor vereador Carlos Rabaçal terá também chamado a atenção para isso na comissão, que a situação que se vive na contratação das empresas é uma situação muito difícil e, portanto, só em situações que não tenhamos condições de ultrapassar é que a obra não será concluída até ao final deste mandato. Para que não haja dúvidas nenhuma sobre este compromisso.

Quero também dizer que às vezes fala-se muito, mas tem-se pouca credibilidade naquilo que se diz, nas afirmações que se fazem, porque quando se fala do contrato das Águas do Sado com a Câmara Municipal é preciso saber que o contrato diz a quem cabe fazer os projetos e é à concessionária. A Câmara Municipal não podia fazer projetos para fazer obras, mas solicito-as várias vezes, como não podia deixar de ser. A Câmara Municipal não anda a fazer promessas às populações e depois não faz pressão sobre a empresa para aquela obra se realizar. O que aconteceu foi que foi exigido à empresa as razões porque é que não elaborava os projetos para aquela obra e a resposta veio por escrito e foi de que as Águas do Sado não consideravam que aquela obra fosse uma obra prioritária. Está escrito e é bom que estas coisas sejam ditas com conhecimento, com os factos, com os documentos e quando é possível fazê-lo devemos recorrer aos documentos e aos factos para não haver especulação sobre tudo isto, porque senão todos dizem qualquer coisa para se saírem melhor destes problemas que afetam as populações.

Quero também dizer, para que não haja dúvida nenhuma, que a maior obra de abastecimento de água e de saneamento realizada na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra foi, de facto, a obra do abastecimento de água e do saneamento em Gâmbia. Fui eu que acompanhei essas obras e sei o que isto significou. Em 2005 não havia abastecimento de água, nem de saneamento em Gâmbia e sabíamos muito bem que foram embargadas a possibilidade de os cafés servirem café pela Direção-Geral da Qualidade e do Ambiente, creio que era assim que a entidade se chamava. Foi nessa situação de grande calamidade até, porque as pessoas não podiam beber água servida, por exemplo, nos estabelecimentos comerciais e nem no abastecimento do café. Era uma situação dramática que as populações viveram e que a Câmara Municipal entendeu, neste caso como se tratava de uma obra desta dimensão, e as Águas do Sado também estiveram de acordo, e foi feita a ETAR. Naturalmente já foi reestruturada por razões do sistema, mas todo este investimento foi feito não por este executivo, mas por um executivo da CDU em que eu participei e neste caso tinha a responsabilidade do acompanhamento da concessão.

Eunice Pratas (PS) – Só quero reiterar a minha questão que, penso que não foi respondida pelo Presidente André Valente Martins. Se as zonas que mencionei e que também o município mencionou se vão ser abrangidas nestes novos projetos de conclusão de saneamento básico, porque o mapa que foi apresentado para o saneamento básico não os contem. É importante esclarecer isto, porque não podemos falar de uma obra de conclusão do saneamento básico e não concluir o saneamento básico na freguesia.

Presidente da Câmara – Disse que o saneamento naquela zona das Pontes, que envolve a aldeia, a localidade, onde não há saneamento básico que será feito o saneamento básico. Quero, no entanto, também, clarificar uma outra questão é que as fossas sépticas fazem parte do saneamento básico, está na Lei que trata das questões do saneamento básico e há situações que estão identificadas onde é que se pode fazer licenciamento de habitações sem ter saneamento básico, sem ter ligação à rede. Isso está especificado na Lei e haverá situações dessas que, naturalmente, deverão ser identificadas e avaliadas.

O compromisso é que a rede de saneamento chegará a todas as casas, a não ser que hajam situações em que a própria Lei e a situação de cada habitação possa, do ponto de vista físico, ter dificuldades em garantir isso. São questões técnicas que serão avaliadas no terreno, mas quando se diz o saneamento na Gâmbia, na envolvente desta localidade, naturalmente que estamos a falar de fazer uma cobertura a todas as habitações com essas limitações, se houver alguma limitação será devidamente justificada.

Francisco Cabral (PSD) – Apenas para referir que não aceitámos as redes das fossas sépticas na altura do PS, também não podemos aceitar agora.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Há aqui algo que é muito importante e que o senhor vereador Carlos Rabaçal disse, é bom todos termos a noção e isso foi visto pela comissão, é que quando se fala em saneamento básico em toda a freguesia isso é algo que é praticamente impossível. É bom termos essa noção e vou-vos aqui, por exemplo, dizer o que aconteceu em Gâmbia. Gâmbia foi um projeto que teve que sofrer muitas alterações e mesmo assim, provavelmente, ficaram lá 20 ou 30 habitações do lado de fora, que não foi possível. Tecnicamente é possível, quanto é que ia custar o saneamento para contemplar meia dúzia de habitações? Provavelmente mais de 200 ou 300 mil euros. É bom que, também, se tenha aqui em atenção tudo isto, porque aquilo que o senhor vereador Carlos Rabaçal disse é que onde fosse possível, ou não fosse possível tecnicamente, ou que financeiramente fosse inviável, que tudo iria fazer junto dos proprietários para que se criassem fossas sépticas em condições e que as pessoas pudessem pagar a taxa do saneamento básico e que fossem os próprios Serviços Municipalizados a despejarem as fossas, para que as pessoas não fossem discriminadas como são atualmente, porque as pessoas não tendo saneamento básico tinham que contratar os serviços de Águas do Sado e ficava dez vezes mais caro do que a taxa de saneamento.

É bom que se deixe isto aqui bem claro, porque esta questão de não ficar uma única habitação do lado de fora, parece que é aquilo que se está a tentar vincar aqui, vamos ser realistas, vamos ser honestos numa situação destas, porque é muito importante que tenhamos esta noção. Há sítios que para se fazer o saneamento básico para uma habitação, provavelmente, irá custar mais do que custou a construção daquela habitação. É bom não andarmos aqui a tentar fazer demagogia política, que é aquilo que muitas vezes se trata aqui. Este é um assunto sério, é um assunto que todos nós devemos estar bastante conscientes que é necessário realizar, mas temos de ter a consciência que há sítios que vai ser muito difícil se conseguir fazer isto. Agora, se a câmara conseguir, através dos Serviços Municipalizados, que foi o que o senhor vereador Carlos Rabaçal transmitiu na Comissão de Ambiente, e que foi também o que a Junta de Freguesia, ao longo dos anos, tentou junto da Câmara Municipal e das Águas do Sado e que nunca foi possível, foi que as pessoas que não conseguissem ter ligação à rede pública, que não ficassem prejudicadas em relação às que tinham ligação feita à rede pública. O senhor vereador até falou, que os meios que as Águas do Sado têm, neste momento, não são suficientes e que os Serviços Municipalizados terão que adquirir mais algum equipamento para conseguir satisfazer, não só na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, mas em todo o concelho onde não haverá a possibilidade de fazer a ligação ao serviço público.

Deixar esta questão aqui bem clara, não há nenhum Presidente de Junta, penso eu, a nível nacional que não gostasse de ter uma taxa de cobertura de 100% de saneamento básico. Mas é bom que todos nós sejamos realistas que é para daqui por 2 ou 3 anos se ficarem 10 ou 15 casas do lado de fora, não virem aqui dizer que a CDU não cumpriu com aquilo que ficou registado em Ata. Também faço questão que esta minha intervenção fique bem registada em Ata.

Eunice Pratas (PS) – Depois desta intervenção, há aqui uns parâmetros que não percebi, porque existe uma diferença em dificuldades técnicas e financeiras. O que me parece a mim é que existem dificuldades financeiras, não existem dificuldades técnicas.

Volto a dizer que é de lamentar compararmos fossas sépticas que, apesar de estarem na Lei, são algo de terceiro mundo como o saneamento básico, porque os habitantes desta freguesia sabem perfeitamente,

nomeadamente o Presidente da Junta, o que é que isto representa no orçamento e o que é que representa na poluição do Estuário do Sado.

Vamos lembrar que há uns tempos atrás tivemos na imprensa uma manifestação na Vala Brejos de Canes, uma segunda-feira às 8h30, por causa de uma contaminação, quando vocês têm solução para um problema que é o saneamento básico, não vos vejo a manifestarem-se ou preocupados com a poluição no Estuário do Sado. Só para referir estes pontos.

Presidente da Mesa – Vamos lá fazer um ponto de situação nisto. Podemos estar a correr o risco de já não nos estarmos a ouvir uns aos outros e, se calhar, todos têm razão e ninguém tem.

Acho que vale a pena fazer um ponto de situação, é que há aqui um consenso muito alargado, uma apreciação, um compromisso que vem dos trabalhos da comissão respondendo a uma petição pública e está consensualizado que a execução da rede de saneamento em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra deve acontecer, o executivo afirma-o como prioridade de execução até ao final do mandato e a arrancar no início. Está claro, está no relatório.

A assembleia corrobora ou não corrobora este entendimento, porque há um consenso em resposta a uma petição pública de um problema que é muito antigo. Neste momento estamos todos de acordo nesta execução e na prioridade da mesma e estamos a entretermo-nos a debater perspetivas mais ou menos pessoais ou partidárias.

Era o momento de ultrapassar isso, passamos à deliberação se aceitamos o relatório da comissão ou não, é isto que vamos comunicar e transporta este relatório, também, um compromisso de todos os órgãos do município.

Eunice Pratas (PS) – Apenas para uma interpelação à Mesa, que a bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vai apresentar as moções e as recomendações que são apresentadas na Assembleia de Freguesia para percebermos realmente qual é a bancada que defende o saneamento básico na freguesia.

Presidente da Mesa – Estamos a apreciar, neste ponto, tão somente o relatório da comissão que foi suscitado por uma petição pública. Aquilo que ocorreu na Junta de Freguesia, certamente, que não vai ser aqui apreciado. A senhora deputada informará o resto dos deputados nesta assembleia como entender.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – A senhora deputada Eunice Pratas, no período de antes da ordem do dia, depois do Sr. Presidente ter falado disse que a CDU votou contra a moção sobre as descargas na Vala Real e agora está aqui a misturar tudo outra vez. A CDU votou contra, precisamente, aquilo que a senhora deputada agora está aqui a dizer, é que o PS na moção misturou tudo, meteu a Vala e meteu o saneamento tudo na mesma situação.

São duas situações distintas e a CDU sempre reconheceu e reconhece e por isso o Sr. Presidente da Câmara sempre disse que o saneamento era para avançar, porque sabemos que é algo básico e fundamental, mas não vamos misturar aqui as duas coisas, porque o que aconteceu no Centro Empresarial da Sado Internacional foi bastante grave e, por acaso, nunca vi o Partido Socialista lá em lado nenhum.

Flávio Lança (IL) – Não tinha intervindo até agora sobre este tema, mas com tanta discussão tenho mesmo que intervir, para saudar os peticionários por esta petição e depois, também, tenho que dizer que se levamos tanto tempo a fazer a obra como levamos a discutir aqui o relatório, que foi unânime na comissão, se fosse peticionário já estava aqui com uma lágrima no canto do olho a achar que a obra não ia ser feita.

Fica aqui o nosso compromisso de fazer tudo aquilo que estiver ao nosso alcance para que passemos destes pareceres técnicos, que já ouvi aqui imensos, para que a obra realmente se realize.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do CH.



Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 28.

Maria João Palma (PS) – É só para lembrar que existem documentos que ficaram de se fazer chegar à comissão e que são indispensáveis para se fazer um acompanhamento em boas condições de todo este projeto de obra.

3. **Deliberação n.º 56/2022/AM – Delib. CM n.º 3930/2022 – Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal de Setúbal e as Juntas de Freguesia do Concelho – 2023-2025**

João Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – É só deixar aqui uma nota de que estas delegações de competências que temos assistido, ao longo destes anos, são muito bem-vindas às freguesias, porque esta perspetiva de trabalho, de proximidade tem permitido resolver de uma forma muito mais célere alguns problemas com que nos deparamos e isso foi muito visível no Parque Escolar, agora já no âmbito de outro tipo de transferência, nas calçadas, na toponímia, na sinalização. Foram vastas as áreas em que isso pôde acontecer e acelerou a resolução dos problemas e permitiu, também, um acompanhamento mais próximo das intervenções. Acho que, nessa perspetiva ganhou sobretudo, a população e, portanto, enaltecer esta perspetiva que se tem aprofundado ao longo dos tempos destes últimos anos e que muito tem beneficiado as populações. Estamos nesse caminho em conjunto com a Câmara Municipal para continuar a fazer esse mesmo caminho.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Sobre esta matéria tenho vindo a intervir ao longo dos anos sobre isto e acho que esta foi uma das maiores medidas, uma das maiores obras da gestão CDU, a descentralização de competências para as freguesias, os contratos interadministrativos.

Só duas coisas aqui muito rápidas, porque o tempo voa, quando cheguei à Junta de Freguesia em 98, a nossa freguesia não tinha uma única pessoa a varrer, não havia varredura na nossa freguesia, não havia um único espaço verde e graças à descentralização de competências, aos contratos de execução hoje permite que as juntas de freguesia do concelho tenham equipamentos, tenham recursos humanos que possam resolver muitas das vezes coisas que nem são da sua própria competência.

Isto foi uma das obras mais importantes que a CDU implementou no concelho de Setúbal. Com toda a certeza, a Câmara Municipal de Setúbal é das câmaras do país mais avançadas em termos de descentralização de competências. É bom ter uma noção, isto tudo transferido para todas as freguesias, é lógico que cada uma à sua dimensão, mas que passa cerca dos 11 milhões de euros de transferência da Câmara Municipal para as freguesias. Permite que todos os habitantes do concelho de Setúbal possam ser tratados de igual forma, isto é o que é mais importante de tudo, não era haver cidadãos de 1ª e cidadãos de 2ª, que era o que acontecia. Neste momento, se conseguirmos prestar nas zonas mais distantes do concelho este tipo de serviço deve-se, precisamente, à questão da descentralização de competências.

Encontravam-se ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais, um da CDU e um do CHEGA.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 30.

Marco Costa (PS) – Fez a seguinte declaração de voto: *“O Partido Socialista nunca se poderia opor a esta descentralização de competências, de tal forma que votou favoravelmente esta proposta, contudo depois da intervenção que ouvimos gostaríamos de relembrar que, única e exclusivamente, este processo não se iniciou com a gestão da CDU.”*

4. **Deliberação n.º 57/2022/AM – Delib. n.º 3931/2022 – Protocolos de colaboração entre a Câmara-Pontes-Alto da Guerra**

João Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e 6 abstenções do PS, PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Marlene Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Só para dizer que, de facto, esta é mais uma ferramenta extremamente importante.

Este protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Junta de Freguesia do Sado é mais uma ferramenta para o desenvolvimento desta freguesia, o que vai permitir a criação de um polo da Biblioteca Municipal, mas também permitirá que a Junta de Freguesia possa oferecer outras valências para a população, por isso queria valorizá-la.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal da CDU.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 31.

5. **Deliberação n.º 58/2022/AM – Delib. CM n.º 3932/2022 – Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023**

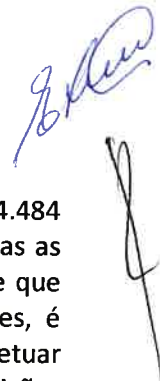
João Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, do PSD, CH, BE, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Isabel Conde (PSD) – A Comissão de Ambiente e Bem Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE e PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

João Luz (CDU) – Apenas para informar que por motivos de incompatibilidade profissional não participarei na discussão e nem na votação desta proposta.

Marco Costa (PS) – Os documentos que são colocados à apreciação desta Assembleia Municipal, após terem sido aprovados pela Câmara Municipal de Setúbal com a abstenção de todos os vereadores da oposição, consubstanciam o primeiro orçamento anual dos Serviços Municipalizados de Setúbal, após o termo do contrato de concessão com a empresa Águas do Sado.

Na nossa opinião, trata-se de um documento essencialmente técnico e de natureza predominantemente contabilística, sendo notório, apesar disso, que a passagem de testemunho não foi feita de forma pacífica de que é exemplo a ausência de alguns elementos comparativos com períodos anteriores que poderiam até espelhar a necessária harmonia e equilíbrio de uma evolução e transição devidamente sustentadas. Mas de acordo com as disposições legais, este orçamento é acompanhado por um Plano Plurianual de Investimentos Provisionais para o quinquénio de 2023/2027 e, além disso, este orçamento também apresenta a generalidade das receitas e despesas calendarizado para este período.



Para 2023 a dotação orçamental, no capítulo das despesas, é de 26.575.687 euros, sendo que 22.164.484 euros de despesas correntes e restantes 4.400.000 euros de despesas de capital. Praticamente todas as receitas previstas são receitas correntes à exceção de 10 mil euros. Para o ano de 2023 salienta-se que cerca de metade do plano de investimentos de 2,1 milhões de euros, num total de 4,4 milhões, é destinada ao objetivo funções gerais que aparece justificado com a necessidade de despesas a efetuar inerentes à criação de infraestruturas, como instalações e meios operacionais, para garantir as condições efetivas de trabalho nos Serviços Municipalizados de Setúbal.

Aceitando-se esta tal justificação, fica apenas a questão de saber se não se revelarão insuficientes, com o decorrer do ano de 2023, as dotações para os objetivos águas de abastecimento, águas residuais e resíduos urbanos, a que são destinados no conjunto 2,3 milhões de euros, sendo certo que estes deverão ser sempre os objetivos a privilegiar em termos de investimentos, pois, destes investimentos dependem a operacionalidade e a eficiência das vendas de água e da prestação de serviços de qualidade no saneamento, no tratamento e na eliminação de resíduos urbanos.

Para os 5 anos do Plano Orçamental e do Plano Plurianual de Investimentos está prevista uma evolução acelerada da despesa global e das respetivas receitas que a financiarão, 26,6 milhões em 2023, 28 milhões em 2024, 29 milhões em 2025, 29,6 milhões em 2026 e 31 milhões em 2027. Neste período, prevê-se que as despesas correntes, que são essencialmente despesas com pessoal, mais aquisição de serviços, evoluirão de 22,2 milhões de euros em 2023 até 24,4 milhões de euros em 2027, o que nos parece francamente escasso e que levará, certamente, a uma breve necessidade de revisão ou de várias revisões em alta destas respetivas dotações. Neste sentido e apesar de estarmos, por vezes, já habituados, não pela parte do senhor vereador Carlos Rabaçal, mas a alguma ausência de respostas ou das respostas demorarem 2 meses a chegarem, queremos saber se o Sr. Presidente ou se o senhor vereador Carlos Rabaçal, restante executivo ou os deputados que suportam a maioria da CDU, se dispõem a esclarecer os munícipes e esta Assembleia Municipal se já dispõem de algumas das prioridades de investimento que sejam discrimináveis, que sejam realmente concretizáveis e que sejam operacionalizáveis, pelo menos, nos próximos 3 anos de vigência deste novo enquadramento, sendo que esses 3 anos são o período de longevidade máxima deste executivo. E até, dentro desta questão, se preconizam ser necessário rever e atualizar este documento nas suas possíveis carências e lacunas, ou seja, em que pontos se consideram ou antecipam ser necessário fazê-lo, tal como nós ou a maioria dos munícipes e talvez dos deputados, esperam ser altamente provável que aconteça.

Continuando na análise deste documento, podemos prever que as despesas de capital, ou seja, os investimentos a concretizar neste quinquénio, sejam também a um ritmo algo diferenciado, 4,4 milhões em 2023, depois temos uma estagnação desses valores em 2024, 2025 e 2026 em que passa de 5,5 milhões para 5,6 milhões e depois um salto no último ano para 7,5 milhões de euros em 2027. Destes valores assumem maior relevo, sem dúvida, os valores acumulados no somatório destes 5 anos, as dotações para o investimento em construções diversas na captação e distribuição de água, o que corresponde a 14,8 milhões de euros e nos sistemas de drenagem de águas residuais, o que corresponde a 7,9 milhões de euros.

Tendo dito tudo com uma análise mais técnica que este documento, também, consubstancia reconhecemos a legitimidade que a CDU tem nesta opção tomada, como é lógico, independentemente da forma turbulenta e conflitual como acabou por decorrer esta passagem de testemunho das Águas do Sado para os Serviços Municipalizados, do regresso à gestão pública no final do contrato de concessão. Até reconhecemos a coerência da posição assumida pela CDU em consonância com aquilo que defendem sobre esta matéria a nível nacional, não ignoramos contudo que esta transição seja muito difícil e a título de recomendação, esperamos que tal opção que por vós agora é assumida, seja acompanhada de uma atuação plenamente determinada em prol da melhoria da qualidade desses serviços prestados aos munícipes em termos de água, de saneamento e de resíduos urbanos e também do respeito integral pelos direitos dos trabalhadores e pela melhoria das condições laborais em consonância, também, com o desenvolvimento sustentado do nosso concelho e equilíbrio do meio ambiente.

Afonso Luz (CDU) – Este é, como já foi dito, o primeiro orçamento anual dos Serviços Municipalizados. Estamos aqui perante uma nova realidade e a transição foi feita em condições muito más, em que a concessionária deixou instalações, licenças de software, etc., de uma forma que torna difícil a comparabilidade com anos anteriores. Daí que o próprio documento diga que a base para a sua elaboração foi a informação constante do estudo de viabilidade económica e financeira, alguma informação que foi possível obter da parte das Águas do Sado, também em termos de receitas, teve como base o tarifário que está aprovado para 2023.

Percebe-se que este é um orçamento que tem dois ou três objetivos muito prementes, um deles tem a ver com a necessidade de baixar a tarifa da água, a outra questão é a garantia da qualidade do serviço e de dar resposta às necessidades de manutenção de infraestruturas, do saneamento e do abastecimento de água em baixa.

Constatamos que está previsto para 2023 um investimento de 4,4 milhões de euros e que este investimento está de acordo com as previsões que estão disponibilizadas no Plano Plurianual de Investimentos, estamos aqui a falar de um total de Orçamento para 2023 de 26 milhões e meio. Parece-nos adequado, para já, para as necessidades que aqui são reveladas neste orçamento e estamos conscientes de que ele é um primeiro orçamento anual para esta nova realidade e, certamente, os próximos orçamentos serão muito melhorados relativamente à informação que nos é prestada. Nós iremos votar favoravelmente.

Paula Soeiro (PSD) – O Partido Social Democrata, também, tem consciência que este é efetivamente o primeiro orçamento dos Serviços Municipalizados de Setúbal. Como disse, também, nos seus considerandos foi feito, idealizado, desenhado na ausência de informação histórica contabilística. Foi tendo como base a informação referenciada no estudo de viabilidade económica e financeira, a informação que foi possível recolher junto da empresa Águas do Sado e a informação decorrente do estudo sobre os tarifários para 2023 e neste item, em concreto, queremos recordar que o tarifário de abastecimento de água e de saneamento ficou aquém daquilo que era expectável.

Sim, efetivamente foi aprovada a diminuição da tarifa de abastecimento de água, mas, por outro lado, aumenta-se a tarifa dos serviços de saneamento. Também um outro exemplo, na questão das famílias numerosas a redução dos serviços de saneamento também ficou muito aquém do que era expectável, só há uma redução até aos 5 metros cúbicos. Era nosso entendimento de que é o possível, mas, muito aquém daquilo que é expectável pelos setubalenses e azeitonenses no regresso aos Serviços Municipalizados. Este era o entendimento de que este regresso serviria a população no acesso aos serviços com muito menos custos e com muito mais qualidade. Esperemos que assim aconteça, de qualquer forma, também, no mesmo documento fundamental refere que é um orçamento provisional e que poderá vir a ser onerado no decurso do exercício correspondente ao ano 2023. Esperemos que não.

Vereador Carlos Rabaçal – Obrigado pelas questões colocadas. Julgo que quem falou sobre este Plano de Atividades e Orçamento e Plano de Investimentos revela que leu com atenção a situação concreta em que ele foi feito, isso é muito importante e queria agradecer isso.

De facto, temos ainda um processo conflitual que está em curso, isso não ajudou muito à transição, mas dia 18, que é daqui a 2 dias, já estamos a gerir o processo da água e saneamento e também os resíduos associados, os resíduos já gerimos hoje na câmara.

Há questões que no essencial estão resolvidas e que vão correr bem, vai haver água, está tudo OK e não há nenhum problema desse ponto de vista. Depois existem problemas que têm que ver com processos informáticos, que nos obrigaram a fazer durante este período, na ausência de uma informação mais adequada, contratação de 55 empresas das quais 20 informáticas e fazer todo um processo novo de integração de sistemas informáticos que aqui estão na mesa, há várias pessoas que sabem o que é que isto quer dizer.

Só para terem uma ideia, as Águas do Sado quando mudaram da Av. Luísa Todi para a Av. 5 de Outubro tiveram uma semana parados, não conseguiram trabalhar. Os Simas do Amadora/Oeiras tiveram 3 meses sem conseguir faturar e foram eles próprios que mudaram as suas coisas, não foi algo deste género.

Mesmo assim, pensamos que se fez um grande trabalho e que é possível garantir que tudo corra, no essencial, bem. O que quero deixar aqui já claro é um pedido de compreensão e paciência, quer dos senhores deputados, quer das forças políticas, quer mesmo dos munícipes, sobretudo dos munícipes, para um outro aspeto que possa não estar completamente operacional, com o compromisso de dois aspetos. Primeiro, vamos trabalhar para que qualquer coisa que não corra bem rapidamente seja resolvida, segundo, que ninguém será prejudicado, isso é claro, não vai haver problemas com ninguém ser prejudicado em qualquer processo.

Como aqui foi dito e muito bem, o grande objetivo é mesmo o início da gestão pública, aliás, acompanhando uma recomendação da ONU no sentido do regresso da gestão privada de água ao setor público por razões de acessibilidade, por razões de sustentabilidade, por razões de apoio à gestão da água enquanto instrumento fundamental à vida, visto que, durante a pandemia no mundo inteiro as entidades privadas cortaram a água a milhões de pessoas que não puderam pagar no quadro da crise da pandemia. A ONU fez um relatório sobre esta matéria e recomendou vivamente que no mundo inteiro regressassem à gestão pública. Esta recomendação foi feita já depois de termos decidido, mas ficamos satisfeitos por estarmos também, desse ponto de vista, no bom caminho e fomos acompanhados, quer na Câmara, quer na Assembleia Municipal, praticamente por todas as forças políticas. Foi uma decisão de grande apoio político global do nosso município e de todas as forças políticas, acho que isso é muito importante e não é irrelevante que tenha sido assim, depois, a questão é a implementação e as soluções a encontrar.

Em relação a este Plano de Atividades e Orçamento, só algumas notas. Primeira questão, estamos a trabalhar com números e dados de 2021, que são os únicos que temos das Águas do Sado, de 2022 não há, neste período da crise não temos esses dados. Este orçamento foi feito, tendo em conta duas coisas que alteraram drasticamente, digamos, os proveitos. O que é que aconteceu? Nós decidimos reduzir, aqui já foi dito por alguém que não foi muito arrojado, mas decidimos reduzir para dar exemplos práticos para não se reduzir só o tarifário, mas a fatura em concreto que neste momento consome 5 metros cúbicos. É uma redução de 21% na fatura, quem consome 10 metros cúbicos tem uma redução de 18% e quem consome 20 metros cúbicos tem uma redução de 20%. O que é que isso quer dizer? Quer dizer que cerca de 90% ou mais de 90% dos munícipes e das famílias de Setúbal têm uma redução deste nível, mas na tarifa social, a qual contém um escalão único até aos 15 metros cúbicos, é automática, vai abranger 8 mil famílias e vai abranger, por essa via, cerca de 12% de todas as famílias de Setúbal e aí o que vamos ter para um consumo de 10 metros cúbicos é uma redução tarifária de 56%.

Estou a falar de reduções que não têm em conta sequer o histórico da evolução da tarifa, porque a evolução da tarifa seria no próximo ano 2023 e não era uma redução nem de 20, nem de 56, mas um aumento de mais de 10% em todos escalões. É preciso saber isto. Digamos que não é uma coisa pouco arrojada numa altura em que os municípios aqui à volta estão a aumentar a tarifa da água em 40%, 56%, 60% e por aí fora.

É importante saber que foi um esforço muito grande que foi feito e numa altura ainda em que temos a informação, essa fidedigna, rigorosa das Águas do Sado relativa ao consumo de energia, portanto, a energia em média, a qual é talvez o fator de produção mais relevante na água e no saneamento, porque sem energia não há captações, não há hidropressores, não há água nas torneiras e sem energia o esgoto não é tratado, nem sequer conduzido e borbulha na cidade.

Sem energia não há saneamento e nem há água. A energia é um fator crítico, a energia aumentou uma média de 80 a 100 mil euros por mês, que é quanto custava às Águas do Sado até há bem pouco tempo, este anda nos 210, 220 mil euros por mês, há um acréscimo de 145%, isso traduz-se na exploração dos Serviços Municipalizados, a breve prazo, de um aumento de 1.200 mil anual para quais 3 milhões anual. Isso quer dizer que para garantir baixar a tarifa, para garantir a tarifa social que não existia e para fazer face ao crescimento dos custos dos fatores de produção a baixa que fizemos do tarifário é mesmo arrojada e alguém nos disse para não nos metermos nisso e dissemos que decidimos, que íamos fazer e vamos avançar. Se não tivéssemos feito isso, teríamos para o investimento não os 3 milhões e tal e 4 e 5 milhões e por aí fora, teríamos 6, 7, 8 milhões para investir e não temos porque tomámos essa decisão. O que é que isto quer dizer? Em termos de investimento temos descrito no nosso Plano de Investimentos aquilo que é crucial neste momento, que é resolver, são os furos, são as novas captações, são as novas

adutoras, os novos depósitos, tudo aquilo que é estrutural do sistema e que implica uma intervenção muito urgente.

Depois temos valores que vamos ter que reforçar para uma rubrica global de saneamento, rubrica global de manutenção de água, como disse o senhor deputado Marco Costa, vamos mesmo ter que reforçar num dado momento. Nós trabalhamos numa perspetiva de tentar resolver os termos do investimento exclusivamente com meios próprios e se não fosse a crise seria possível, mas se a crise abrandar será possível, mas também se não for possível nós temos capacidade de ir ao endividamento de curto ou de médio/longo prazo para poder resolver investimentos mais críticos e mais relevantes, não vamos deixar cair os investimentos por essa razão.

Em relação às questões mais críticas do Plano de Investimentos é essencial para se cumprir os objetivos dos Serviços Municipalidades, é mesmo necessário fazer um grande esforço de contenção em certas despesas, um grande esforço para se conseguir ir tão longe quanto possível nos compromissos que, neste momento assumimos.

Regressando ao princípio, houve nesta fase final da transição contributos importantes, positivos por parte da concessionária com a cessação contratual das viaturas, com o apoio na manutenção da energia até o nosso contrato estar fechado, no apoio na manutenção dos combustíveis até o nosso contrato estar fechado, etc., mas foi só nos últimos 3 meses e naquilo que é mais duro, mais difícil de gerir que são mesmo os sistemas de comunicação e informação, a coisa foi mesmo difícil.

Neste momento, o que posso dizer, repetindo, é que vamos ter no dia 18 e dia 19, de uma forma mais evidente, no terreno os trabalhadores a trabalhar connosco, as chefias todas a trabalhar connosco, as chefias que estão hoje do lado das Águas do Sado a trabalhar empenhadamente connosco, mas num ano de transição fizemos uma reunião com as chefias, foi-nos permitido fazer uma reunião com as chefias há 15 dias. Não puderam dar nenhum contributo direto para a evolução do processo dos Serviços Municipalizados. Foi preciso apelar e os dirigentes, tenho que vos dizer com toda a franqueza, estão empenhadíssimos que o trabalho em que estão envolvidos resulte o melhor possível e é com eles que contamos e com os trabalhadores que vêm das Águas do Sado, quer com os trabalhadores que vão do município.

Deixar estas notas referidas a este plano, com estas indefinições todas, com estas dificuldades todas e agora dizer-vos que vamos ter um ano para consolidar a nosso conhecimento, perceção e capacidade de interpretação dos dados para podermos apresentar mais tarde, para 2024, então o orçamento que é mesmo dos serviços em gestão pública, que não se faz aqui há 25 anos e trabalhamos com os dados das Águas do Sado nos relatórios que, como aqui foi dito, não temos informação fidedigna da nossa gestão pública para perceber até que ponto é que podemos ir com toda a segurança. Vamos com insegurança e com as dificuldades que isto tem, mas com grande firmeza de que vai mesmo correr bem e que a decisão que tomamos é uma boa decisão e necessária para os municípios de Setúbal que é a estes que estamos aqui para servir.

O senhor deputado municipal João Luz esteve ausente da votação por incompatibilidade profissional.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor da CDU e 20 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 33.

6. Deliberação n.º 59/2022/AM – Delib. CM n.º 3933/2022 – Mapas de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Setúbal 2023

João Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU, PS, CH e BE, e as abstenções do PSD, do PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Vereador Carlos Rabaçal – Em relação aos mapas de pessoal só dar aqui uma nota. São dois mapas de pessoal, porque de acordo com a Lei do Orçamento de Estado 2022, Art.º 48, os trabalhadores das Águas do Sado, que são 67, têm que ficar num mapa especial dos Serviços Municipalizados, do qual sairão na base de um concurso específico só para eles poderem transitar para o mapa geral, isto é um mapa especial dos trabalhadores que vão para os Serviços Municipalizados. O outro mapa engloba todos os trabalhadores da câmara que transitam para os serviços e os trabalhadores da câmara que estavam nas Águas do Sado e que regressam à câmara integrando os serviços. Daí ter-se aqui dois mapas e depois há aqui ainda um fator importante é que no mapa, que não o especial, está refletido o número de trabalhadores do mapa especial e que diz que vai haver um concurso a breve prazo e tivemos que abrir as vagas destes trabalhadores no mapa geral, o que quer dizer que há aqui uma inflação de 67 pessoas no conjunto do mapa geral.

O senhor deputado municipal João Luz esteve ausente da votação por incompatibilidade profissional.

Estavam ausentes da Sala de Sessões dois deputados municipais, um do PS e um do PSD.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 29 votos a favor, 16 da CDU, 9 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, e seis abstenções, 5 do PSD e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 34.

7. Deliberação n.º 60/2022/AM – Delib. n.º 3935/2022 – Derrama 2023

João Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com os votos a favor da CDU e BE e as abstenções do PS, PSD, CH, PAN e IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Paula Soeiro (PSD) – Pode ser uma má interpretação da minha parte ou um lapso de redação, mas gostaria de ver esclarecido. Na primeira página do texto que acompanha a proposta, no último parágrafo diz, “*propõe-se que a Câmara Municipal delibere*”, e a questão é, não será, “*propõe-se que a Assembleia Municipal delibere*” para que depois siga para a Autoridade Tributária?

E para que não haja dúvidas, porque penso que salta de parágrafo, para parágrafo, julgo que foi do entendimento de todos, quer na reunião de Câmara, quer também na Comissão que analisou a documentação, de que está incluído nesta comunicação à Autoridade Tributária, a isenção da taxa de derrama, para aqueles, cujo volume de negócios, seja igual ou inferior a 150 mil euros. Penso que faria mais sentido que neste último parágrafo estivesse incluída e reforçada esta proposta, que também já foi aqui aprovada nesta Assembleia Municipal.

Presidente da Mesa – Este parágrafo que mencionou é a proposta da deliberação da câmara e no último parágrafo é que remete, após a deliberação, que se fosse negativa já não tinha o último parágrafo, após essa deliberação é que remete para a assembleia, que é o que menciona no último parágrafo.

Nós estamos a olhar para uma proposta que foi aprovada na câmara e, portanto, pegamos nessa deliberação, que é a deliberação da câmara para a assembleia, é ela própria uma proposta que está descrita no último parágrafo. Então, uma vez aprovada remete-se para a assembleia, que é o que estamos a fazer agora. A proposta não é direta à Assembleia Municipal.

Paula Soeiro (PSD) – Por isso mesmo, Sr. Presidente, é uma proposta da Câmara Municipal para a própria Câmara Municipal deliberar?

Presidente da Mesa – Não! Pela assembleia. A proposta que foi aprovada na câmara, seja submetida a deliberação da assembleia, que é o que estamos a fazer agora. Há uma deliberação positiva na reunião de câmara e a última coisa que diz é, “remeta-se à assembleia”, que é o que estamos agora a fazer.

Paula Soeiro (PSD) – E não há dúvidas relativamente ao texto que segue para a Autoridade Tributária.

Afonso Luz (CDU) – Estamos aqui perante uma proposta, que é da Direção de Administração e Finanças, da câmara, para que a Câmara Municipal delibere esta fixação desta percentagem de derrama e, portanto, esta é a proposta da câmara, mas que, no parágrafo final da presente proposta refere que tem que ser submetida para deliberação da assembleia. Isto é o procedimento, digamos, normal em todas as propostas, é a proposta da câmara, que depois é submetida à assembleia. Nós aqui estamos a aprovar por proposta da câmara. Como creio que isto é sempre assim, não percebo bem, porque é que esta questão está a ser levantada, até porque as outras propostas que temos são basicamente iguais, a câmara aprova e depois submete à assembleia.

Relativamente à questão da percentagem de 1,5%, que estamos aqui agora a aprovar, só podemos aprovar, não podemos estar a votar novamente sobre uma matéria que já foi deliberada, portanto, agora estamos a aprovar 1,5% para a generalidade, a outra, a isenção taxa zero já foi aprovada numa anterior assembleia, portanto, estamos agora só a aprovar a taxa geral, digamos assim.

Mário Aranha (PS) – Relativamente a este tema é importante referir a todos os eleitores que esta é mais uma contribuição que é paga pelos setubalenses, a juntar ao IMI, ao IMT, ao imposto de circulação, taxas, etc., e que financia os cofres municipais. No caso em concreto desta contribuição, quem paga são as empresas e não famílias, estas verbas perfazem alguns milhões de euros de receita que contribuem para que a Câmara Municipal consiga fazer a sua atividade.

O PS de Setúbal é favorável a esta contribuição, sendo que a taxa pode incidir até 1,5 do lucro tributável e existem boas razões para baixar esta taxa, como o incentivo à competitividade e ao crescimento económico e em Setúbal já pagamos demasiados impostos de âmbito municipal, contudo, são uma importante fonte de receitas da nossa câmara e nessa medida, a isenção proposta, embora tímida e que só vai beneficiar em pouquíssimos euros em algumas microempresas, é um sinal positivo.

Por outro lado, dois terços dos municípios aplicam derrama sobre os lucros, portanto, o efeito concorrência fiscal é bastante mitigado, tendo em conta que ponderados os fatores a um voto favorável ou desfavorável se equilibram. O PS vai-se abster nesta proposta.

Mariana Crespo (PAN) – O PAN acredita que a política fiscal é uma ferramenta importante para assegurar o domínio da ética sobre a economia, de forma a assegurar também a melhoria das condições de vida das pessoas, para tal, é fundamental o incentivo à criação de emprego e às empresas.

Contudo, e por motivos ideológicos, não nos é possível acompanhar esta proposta, pois nas empresas beneficiárias constam áreas de atividade poluentes e não sustentáveis, motivo pelo qual nos iremos abster nesta votação.

Encontrava-se ausente da Sala de sessões um deputado municipal do PSD.

Não havendo intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU e 20 abstenções, 10 do PS, 5 do PSD, 2 do CH, 1 do BE, 1 do PAN e 1 da IL, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 35.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“Não podemos acompanhar a manutenção da derrama no seu nível máximo de 1,5%, não podemos aceitar uma política que não potencia incentivar a atividade económica e a fixação de postos de trabalhos. Entendemos e fazia parte do programa eleitoral apresentado pela Iniciativa Liberal nas autárquicas, que é possível uma redução da taxa de derrama para 1,25% em 2023 e 1% em 2024.”*

8. Deliberação n.º 61/2022/AM – Delib. CM n.º 3936/2022 – Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023 (2024/2025/2026/2027)

João Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, as abstenções do PSD, BE, PAN e IL e os votos contra do PS e CH, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Presidente da Câmara – Há alguns dados que creio ser importantes de referir no início da discussão desta proposta, a transmitir às senhoras e aos senhores deputados municipais.

O Orçamento para 2023 apresenta um valor de 183 milhões de euros, deste montante 49 milhões correspondem a despesa com pessoal, 52 milhões destinam-se à aquisição de bens e serviços e 16 milhões correspondem a transferências para as Juntas de Freguesia, Escolas e outras Instituições do concelho. Mais de 57 milhões do Orçamento destinam-se a investimento, o valor inscrito no documento contém ainda mais de 3 milhões de euros referentes à amortização do empréstimo que a Câmara Municipal foi obrigada a contrair em 2004, para fazer face à rutura financeira da autarquia.

Senhoras e Senhores Deputados Municipais, este Orçamento é elaborado num contexto particularmente especial em que se destaca a criação dos Serviços Municipalizados de Setúbal, depois de 25 anos de gestão privada do abastecimento e tratamento de águas no nosso concelho, em resultado de uma opção política da gestão do Partido Socialista em 1997. Com esta mudança o investimento com a infraestrutura de abastecimento de água e saneamento, bem como toda a operação de recolha de resíduos sólidos urbanos, passa a ser da responsabilidade dos novos Serviços Municipalizados, com impactos na redução da despesa e na receita da Câmara Municipal.

O documento que hoje aqui é apreciado é, também, o primeiro Orçamento que integra elevados encargos que resultam de uma transferência de competências mal preparada pelo Governo. Não posso deixar de referir que, apesar da Área da Educação ser aquela em que as transferências bem ou mal se encontram mais avançadas, persiste ainda grande indefinição sobre os reais encargos para o município, em particular face ao estado em que se encontra o parque escolar transferido.

Em comparação com 2022, este orçamento inclui um aumento de encargos superior a 13,2 milhões de euros em resultado desta transferência de competências, embora as transferências financeiras do Orçamento do Estado para a Câmara Municipal sejam apenas de 12,5 milhões de euros. A experiência de 2022 demonstra, contudo, que encargos previstos para 2023 nesta matéria, poderão ser ainda mais elevados, sem que exista qualquer expectativa que a Administração Central compense o município.

Este é, também, um orçamento que reflete elevados níveis de investimento, decorrentes de candidaturas bem-sucedidas e apresentadas pela Câmara Municipal de Setúbal ao Plano de Recuperação e Resiliência. Uma particular referência à reabilitação da habitação pública municipal, um investimento que ultrapassa os 22 milhões de euros, as acessibilidades, nomeadamente as obras de requalificação da estrada da Mitrena, via que garante o acesso a importantes empresas da região e do país, e a operação integrada na União de Freguesias de Setúbal com investimento em 2023 de cerca de 2,3 milhões de euros. Neste caso, em concreto, o investimento total previsto até 2025 é de cerca de 9 milhões de euros, dos quais 6,3

milhões são financiados por fundos comunitários, o investimento contratualizado reparte-se em intervenções físicas e ações imateriais. Entre as primeiras contam-se, a construção do Centro Educativo Barbosa do Bocage, no Bairro do Liceu, e a Requalificação do Campo de Jogos das Pedreiras e do Pavilhão João Santos, ambos no Bairro do Viso.

No ano que se avizinha, a autarquia em articulação e cooperação com a Área Metropolitana de Lisboa, manterá a aposta na mobilidade urbana e metropolitana, com significativo investimento no financiamento de todo o sistema.

O ano de 2023, é apontado por todas as instituições nacionais e internacionais, como um ano de continuação do agravamento da crise económica e social. No próximo ano assistiremos, infelizmente, a um agravamento de custos de investimento, de funcionamento e atividade da Câmara Municipal, bem como da situação social das famílias do nosso concelho.

Os aumentos das taxas de juro, dos preços dos bens alimentares, da energia e dos combustíveis continuarão a onerar significativamente os orçamentos familiares, esta é a principal razão que motivou a Câmara Municipal a aprovar um conjunto de medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica social no ano de 2023, medidas que representam um esforço orçamental suplementar de 2,1 milhões de euros.

O orçamento prossegue a opção política de aprofundamento, da cooperação com as nossas freguesias e em 2023 a Câmara Municipal transferirá recursos superiores a 9 milhões de euros para as Juntas de Freguesia, no que representa um acréscimo de 50% em relação a 2022. Regista-se em 2023 um aumento das despesas com pessoal que atinge 11,5 milhões de euros que reflete a transferência de competências para a Câmara Municipal, mas também a opção pela regularização dos vínculos laborais, com a integração de mais de 100 trabalhadores no presente ano, processo esse que prosseguirá no próximo ano e este aumento resulta, também, do exercício da opção gestionária em matéria de progressão nas carreiras.

Esta proposta de orçamento obedece ao princípio que caracteriza a gestão da CDU nas autarquias, num reforço permanente de controlo e sustentabilidade da situação financeira. Foi em resultado desta perspetiva que decidimos utilizar recursos financeiros extraordinários para reduzir até ao final deste ano pagamentos em atraso a fornecedores na ordem dos 10 milhões de euros, reduzindo a dívida a curto prazo a fornecedores em cerca de 50% e vamos manter esta opção em 2023.

A proposta de orçamento que hoje apresentamos tem por base o rigor e a transparência e tem fortes preocupações sociais com as famílias e as instituições do concelho. Este orçamento assume, como ideia central, que a Câmara Municipal será fator de combate à crise social, de incremento do investimento, da atividade económica e de dinamização da criação de emprego no concelho.

A proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023 e anos seguintes expressa a forma como se pretende rentabilizar os recursos disponíveis, que como sabemos são sempre limitados face às necessidades de um concelho em crescimento. Nesta proposta tomam-se as melhores decisões de investimento para garantir o desenvolvimento harmonioso do município, centrando a nossa atenção na qualificação do território e na qualidade de vida das nossas populações.

Para prosseguir estes objetivos é fundamental a aprovação dos documentos previsionais que se apresentam, designadamente, o Orçamento e Grandes Opções do Plano, Normas de Execução Orçamental, o Relatório do Orçamento e o Mapa de Pessoal.

Rui Lamim (PSD) – No orçamento que a CDU propôs para o município, o PSD conseguiu modificar ou incluir um conjunto de seis medidas, que vou passar a descrever, o alargamento das refeições escolares gratuitos aos alunos do 2.º escalão, o transporte escolar gratuito para todos os alunos do concelho, o transporte escolar gratuito em circuitos especiais, o transporte adaptado e/ou acompanhado, a isenção do 1.º dístico de estacionamento para residentes, a redução de 50% no 2.º, e o desconto de 25% no 3.º dístico. O 5.º ponto é a criação do Gabinete de Apoio ao Investidor e Desenvolvimento Económico, o 6.º é a isenção da taxa de derrama para empresas com volume de negócios inferior a 150 mil euros.

Conseguiu-se incluir estas medidas no orçamento municipal em benefício dos setubalenses e que assim fazem parte daquilo que é um pacote municipal anti-inflação e que chamamos de medidas de apoio a famílias e empresas.

Podíamos passar muito mais tempo a descortinar ponto por ponto aquilo que é este orçamento, mas queremos apenas, neste momento, salientar aquilo que nos move no sentido de fazer aprovar um conjunto de medidas de apoio às famílias e empresas, para mitigar os efeitos nefastos do custo da energia e da inflação.

Ilídio Ferreira (PS) – No âmbito da comissão, fiz a proposta de se solicitar à câmara a desagregação das rubricas de outros bens e outros serviços e, pelos vistos, não terá sido possível ou a câmara não o quis fazer. Gostaria de transmitir a esta assembleia a razão que me parece de toda a utilidade que isso acontecesse e, mais do que isso, que em futuros documentos de prestação de contas, quer de orçamento e planos, que venha a desagregação destas grandes rubricas. E porquê? Se olharmos para as folhas 1 e 2 do orçamento da despesa, classificação económica, temos de aquisição de bens e serviços no orçamento o valor de 52 milhões de euros, o que corresponde praticamente a toda a atividade da câmara, se retirarmos as despesas com pessoal, portanto, todas as despesas, quase todas as despesas correntes, se retirarmos as despesas com pessoal e as transferências para as Juntas de Freguesias, que estão nesta rubrica chamada aquisição de bens e serviços, no montante de 52 milhões de euros. Se depois formos verificar a desagregação desta rubrica de 52 milhões de euros, o que é que verificamos, que no que diz respeito à aquisição de bens que são 11,1 milhões, há um conjunto de rubricas e depois temos o bolo final que são 4,4 milhões, ou seja, de 11 milhões há 4 milhões que não se sabe o que são, são outros, que corresponde a 39,4%.

Se passarmos para os serviços, a percentagem dos outros serviços, no total da aquisição de serviços ainda é maior, são 48%, ou seja, temos a aquisição de serviços 40,9 milhões de euros e depois temos encargos de instalações 6,8 milhões, limpeza e higiene 2,2 milhões, 19 rubricas por aqui abaixo, a vigésima rubrica, outros serviços 19,6 milhões, ou seja, 48% aparece num bolo.

É possível desagregar mais do que possível, acho que é desejável e deveria ser desagregado e é possível porque, por exemplo, aprovámos há pouco o Orçamento dos Serviços Municipalizados para 2023 e está lá tudo desagregado. Estive a ver e os outros, no que diz respeito à aquisição de bens, corresponde a 1%, o bolo dos outros corresponde a 1%, no que diz respeito à aquisição de serviços, o bolo corresponde a 0,1%, todos os outros valores estão lá desagregados pelas respetivas rubricas. Não sei como é que é possível aprovar um orçamento nestas circunstâncias, quando 50% daquilo que são os custos da atividade da câmara aparece numa rubrica que não se sabe o que está lá dentro, por exemplo, numa empresa era impensável, uma administração de uma empresa nunca aprovaria um orçamento nestas circunstâncias, sequer levava o orçamento para aprovação se não dissesse.

O Afonso Luz, que é normalmente a pessoa que fala sobre esta questão da parte da CDU, e que disse há bocadinho, vou ler, *“Que os próximos Orçamentos dos Serviços Municipalizados sejam melhorados quanto à informação prestada”*, orçamentos, não estamos a falar do Plano de Atividades, nem estamos a falar de Opções de Plano de Orçamentos, que está lá tudo explicadinho, como é que você se sente relativamente a este orçamento, terá explicação com certeza.

Termino dizendo que fico à espera, continuo a esperar que sejam dadas as rubricas desagregadas, até porque depreendi do Diretor Financeiro, que esteve presente na comissão, que isso é possível e que não é difícil. Se a câmara não o fizer, concluo que é a câmara que não quer dar a informação aos deputados da oposição.

Vítor Rosa (BE) – Este é um orçamento que tem um aumento significativo no seu valor global comparativamente a 2022, de mais 35,9 milhões de euros, no entanto, fica-se acima de tudo pela gestão do dia a dia, continuando a deixar a ganhar pó nas prateleiras da gestão municipal, aquisições de espaços que custaram milhões ao município e que se encontram parados, o caso do IMAPARK, a Praça de Touros ou a tão prometida nova Biblioteca Municipal que continua no papel, para citar alguns exemplos que ficaram na prateleira a aguardar melhores dias.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano que agora discutimos, reflete a tomada de opções políticas do Executivo que tem a grande preocupação de equilíbrio financeiro, se é justa a preocupação, ela deveria também ter acontecido no anterior mandato com obras que pouco ou nada acrescentaram à riqueza do

concelho, já que muitos dos atuais membros fizeram parte do anterior executivo, mas, como diz o povo “*mais vale tarde do que nunca*”.

Dizíamos em relação ao Orçamento 2022, que sendo o primeiro de um mandato de quatro anos, tomaríamos uma posição de expectativa, esperamos confirmar a contenção, o equilíbrio durante o ano que agora termina e que se projetasse neste Orçamento para 2023 as preocupações então apontadas, nomeadamente, quanto ao investimento na habitação e ao saneamento básico.

Neste Orçamento de 2023, as apostas na habitação, no saneamento básico, no retornar da gestão da água ao domínio público, na educação, embora timidamente refletidas neste Orçamento, representam, na nossa opinião, um passo em frente na melhoria destas áreas básicas das condições dos cidadãos do nosso concelho.

Sendo importante o regresso da gestão da água ao domínio público, não podemos continuar a manifestar a nossa preocupação sobre a execução da dívida à concessionária Águas do Sado, devendo o Executivo acautelar o interesse público e não ficar com tal encargo e o seu impacto nas contas para futuro próximo. Outras preocupações se levantam na apresentação deste orçamento, vemos um decréscimo significativo na despesa do ambiente e atividades económicas com menos 11%, falamos de menos 14 milhões nesta área, na área da cultura, desporto, direitos sociais e saúde, embora com mais 2,5 milhões de euros representa a mesma percentagem comparativamente a 2022, não se vislumbra nesta apresentação o 1% para a cultura, temos que ir rebuscar a outras áreas o valor para completar este 1% para a cultura. A falta de apostas em ciclovias continua a ser, também, uma preocupação que queremos ver refletida em próximos orçamentos.

As despesas significativas de apoios sociais, fruto da atual conjuntura inflacionista e da falta de respostas a nível governamental, vieram, acima de tudo, da pressão e de propostas da oposição, mesmo que o executivo tenha para si os louros do diálogo, a falta de respostas no curto prazo às necessidades da população tem lugar neste orçamento por força da oposição.

Face ao exposto, o nosso voto é de abstenção relativamente a este orçamento.

Afonso Luz (CDU) – Começaria por uma questão levantada pelo deputado Ilídio Ferreira. De facto, aparecem verbas muito elevadas em rubricas de outros, já em análises de orçamentos anteriores temos referido esta questão de fim da estrutura dos códigos orçamentais estar perfeitamente desadequada e agora isso ainda é mais agravado pelo facto das transferências de competências que a câmara teve que assumir e gerar aqui verbas que depois não são enquadráveis naquilo que é a estrutura orçamental que está disponível.

Mas, no entanto, todas estas rubricas de outros, acaba por estar devidamente desagregada nas Grandes Opções do Plano, portanto, se formos verificar as chamadas GOP que está neste documento que temos aqui em apreciação, este “outros” está lá com o desdobramento todo, está perfeitamente desagregado.

Independentemente de não parecer desadequado, que venha uma informação um pouco mais detalhada em próximos orçamentos, mas a verdade é que é assim, como também é verdade que esta situação dos valores de “outros” serem muito elevados e que já não é uma situação nova neste orçamento, portanto, isto já se coloca em orçamentos anteriores e a questão agora está a ser levantada de uma forma mais relevante, mas isto tem acontecido e defendo que o que deverá ser feito é que venha a ter algumas consequências, especialmente na sequência das transferências de competências, para que muito disto se perceba melhor quando fazemos a análise do orçamento propriamente dito.

Relativamente à posição que a CDU tem sobre estes documentos e de algum modo querendo aqui reforçar questões que já foram aqui referidas pelo Sr. Presidente da Câmara, estamos também aqui perante documentos que apresentam vários cenários, que se colocam pela primeira vez à Câmara Municipal e que, por isso mesmo, os tornam pouco comparáveis com orçamentos anteriores. Desde logo, a criação dos Serviços Municipalizados, após 25 anos de gestão privada, esta situação implica que investimentos na infraestrutura de abastecimento de água e saneamento e outras despesas e receitas da câmara passem para a responsabilidade dos Serviços Municipalizados e não constem deste Orçamento da Câmara Municipal.

Este é também o primeiro orçamento que inclui elevados encargos com as transferências de competências impostas pelo Governo, porque as verbas transferidas pela Administração Central não acompanham, nem de perto, os reais encargos a suportar pelo município e sobre isto convirá referir que algumas Câmaras Municipais andam a propagandear que têm para 2023 o maior orçamento de sempre.

Não acompanhamos, este é também o maior orçamento de sempre da Câmara Municipal de Setúbal, mas não acompanhamos a apresentação disso como um troféu, porque embora em parte, tal se deve à atomização dos fundos do PRR, a maior parte deve-se ao gradual desaparecimento da presença do Estado Central e à transferência por parte do Governo de ónus para as autarquias em matérias que deveriam continuar a ser da sua exclusiva responsabilidade.

Este orçamento reflete, como já referido, elevados níveis de investimento decorrentes de candidaturas apresentadas pela câmara ao PRR, o Plano de Recuperação e Resiliência, que se encontram aprovadas. Aqui enquadram-se importantes investimentos, como a reabilitação da habitação pública municipal ou as obras de requalificação da estrada da Mitrena.

Mas este é também um orçamento para um período que todos apontam ser de enormes dificuldades pelo agravamento da crise económica e social, um período onde se prevê enormes dificuldades na situação económica e social das famílias do concelho, por isso, a Câmara Municipal, para além da previsão do agravamento dos seus próprios custos de investimento e de funcionamento dos serviços, previu neste orçamento uma série de medidas destinadas a mitigar os efeitos da crise nas famílias, especialmente naquelas em condições mais vulneráveis.

O orçamento prevê também o aprofundamento da cooperação com as freguesias do concelho que tanto sucesso tem tido e que se traduz num incremento de 50% das verbas a transferir relativamente a 2022. Continuará, igualmente, o esforço de investimento no financiamento da participação no importante sistema de mobilidade urbana e metropolitana e de tudo isto resultará um investimento de mais de 57 milhões de euros, que representa cerca de 31% do total do orçamento que é de 183 milhões.

Verifica-se, para além disso, a continuidade da estratégia de rigor e da estabilização das finanças municipais, por forma a assegurar a sua sustentabilidade no médio longo prazo, tudo isto sem deixar de apostar na contínua melhoria dos serviços prestados à população, sem perder de vista o necessário rigor no controlo das despesas e tentando aproveitar ao máximo na realização dos investimentos, os apoios disponíveis a nível nacional e da União Europeia.

Trata-se, portanto, de documentos previsionais que revelam que, apesar dos constrangimentos financeiros, existe uma forte aposta em investimentos estruturantes para o concelho e que a gestão da autarquia será pautada pelo rigor e pelo cumprimento do programa eleitoral com que a CDU se apresentou ao eleitorado e que foi escrutinado a 26 de setembro de 2021.

Em resumo, a aprovação destes documentos permitirá que o concelho de Setúbal continue a ser reconhecido pela sua beleza, pela qualidade de vida que proporciona e pela qualidade dos serviços que o município presta às populações e a quem aqui deseja investir, sem pôr em causa a sustentabilidade financeira que tanto custou a recuperar.

Por tudo o que atrás foi exposto, iremos votar favoravelmente estes documentos.

Mário Aranha (PS) – Para que todas as pessoas entendam este orçamento, vou utilizar uma frase popular chamada “vira o disco e toca o mesmo”, mas talvez só os nascidos até 1985 entendam bem, para os mais novos diria que este orçamento está “bugado”, sendo um “loop” permanente de erros e acrescido de más políticas. As políticas orçamentais erradas começam logo na forma deste orçamento, refere que são mais de 180 milhões de euros, mas, obviamente, sabemos que isto é um número especulativo, porque apenas uma parte vai ser executado, estamos a falar do exercício de adivinhação que este executivo apresenta aos seus cidadãos, típico da arrogância e desdém com que a CDU trata os cidadãos deste concelho.

O documento é formalmente fraco, por opção política da CDU, para esconder as suas incapacidades e fracassos. Falamos de dezenas e dezenas de páginas com centenas de rubricas orçamentais que estão com execução zero, como a execução orçamental dos dois mandatos anteriores, literalmente só para insuflar valores e que são projetos que continuam por fazer ou que não são mesmo executados. Temos alguns exemplos na página 103, relativamente a intervenções urbanísticas no Bairro dos Pescadores, que está

aberto desde o ano 2016, executado a 6%, tem novamente orçamento este ano, mas a continuar a este ritmo vai demorar 16 anos a fazer. Este documento tem dezenas, centenas de rubricas orçamentais que estão abertas com execução zero e que literalmente estão só a fazer número, como já referi aqui na página 103, por exemplo, o Jardim Sensorial nas Escarpas, também está previsto fazer desde 2016, uma verba de cerca de 34 mil euros, mas que só está com execução a 6%, é mais um que vai demorar 16 anos a fazer. Podíamos estar aqui horas e horas a rever todas estas situações e são situações que lamentamos.

Referir, ainda, que a tristemente famosa dívida da Águas do Sado, descrita em outros orçamentos no valor de 30 milhões de euros, simplesmente desapareceu, sabemos que felizmente 2,5 milhões de euros já foram recuperados, perguntamos onde é que param os outros de 17,5 milhões? Fomos procurar e, também, não estão nos incobráveis, será que a CMS já reconheceu que, devido à sua incúria e incapacidade, esses valores são irrecuperáveis, evitam para maquilhar as contas, para que os setubalenses não se apercebam que vão ficar com uma prenda CDU de mais de 7,5 milhões de dívidas por cobrar.

Constatámos, também, que se agravaram as más práticas orçamentais para 2023, verificámos que na rubrica “outras receitas de capital”, com o sugestivo enquadramento que permite “outras”, são referenciados mais de 19 milhões de euros, esta rubrica deve conter valores residuais e que, de facto, não se enquadram nas várias dezenas de outras rubricas orçamentais, agora 19 milhões de euros, como se diz na gíria “*é uma grande martelada nas contas*”. Achamos, também, curiosa a timidez das verbas orçamentadas em termos das receitas de estacionamento para o ano de 2023, são menos 36% face ao ano passado, num cenário de grande alargamento de lugares, sendo o total da verba um valor de 789 mil euros, será que finalmente a câmara reconheceu o colossal erro que é a brutalidade do alargamento do estacionamento tarifado e está a emendar à mão?

Quanto à substância do documento, segue mais um ano da esgotadíssima receita CDU Setúbal, receitas vindas dos impostos pagos por todos, a subirem a muito bom ritmo, aliás, continuamos com a situação vergonhosa de termos o IMI mais alto do Distrito sem que nada o justifique. A Câmara Municipal prevê a cobrança real de mais de 101 milhões de euros de receita corrente em 2022 e todos sabemos que as receitas do IMI, do IUC, a derrama e as transferências de IVA vão subir em 2023, sem contar com receitas de capital, praticamente garantidas mais de 33 milhões de euros. Assim a CMS terá, portanto, meios financeiros mais do que suficientes para aliviar os impostos que cobra aos cidadãos, bem como incrementar a construção e a manutenção de obras essenciais.

Não podemos continuar com dois tipos de despesas alocadas às despesas correntes, quando o último pavilhão desportivo construído na cidade foi em 2008, quando não temos incubadoras de Start-Ups, quando não há construção ou reabilitação de habitação para a classe média e para jovens. Paradigmático este modo de operação, onde há o privilégio ou o show-off, mas depois as verbas não são encaminhadas para investir em obras verdadeiramente estruturantes.

Temos a telenovela mexicana em que se transformou o Parque da Várzea, lembrar que há nove anos no Jornal Municipal, do último trimestre de 2013, foi apresentado pela primeira vez o Projeto da Várzea, onde constavam três baías de retenção, dois lagos, toda uma série de equipamentos desportivos e de relvados e que depois em 2018 foi feita mais uma sessão de show-off no Fórum Municipal Luísa Todí, foi apresentado em 3D, onde houve uma reformulação do projeto. Passados estes anos, o que é que temos de facto? Temos a baía de retenção que funciona bem durante o inverno, mas depois durante o verão, basicamente, o que temos ali é um pântano no meio da cidade e os anos passam. Neste orçamento procuramos verbas onde estariam previstas obras para recuperação e para a construção destes equipamentos que foram prometidos aos setubalenses e, de facto, nada acontece.

Em resumo, continuamos com uma CMS perita em penalizar os cidadãos com impostos, a criar novas taxas como, por exemplo, a questão do estacionamento e inclusivamente aumentá-los como aconteceu com o IMI e com a Participação Variável no IRS. Continua uma Instituição a gastar dinheiro em despesas de funcionamento, em despesas inúteis e fúteis, continuamos com uma incapacidade gritante em melhorar a relação com os cidadãos que usam os seus serviços, não temos atração de investimento e de empregos, continuamos a hipotecar o futuro dos cidadãos, sem investimentos em infraestruturas desportivas e sociais, ou no combate às alterações climáticas.

É um orçamento de continuidade, é verdade, mas continuar a decadência do concelho, em queda em todos os rankings objetivos, como, por exemplo, o poder de compra dos seus cidadãos é uma condição cada vez mais periférica no seio da Área Metropolitana de Lisboa e no todo nacional. Naturalmente que não é isso que queremos para a nossa cidade e concelho, sendo que, obviamente, só podemos votar contra este orçamento.

Luís Maurício (CH) – O Partido CHEGA vai votar contra este orçamento, porque, no nosso entender, não se compreende o que deverá ser o apoio às famílias e às empresas. Por outro lado, o Plano de Investimento no concelho visa unicamente obras eleitoristas e esquece por completo os interesses dos munícipes e as obras estruturais que Setúbal necessita, nomeadamente na sede da Educação, na sede da Juventude, Desporto, Turismo, Inovação e Economia circular e em muitas outras áreas que, para nós, é fundamental um maior investimento.

Foi esquecida a classe média cada vez mais pobre, foram esquecidas PME e Microempresas, foi esquecido os jovens em início de vida, quer no mercado de trabalho e arrendatário e, por fim, demos aos setubalenses uma prenda de Natal, a subida do IMI e a subida da Participação Variável do IRS. Com isso, o Partido CHEGA considera este orçamento uma cegueira ideológica, de atraso para Setúbal e para os setubalenses.

Afonso Luz (CDU) – A intervenção do deputado do Partido Socialista, Mário Aranha, deixa-nos perplexos em relação a várias matérias, dá-nos a ideia de que, quando olha para o espelho a tentar ver o PS, pensa ver a CDU. Quem é que anda há anos a enganar aqui o pessoal com as promessas do Hospital do Seixal, com as promessas de ampliação do Hospital de Setúbal, etc. Vêm até aqui saudações no início de finalmente do investimento e depois ficamos nisto, portanto, sabemos bem quem é que engana quem.

Entendemos mesmo que a Bacia de Retenção foi dos investimentos mais importantes que foram feitos neste concelho, mas não somos só nós a achar isto, aconselhava, em especial, aos deputados municipais do PS a lerem as declarações que o então Ministro do Ambiente do PS, Matos Fernandes, fez sobre esta questão, deixou enormes elogios, aliás, disse que se tratava de um investimento de grande inteligência, mas os grandes inteligentes que estão sentados na bancada do PS agora acham que aquilo, possivelmente, não serviu para nada a não ser para atrair mosquitos, bem é nisto que estamos e é isto que temos.

Há pouco falou-se aqui em respeitar o eleitorado e, de facto, dá-se aqui uma imagem de que o eleitorado em Setúbal são, certamente, imbecis em votarem na CDU, porque com tanto engano que se faz às populações, com tanto investimento que afinal faz falta e não se faz, o pessoal vai votando em nós, é assim. Houve aqui, já agora, penso que na intervenção que fiz anteriormente referi isso, mas relativamente ao senhor deputado do Bloco de Esquerda que referiu aqui duas coisas, não se pode fazer a comparação em termos dos gastos com ambiente entre este orçamento e os anteriores, precisamente, porque uma parte das despesas que tínhamos nessa área estão agora no Orçamento dos Serviços Municipalizados.

Relativamente aos gastos com a cultura, que o senhor deputado afirmou não chegarem a 1%, permito-me dizer-lhe que não só chegam, como ultrapassam em muito, temos nas despesas com a cultura 8% nas grandes Opções do Plano e 9% no total do Orçamento, esse é o valor que está destinado para as despesas com a cultura.

Mário Aranha (PS) – O PS tem votado sempre favoravelmente a todas as iniciativas e obras que têm sido feitas no Parque da Várzea, agora aquilo que denunciámos é a política de show-off. Em 2013, há 9 anos, foi referido no Jornal Municipal a apresentação de um projeto com três baías de retenção, dois super lagos, podem ler não estou a inventar nada, uma série de equipamentos desportivos, etc. e nada aconteceu, a única coisa que foi feita foi a parte de retenção de águas e que, devido a essa obra estar muito incompleta, tem a sua utilidade na época das chuvas, fora da época das chuvas não tem utilidade, e que é conhecido popularmente na cidade como o “pântano”. É só essa a razão que, inclusivamente, relembro que há um projeto que foi apresentado aqui nesta casa e que tem a ver com o sistema de rega, cerca de 600 mil euros, e que foi aprovada pela bancada do PS. Portanto, relativamente a essa questão

estamos perfeitamente à vontade. O que criticamos e aqui illustrei em pequenas iniciativas que estão no orçamento, é que a prioridade é dada à política do show-off e nas despesas correntes e não no investimento, e o caso da Várzea é um caso absolutamente paradigmático.

João Luz (CDU) – Esta intervenção do Partido Socialista que ouvimos agora sobre a questão da bacia de retenção das águas, é comum mesmo em relação a outros projetos e outras propostas apresentadas, não é propriamente uma novidade. Mas revela uma distração de fundo em relação às apresentações e admito que aí o show-off, talvez, seja pouco, ou, pelo menos, insuficiente para esclarecer todos e ficarmos todos a ouvir as mesmas coisas e este não é caso único, há outros exemplos. Há outros exemplos que podemos apontar de projetos de dimensão idêntica em termos estruturais para o concelho, onde as situações ocorreram exatamente da mesma forma e o Partido Socialista agiu exatamente da mesma forma e não podemos acusá-los de falta de coerência.

Em todos os momentos foram apresentadas planificações em termos de tempo e houve uma condicionante de acesso a fundos comunitários que permitissem o financiamento destas obras, o que seria uma boa e interessante forma de contributo do Partido Socialista nesta assembleia, até tendo em conta o conjunto dos seus eleitos no município que tantas vezes têm aqui um poder de articulação que já fomos detetando com o Governo, em que muitas das vezes são porta-vozes de boas novidades para o concelho e que pudessem, também, neste caso ajudar no sentido de viabilizar através da abertura de avisos, das formas que os senhores bem conhecem, que todos aqui conhecemos de facilitar o acesso do Município de Setúbal aos fundos necessários para a execução destes projetos. Estas obras, em todos os momentos que foram anunciadas, foram anunciadas com esta condição, termos o projeto pronto para ser executado assim que haja meios de financiá-los.

Mariana Crespo (PAN) – Tal como claramente, explanado na intervenção do senhor deputado Ilídio Ferreira, o documento de orçamento apresentado é de forma flagrante omissivo num conjunto de categorias correspondentes a valores consideráveis na ordem de vários milhões de euros. Adicionalmente é de apontar e apresentar o nosso voto de protesto perante o facto de a informação detalhada ter sido solicitada e esta não ter sido entregue aos deputados municipais. Acreditamos que a informação orçamental, tal como é aqui apresentada, não permite uma real análise dos factos, é um verdadeiro direito de oposição, além disso, e, como sabemos do ano transato, as alterações ao orçamento e pedidos de empréstimo bancário são ações frequentes e consecutivas, sendo claramente um entrave à transparência das contas do município.

Por considerar que não estão reunidas as adequadas condições de análise, o PAN irá votar contra este orçamento.

Paula Soeiro (PSD) – Este orçamento permitiu acolher um conjunto de necessidades das famílias setubalenses que, em boa hora o PSD apresentou, uma vez que as medidas aplicadas a nível nacional, se na altura já havia essa dúvida, agora manifestamente se revelam insuficientes, tal como se verificou pelos novos apoios extraordinários do Governo Socialista. Este orçamento é ambicioso na perspetiva da receita e verificaremos se, se concretiza, ou como vem sendo usual na gestão CDU, se manterá a necessidade de recorrer a empréstimos devido aos desequilíbrios entre receitas e despesas.

Que não subsistam dúvidas sobre aquilo que são as prioridades da CDU, tal como se refere nas dotações totais apresentadas para o Orçamento de 2023, onde destaco quatro itens. Mais de 10 milhões de euros para a cultura, versus 1 milhão de euros para Ação Social, mais de 10 milhões em comunicações e transportes, versus 2,5 milhões para a saúde.

Mas como sempre o Partido Social Democrata assumirá as suas responsabilidades para que foi eleito e não deixará de fiscalizar como lhe compete a execução deste orçamento, nem deixará de apresentar novas medidas que entenda que possam contribuir para atenuar a grave crise que assola o nosso concelho e o nosso país.

Vítor Rosa (BE) – No documento entregue pelo Executivo, no Orçamento da Despesa para 2023, isto relativamente à questão da cultura, na classificação orgânica neste resumo, temos aqui no Departamento de Cultura, Desporto, Direitos Sociais e Juventude 14.000.825,00€, tenho algumas dificuldades, mas irei fazer esse exercício.

Relativamente ao que o deputado Afonso Luz disse, para tentar encontrar, de facto, esses mais de 1%, porque fiz agora aqui uma primeira resenha e tenho muitas dificuldades em encontrar mesmo nas Grandes Opções do Plano este 1% para a cultura e, se calhar, anda aqui o dinheiro a saltar do desporto e dos direitos sociais e da juventude, para completar esse tal 1%, mas tentarei fazer esse esforço.

Presidente da Câmara – Apenas duas notas para que não fique aqui a dúvida que, aliás, foi repetida e que, apesar do senhor deputado Afonso Luz ter explicado, acho que, eventualmente, poderá não ter ficado bem esclarecido a questão de haver rubricas neste orçamento que têm valores de rubricas acumulados. Senhor deputado Ilídio Ferreira e senhora deputada do PAN, como o senhor deputado Afonso Luz já referiu, é só uma questão de consultar as Grandes Opções do Plano nos documentos, onde estão discriminadas as rubricas mais importantes, incluindo, estes grupos nos outros e na aquisição de serviços, estão lá as mais significativas e discriminadas, para que não fique esta dúvida de que a Câmara Municipal anda a esconder aqui números.

Por outro lado, a senhora deputada do PAN, pode não ter esse conhecimento, esse histórico, mas o mesmo não acontece com o senhor deputado Ilídio Ferreira, a apresentação dos Orçamentos, como ele disse, há pelo menos 21 anos que andamos aqui a apresentar orçamentos, eles não são muito diferentes uns dos outros e de maneira nenhuma que não há, não pode haver a intenção de esconder alguma coisa, até porque o objetivo, como certamente irá acontecer e como acontece sempre, é que as verbas mais significativas serão anunciadas em tempo próprio, como os grandes investimentos deste município, de resto são despesas correntes, são a contratação da prestação de serviços ou a realização de aquisição de bens e que aparecem no orçamento em conjunto, mas nas Grandes Opções do Plano estão devidamente discriminadas.

Por outro lado, também, o senhor deputado do Bloco de Esquerda falou na questão que diz respeito à cultura. Quando estamos a falar do Departamento ou da Divisão de Cultura, como bem se sabe, é só uma questão de olhar para o Orçamento e as Grandes Opções do Plano de uma forma mais abrangente e chegará mais depressa à conclusão do grande investimento que este município e esta gestão fazem no âmbito da cultura, do desporto, etc. Depois dizer também, que tomei devida nota senhor deputado Mário Aranha, de algumas frases que o senhor deixou aqui ao sabor. Aí no seu telemóvel estas frases estavam bem escritas, outras coisas parecem-me que não estavam muito bem escritas, mas estas estavam muito bem escritas e tomei nota delas, porque, às vezes, podem ser úteis para usar.

Relativamente à questão do ambiente e das alterações climáticas e no que diz respeito, em particular, ao Parque da Várzea e à Bacia de Retenção, senhor deputado quero-lhe dizer que Setúbal foi escolhida dentro de 18 Municípios da União Europeia para participar no âmbito de uma missão, exatamente, por reconhecerem o trabalho que o Município de Setúbal tem desenvolvido no âmbito das alterações climáticas. Para fazer parte desta missão da União Europeia, no sentido da demonstração do esforço que é possível fazer, que temos feito e que pode melhorar muito, bastante e esse será o nosso trabalho, é esse o nosso empenhamento, é essa a nossa luta de todos os dias. É verdade, agora não se pode vir dizer aquilo que o senhor disse, porque acho que é demasiado mau a forma como o senhor olha para o que tem sido feito neste território, é que parece que o senhor não vive cá, não vive e só vem cá em tempo de nevoeiro, porque mesmo à noite é possível ver o desenvolvimento que este município e esta cidade tem tido. Senhor deputado, aconselho a ter mais atenção a estas coisas, porque depois não me sinto bem de ter aqui um deputado municipal a fazer afirmações como as que o senhor acabou de fazer aqui hoje.

Ilídio Ferreira (PS) – Só dizer duas coisas ao Sr. Presidente, em primeiro lugar a minha convicção é que nas Grandes Opções do Plano não está desagregado por classificação económica as rubricas, está por grandes rubricas e, portanto, não permite a desagregação, mas irei confirmar e se chegar a essa conclusão de que

não está, farei o requerimento escrito solicitando a desagregação que a câmara seguramente vai dar aos deputados.

Segunda questão, Sr. Presidente, ao longo dos anos, cada vez que há discussão, refiro sempre esta questão, não é a primeira vez.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 17 votos a favor da CDU, 14 votos contra, 10 do PS, 2 do CH, 1 do PAN e da IL, e 7 abstenções, 6 do PSD e 1 do BE, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 36.

Flávio Lança (IL) – Fez a seguinte declaração de voto: *“A Iniciativa Liberal votou contra este orçamento por um conjunto de factos que passo a descrever. O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2023, reflete as opções políticas da CDU com as quais não estamos de acordo e olhar para o lado e não tomar uma posição para o concelho de Setúbal, com mais crescimento económico, mais emprego e melhores condições de vida para os setubalenses e azeitonenses, não é e não será a nossa posição.*

De notar que recebemos um orçamento que apresenta um crescimento da receita corrente de 10,4% face ao último orçamento apresentado, ou seja, mais 12,2 milhões de euros e se somarmos as receitas de capital, as receitas crescem 24,3%, ou seja, mais 35,9 milhões de euros. Estamos convictos que o crescimento das receitas poderá ser superior, constataremos no decorrer do próximo ano se estamos ou não certos.

Com estes aumentos da receita manteve-se a taxa de IMI e a Participação Variável no IRS que se valorizou em 2,2 milhões de euros, valor atribuído às medidas sociais, ou seja, seria possível acomodarmos as medidas de apoio social e reduzir a taxa de IMI e de Participação Variável no IRS, conforme estava previsto.

Adicionalmente, consideramos que é fundamental uma maior eficiência na gestão do dinheiro de todos, com maior foco em medidas que promovam o crescimento económico, a criação de melhores empregos que tanto contribuem para erradicação da pobreza.

Também a falta de esclarecimento solicitado na Comissão de Economia, Administração e Finanças, relativamente às rubricas de outros serviços e outros bens, contribuiu para o nosso sentido de voto, tal pedido consta no relatório da comissão, no seu ponto seis.”

9. Deliberação n.º 62/2022/AM – Delib. n.º 3939/2022 – Projeto de Regulamento dos Serviços de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Setúbal

João Luz (CDU) – A Comissão de Economia, Administração e Finanças emitiu parecer favorável por maioria, com o voto a favor da CDU, 5 abstenções do PSD, CH, BE, PAN e IL, e o voto contra do PS, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 29.

Isabel Conde (PSD) – A Comissão de Ambiente e Bem Estar Animal emitiu parecer favorável por maioria e em minuta, com o voto a favor da CDU e as abstenções do PS, PSD, CH, BE e PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 32.

Vítor Rosa (BE) – Só duas notas muito curtas, a primeira para ficar claro, porque dentro do regulamento é sustentado pela Lei 147/17, e é referido o seu artigo 2 e, portanto, fala sobre a elegibilidade de quem pode usufruir da tarifa social. Se todo o regulamento está coberto sobre esta Lei, porque quem, de facto, determina a atribuição da tarifa social automática é depois o seu artigo 6.º, que não é referido aqui. Para que fique bem claro e que seja feito este esclarecimento aqui na Assembleia.

A segunda nota é para lembrar que o regresso da concessão da gestão da água à câmara, foi aprovada faz agora um ano, a 10 de dezembro de 2021, com os votos da CDU, do PS, do Bloco de Esquerda e do PAN, com a abstenção do PSD e do CHEGA e o voto contra da IL. Isto para dizer, em nota de rodapé, face ao grande anúncio de água mais barata pela CDU nas redes sociais, não foi só a CDU que aprovou esta

medida, houve outros partidos também que a aprovaram e deveria, também, acrescentar que enquanto força maioritária nestes últimos 20 anos a CDU poderia ter aprovado aqui, porque houve propostas e recomendações que chegaram a esta assembleia no sentido de que a câmara viesse a aceitar a tarifa social da água, coisa que a CDU rejeitou até este momento.

Vereador Carlos Rabaçal – Em relação às questões colocadas e também em relação ao regulamento, quero deixar algumas notas breves.

O regulamento foi bastante aperfeiçoado durante o inquérito público, o regulamento passou com os votos favoráveis na câmara de todos os partidos e depois foi para inquérito público, neste momento sofreu 52 alterações das 55 propostas que foram colocadas. A maioria delas eram propostas da ERSAR, foram ajustamentos legais, foram pequenos ajustamentos de normas e uma série de outros aspetos que a ERSAR colocou, consideramos que das propostas que eles apresentaram, 40 e tal eram adequadas, eram corretas e acabamos por acolhê-las.

Em relação às questões relacionadas com as características deste regulamento, para além da tarifa social de que já falei em maior pormenor, também tenho uma matéria que foi muito discutida na câmara na altura em que se encontrou finalmente uma solução, que tem a ver com a divisão dos resultados financeiros, das coimas e das contraordenações e isto criou uma discussão sobre se devia ser integralmente para os serviços ou se devia ser partilhado entre a câmara e os serviços.

Depois de várias consultas jurídicas decidimos partilhar, por uma razão simples, porque hoje o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados pode ser constituído por eleitos ou por pessoas totalmente não eleitas e para que haja uma integral passagem dessas verbas das contraordenações para os Serviços Municipalizados tem que haver, pelo menos, um eleito. Isso criava aqui um constrangimento na capacidade de opção de designação do Conselho de Administração, porque não se pode transferir se não houver eleitos, sendo assim decidimos que o processo se inicia nos Serviços Municipalizados, da proposta que aqui temos e que se concluiu na câmara, porque é quem tem a responsabilidade e quem pode finalmente fechar este processo é o Presidente da Câmara. Era uma nota que tinha ficado da discussão com o Partido Socialista e tinha insistido bastante nesta matéria para esclarecer sem ter a preocupação de ser num sítio ou no outro, mas queriam esclarecer no sentido adequado e nós mesmos nesse sentido.

Um outro aspeto, que tem a ver com as fossas que há pouco se falou, este regulamento introduz uma inovação que é, em vez da solução que havia hoje com a Águas do Sado, que teriam uma tarifa própria de limpeza de fossas e em exclusivo era feita a limpeza pelas Águas do Sado ou pelos privados, porque as Águas do Sado não estavam a responder a essa matéria, aliás, tiveram vários anos sem limpar qualquer fossa e só por insistência do município, com a aquisição de uma viatura pelo município é que as Águas do Sado acabaram por regressar à limpeza de fossas. Os munícipes de Setúbal foram castigados anos a fio, pelo facto de não terem a ligação à rede, pagando imenso dinheiro de uma forma desajustada pela limpeza das suas fossas.

Este regulamento introduz um elemento novo que é o seguinte, quem tiver contrato de água, tem a limpeza da fossa contra o pagamento da tarifa do saneamento normal, portanto, já há pouco o Sr. Presidente da Junta Luís Custódio falou nesta matéria. É uma inovação que não existia em Setúbal e todos os munícipes ou famílias que não têm a ligação à rede e contrato de água, esses sim vão ter uma tarifa particular em relação à limpeza de fossa, que será ajustada em função da natureza das fossas.

Por outro lado, ainda em relação às fossas, o objetivo que definimos, foi de eliminar até ao limite das possibilidades o número de fossas existentes, que são umas centenas, mantendo-se apenas aquelas fossas que são absolutamente irracionais eliminar. Temos fossas na Serra, que para lá chegar são centenas de milhares de euros para ir a uma habitação, não faz sentido nenhum, é completamente irracional e no sistema como o Sr. Presidente da Câmara muito bem referiu, hoje as fossas fazem parte do sistema de saneamento básico, não estão ligadas à rede, mas fazem parte do sistema de saneamento básico e a nossa ideia é eliminar o máximo de fossas e aquelas que de todo não for irracional eliminar. Trabalhar com os seus proprietários no sentido do aperfeiçoamento dessas fossas, garantir uma limpeza adequada e uma intervenção que, do ponto de vista ambiental, seja o mais adequada possível. Este regulamento introduz também essa matéria.

Em relação à tarifa social, vou ver a questão levantada pelo Bloco de Esquerda, tem a ver com o artigo que é referido, etc., mas o que interessa é que a tarifa social da água e saneamento, a partir do momento que é adotada, há uma lei habilitante que define como é que isso é feito e não há outra forma de o fazer, o facto de aprovarmos a tarifa social de água é adotada pelo Município de Setúbal e estamos a dizer que vamos cumprir uma dada lei, a qual define que:

- 1.º Temos que solicitar à DGAL quais são as famílias que estão elegíveis nos critérios da tarifa social;
- 2.º A DGAL dirige à Autoridade Tributária, dirige à Segurança Social para obter essa informação;
- 3.º Essa informação é devolvida à DGAL, que depois devolve à Câmara Municipal;
- 4.º São introduzidos no sistema Matrix, que é o sistema que faz a gestão da água e saneamento, esses dados dos utilizadores que são elegíveis e automaticamente essa redução é feita diretamente e através do sistema informático.

A questão levantada pelo Bloco de Esquerda está completamente resolvida por este regulamento, efetivamente sem ter que invocar o artigo “A” ou o artigo “B”, o que interessa aqui é que decidimos que na tarifa social há uma Lei que define como é que isso é feito e não há outra forma de o fazer.

O senhor deputado municipal João Luz esteve ausente da votação por motivos profissionais.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por maioria e em minuta, com 16 votos a favor, 17 da CDU e 1 da IL, e 20 abstenções, 10 do PS, 6 do PSD, 2 do CH, 1 do BE e 1 do PAN, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 37.

10. Deliberação n.º 63/2022/AM – Delib. CM n.º 4114/2022 – Alteração à Constituição do Conselho Municipal de Educação de Setúbal – Mandato 2021-2025

Joana Tomé (CDU) – A Comissão de Educação, Cultura e Questões Sociais emitiu parecer favorável por unanimidade, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 38.

Francisco Cabral (PSD) – Referir que o Regimento Jurídico do Conselho Municipal de Educação, prevê que exista um representante do Conselho Municipal da Juventude que, até ao momento, nunca existiu, porque o município insiste há mais de 13 anos em não instalar o Conselho Municipal da Juventude. Apenas deixar a nota para acelerar os trabalhos nesta matéria para, finalmente, termos um representante do Conselho Municipal de Juventude.

Presidente da Mesa – Já há e vai haver, portanto, o futuro é risonho.

Encontrava-se ausente da Sala de Sessões um deputado municipal do PS.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta aprovada por unanimidade e em minuta, conforme documento arquivado em pasta anexa à presente ata sob o registo n.º 39.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram uma hora e dez minutos do dia dezassete de dezembro, de dois mil e vinte e dois.

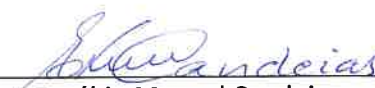
Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, contém sessenta e quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,



Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,



Eusébio Manuel Candeias

*Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa e Susana Bernardo.
Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.*